

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ABNA DALA

RETRATOS DE UMA LUTA: ANTICOLONIALISMO E INTERNACIONALISMO EM
GUINÉ-BISSAU

CURITIBA

2023

ABNA DALA

RETRATOS DE UMA LUTA: ANTICOLONIALISMO E INTERNACIONALISMO EM
GUINÉ-BISSAU

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, setor das ciências humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção de grau de mestre em Antropologia e Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno.

Curitiba

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Dala, Abna

Retratos de uma luta : anticolonialismo e internacionalismo em
Guiné-Bissau. / Abna Dala. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
e Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno.

1. Guiné-Bissau - História. 2. Colônias - África. 3. Imperialismo –
Portugal. 4. Internacionalismo. I. Macagno, Lorenzo, 1965-.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Antropologia e Arqueologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ABNA DALA** intitulada: **Retratos de uma luta: anticolonialismo e internacionalismo em Guiné-Bissau**, sob orientação do Prof. Dr. LORENZO GUSTAVO MACAGNO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

10/08/2023 16:27:33.0

LORENZO GUSTAVO MACAGNO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/08/2023 17:55:04.0

HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

09/08/2023 20:41:45.0

CARLA SUSANA ALEM ABRANTES

Avaliador Externo (UNIV. DA INTEGRAÇÃO INTERNAC. DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA)

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida e pela força que nutrido em mim, meu eterno obrigado.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno, pela sua disponibilidade de orientar a pesquisa que resultou no presente trabalho de dissertação, pelas indicações das fontes que enriqueceram o presente trabalho, pelo apoio e pela liberdade que tive de trabalhar durante a pesquisa. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por fomentar a pesquisa através de concessões de bolsas, pois sem o amparo da bolsa de CAPES seria difícil a conclusão do curso. Igualmente agradeço o Programa de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná.

Devo agradecer também os professores Ângelo Marcelo Vasco, Inácio de Carvalho Dias de Andrade e Hector Rolando Guerra Hernandez pelas sugestões durante a banca de qualificação, que enriqueceram o trabalho final da dissertação.

Ao meus pais, Ana Sanhá e Pelé Dala, que mesmo distantes de mim e contatos virtuais esporádicos, me incentivaram e encorajaram a prosseguir com os meus estudos. Aos meus irmãos, Lima Dala Fati, Carlota Dala Fati, Yuran Dala Fati e Miguel Dala Fati, assim como toda a família pelos apoios desde a minha vinda par o Brasil.

Agradeço de forma especial a minha parceira Samira Tamba Dentche Na Blata, pela torcida, pela companhia e pelos apoios durante a produção deste trabalho, por fim, mas de igual modo especial, agradeço as professoras Maria Leidiane Tavares e Jacqueline Britto Pólvora, que foram minhas orientadoras na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Por fim agradeço à todas as pessoas, que, de forma direta ou indiretamente, contribuíram para minha trajetória acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo retratar a memória da luta armada pela independência da Guiné-Bissau entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC e o regime colonial português, ocorridos entre 1963-1974. Como fonte primária, a pesquisa foi feita na base de cartas, correspondências, relatórios, notícias dos jornais, conferências, e panfletos, e imagens durante o processo de luta, materiais disponíveis no banco de dados da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, que dispôs de várias informações do colonialismo português e dos territórios ocupados por este país europeu, assim como informações de países e organismos internacionais sobre o processo colonial português, complementados por fontes secundárias como teses, dissertações, artigos, monografia e documentários. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma reconfiguração de poder no mundo, a maioria das potências coloniais começaram a deixar os territórios colonizados, ou seja, o colonialismo clássico estava em declínio e os povos colonizados se lançavam numa derradeira luta pela autodeterminação. Assim, um dos marcos importantes das lutas pelas independências se deu durante a Conferência de Bandung, onde países afro-asiáticos independentes se reuniram para traçar estratégias conjuntas face a bicefalia da liderança mundial conhecido como guerra fria que opôs dois blocos (capitalismo e comunismo), e para ajudar outros povos afro-asiático a se libertarem das amarras coloniais. Portugal foi dentre as potências coloniais aquele que mais resistiu a esse advento de mudanças na conjuntura mundial e enfrentou guerras coloniais nos três dos cinco territórios que ocupou em África: Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Palavras chaves: Amílcar Cabral; PAIGC; Guiné-Bissau; colonialismo português.

ABSTRACT

This work aims to discuss the portrait of the memory of the armed struggle for the independence of Guinea-Bissau between the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde – PAIGC and the colonial regime Portuguese, which occurred between 1963-1974. As a primary source, the research was made on the basis of letters, correspondence, reports, newspaper news, conferences, and pamphlets, and images during the process of struggle, materials available in the database of the Mário Soares and Maria Barroso Foundation, which had various information on Portuguese colonialism and the territories occupied by this European country, as well as information from countries and international organizations on the colonial process Portuguese, complemented by secondary sources such as theses, dissertations, articles, monographs and documentaries. After the Second World War, there was a reconfiguration of power in the world, most of the colonial powers began to leave the colonized territories, that is, classical colonialism was in decline and the colonized peoples launched themselves into a final struggle for self-determination. Thus, one of the important milestones of the struggles for independence took place during the Bandung Conference, where independent Afro-Asian countries met to draw up joint strategies in the face of the bicephaly of world leadership known as the cold war that opposed two blocs (capitalism and communism), and to help other Afro-Asian peoples to free themselves from colonial bonds. Portugal was among the colonial powers the one that most resisted this advent of changes in the world conjuncture and faced colonial wars in three of the five territories it occupied in Africa: Guinea-Bissau, Angola and Mozambique.

Keywords: Amílcar Cabral; PAIGC; Guinea-Bissau; colonialism Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Figura 1 - Mapa da Guiné-Bissau	2
Figura 02 - Imprensa portuguesa.	12
Figura 03 - O Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, à esquerda e no meio Comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano durante a visita a Casa de Estudantes de Angola CEA.	13
Figura 04 - Revista da imprensa portuguesa	14
Figura 5 - Cabral, de óculos sentado com os pés fora da canoa, ladeado de seus camaradas a caminho do Congresso de Cassacá.	45
Figura 6 - Cabral com as mãos sobre a mesa, ladeado dos seus camaradas durante o Congresso de Cassacá.	46
Figura 7 - População junto a balança para a pesagem de géneros, Armazém do povo, Guiné- Bissau.	49
Figura 8 - Médico cubano prestando cuidado de saúde nas regiões libertadas	50
Figura 9 - Guerrilheiro recebendo assistência médica.	50
Figura 10 - Escolas do PAIGC nas regiões libertadas.	53
Figura 11 - Ato da entrega à Cruz Vermelha pelo PAIGC de quatro desertores do exército português, em Argel, com Aristides Pereira da direção superior do PAIGC segundo sentado a contar da esquerda para direita.	56
Figura 12 - Recenseamento da população para a eleição da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.	60
Figura 13 - Reunião da Primeira Assembleia Nacional Popular para a proclamação do Estado da Guiné-Bissau.	61
Figura 14 - Cabral, no meio, de frente numa reunião com internacionalistas cubanos em Conakry.	68
Figura 15 - Capa dum relatório enviado ao secretário geral do PAIGC.	69
Figura 16 - Combatente do PAIGC recebendo treinamento militar na ex-URSS.	73
Figura 17 - Guerrilheiros do PAIGC, junto a um avião das Forças Armadas portuguesas abatido.	74
Figura 18 - Göran Palm e Bertil Malmström com dirigentes do PAIGC em Conakry.	76
Figura 19 - O escritor, Göran Palm (à esquerda), a fazer piquete em Estocolmo em fevereiro de 1973.	79
Figura 20 - Alimentos e propaganda: Sardinhas da Suécia com etiqueta do PAIGC.	83

Figura 21 - Grupo de quadros do PAIGC recebidos por Mao Tse Tung na República Popular da China, para treino militar na Academia Militar de Nanquim: João Bernardo Vieira (Nino), Francisco Mendes, Constantino Teixeira, Pedro Ramos, Manuel Saturnino, Domingos Ramos, Rui Djassi, Osvaldo Vieira, Vitorino Costa e Hilário Gomes.	87
Figura 22 - Cabral, no meio de óculos, com grupo de jovens combatentes que receberam treinamento militar na China.	89
Figura 23 - Telegram enviado pelo Conselho Central das Cooperativas de Praga para Embaixada da Checoslováquia em Guiné Conakry.	92
Figura 24 - Pioneiros do PAIGC com o professor da Escola-Piloto Domingos Brito na ex-Checoslováquia.....	93
Figura 25 - Houari Boumediene, Presidente da República da Argélia, recebe Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC. Dezembro de 1971.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A Casa dos Estudantes do Império (CEI).....	9
A “fuga dos cem”	19
A CONCP: internacionalismo e solidariedade.....	21
CAPÍTULO 2. AS NAÇÕES UNIDAS E A DESCOLONIZAÇÃO	27
Posição de Portugal nas Nações Unidas	29
Luta anticolonial e imagens	34
CAPÍTULO 3. DO SENTIMENTO ANTICOLONIAL À LUTA ARMADA.....	39
Por uma luta pela independência	39
Fase de mobilização e sabotagem ao regime colonial (1960-1963)	42
A ação armada e o desenvolvimento da luta (1963-1974)	44
Fase decisiva da luta rumo a independência (1970-1974)	54
CAPÍTULO 4. RETRATOS DO INTERNACIONALISMO	66
Solidariedade cubana: médicos e apoio no terreno	67
A URSS: treino militar e armamentos	71
Intelectuais suecos a favor do PAIGC.....	75
Apoio chinês e as vicissitudes do conflito sino-soviético	85
Checoslováquia: cooperativas e sindicatos apoiam o PAIGC	91
Países africanos: convicções e ambiguidades	94
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva estudar, através de fontes documentais e de imagens, o surgimento do sentimento anticolonial na Guiné-Bissau e a luta pela independência levada adiante pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC¹ contra o regime fascista português. Nos centraremos no período da luta armada de libertação na Guiné-Bissau (1963-1974) e o surgimento de uma solidariedade internacional em relação a essa luta.

Recentemente, esta temática tem sido alvo de novas preocupações e valiosas contribuições. Neste sentido, chamamos a atenção sobre a obra da autoria de Catarina Laranjeiro, intitulada “Dos Sonhos e das Imagens. A Guerra de Libertação na Guiné-Bissau”. Como apontado por Santos (2022, p. 432), é um livro que trata de “um conjunto de narrativas criadas no período da guerra colonial na Guiné, confrontando-as com as que, entretanto, surgiram no pós-independência”. Trata-se de uma contribuição que nos permite compreender a Guiné-Bissau no período colonial e pós-colonial.

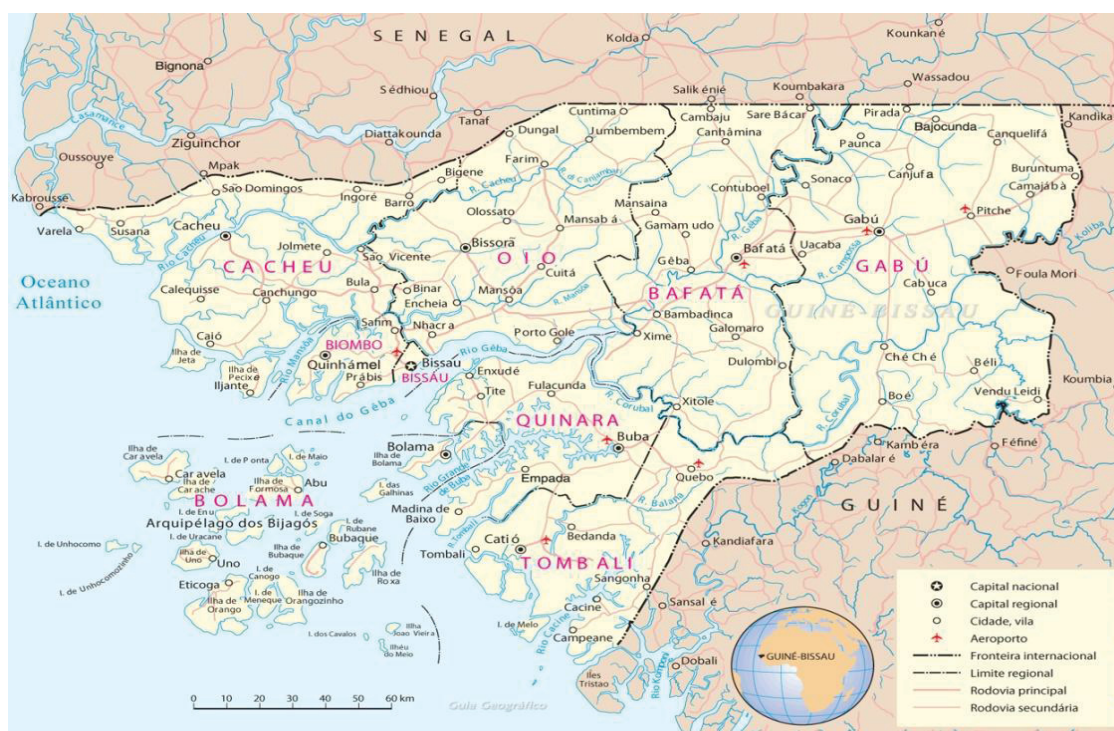
De todo modo, no presente trabalho, ensaiamos um itinerário de investigação baseado em fontes primárias na base de cartas, correspondências, relatórios, notícias dos jornais, conferências, panfletos, documentários e fotografias. Complementaremos essas fontes com a utilização de teses, dissertações, artigos, monografias e documentários. Sendo assim, a pesquisa reuniu os dados de arquivos da “Plataforma Casa Comum” que disponibiliza documentos ligado à fundação Mário Soares e Maria Barroso, um repositório que contém bastante informação do colonialismo português e dos territórios ocupados por este país europeu, assim como informações de países e organismos internacionais sobre o processo colonial português. Sendo que as análises deste trabalho têm o foco nas lutas que as duas partes em contenda desencadearam para legitimar o domínio do povo guineense no caso português e a emancipação deste no caso do PAIGC, à nível interno e externo para ser o representante legítimo do povo guineense. De um lado Portugal membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), sigla no inglês e sob influência capitalista, do outro lado o PAIGC apoiado principalmente pelos países socialistas como ex-União, das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Checoslováquia, República Popular da China, Cuba, bem como países africanos já independentes na altura como a República da Guiné-Conakry, onde o PAIGC instala o seu

¹ PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde. Fundado em 1956 por Amílcar Lopes Cabral, foi um movimento independentista que desenvolveu uma luta de guerrilha contra a colonização portuguesa na Guiné-Bissau, tendo declarado de forma unilateral a independência do país em 24 de setembro de 1973, nas colinas de Boé sudoeste do país.

quartel general, Marrocos, Argélia Gana, Senegal etc. travaram uma luta não só nas matas da Guiné como a nível diplomático.

Com uma superfície de 36.125 km², a Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África fazendo fronteiras com a República da Guiné-Conakry no Leste e Sul, ao Norte com a República do Senegal e banhado pelo Oceano Atlântico no Oeste. Seu território é composto por uma parte continental e outra insular conhecido como arquipélagos do Bijagós².

Figura 01 - Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: Monteiro, 2013.

Depois dos primeiros contatos em 1446³, os portugueses mantiveram a sua presença na Guiné-Bissau por cinco séculos até a segunda metade do século XX, depois de uma luta armada anticolonial que perdurou onze anos (1963-1974), quando foram derrotados pela guerrilha do PAIGC nos anos setenta.

A África foi alvo de invasão pelas potências coloniais europeias desde o século XV, posteriormente dividida e ocupada depois da chamada conferência de Berlim, onde Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Portugal com a participação de países convidados como Império Austro-húngaro, Dinamarca, Espanha, Estado Unidos, Holanda, Itália, Noruega, Rússia, Suécia

² Ilhas habitadas pelas etnias Bijagós da Guiné-Bissau.

³ Ano da chegada do navegador português Nuno Tristão no território que é hoje a Guiné-Bissau.

e Turquia se reuniram para resolverem litígios entre as potências colonizadores devido à choques de interesses na exploração das riquezas do território africano,

a ganância pela riqueza da África gerou, muitos conflitos entre os colonizadores e para amenizar as tensões foi realizada a conferência de Berlim 1884-1885 (divisão dos territórios da África). Deste encontro surgiram os limites das fronteiras da maior parte dos atuais países (CHARLES & DE SÁ, 2011, p. 15).

No rescaldo da referida conferência, saíram as decisões que delimitou a maioria das atuais fronteiras dos países africanos hoje, essa decisão que não respeitou a realidade africana de então que tinha o modo de vida e organização social diferente do Ocidente, aliás é importante realçar que a África foi dividida entre as potências europeias fora do seu continente sem a participação dos africanos. Nessa conferencia ainda ficou estabelecido que cada potência deve ocupar efetivamente os territórios da qual reivindica a sua posse.

Entretanto, Portugal como potência colonial na altura saiu “perdendo” na referida conferência, porque viu frustrada a sua intenção de ocupar os territórios desde atual Angola até Moçambique naquilo que ficou conhecido como mapa cor de rosa. Segundo Charles & de Sá, (2011, p. 09), “as pretensões portuguesas entravam em conflito com o mega projeto inglês de criar uma ferrovia que atravessaria todo continente africano de norte a sul, ligando o Cairo [no Egito] à Cidade do Cabo” [África do Sul]

Ficando com os cinco territórios⁴ em África após a Conferência de Berlim, Portugal estabeleceu o seu domínio nestes territórios até o eclodir das lutas pelas independências no começo dos anos sessenta do século passado nos três dos cinco territórios Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, até a sua retirada na primeira metade dos anos setenta igualmente do século XX.

Neste 2023 se completa 50 anos desde a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau feita pelos nacionalistas do PAIGC à 24 de setembro de 1973, “estamos agora numa boa distância crítica para indagar o quanto os projetos e sonhos caros aos nacionalistas que combateram os tucas⁵ foram realmente alcançados e implementados” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 914).

Depois de alcançar a sua soberania, a Guiné-Bissau tem passado por vários sobressaltos e instabilidades política e social. Se por um lado o sonho de alcançar a sua independência e “marchar com seus próprios pés” como dizia Cabral, foi alcançado com enorme sacrifício. Por

⁴ Os atuais territórios de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e as Ilhas de São Tomé e Príncipe.

⁵ Nome “pejorativo” a que são chamados os portugueses.

outro, o país não conseguiu progressos assinaláveis como sonhado por Cabral e seus camaradas de armas. Portanto, sem medo de errar, pode-se dizer que o país sonhado e projetado pelos combatentes que lutaram contra o regime colonial português na Guiné-Bissau sob a liderança de Amílcar Cabral ainda não foi alcançado plenamente.

Dentre as vicissitudes que marcaram a Guiné-Bissau pós-colonial, estão o golpe de Estado ocorrido em 14 de novembro de 1980, e o conflito político militar ou a guerra civil de 1998-1999, como é conhecido também, acontecimentos esses que de certa forma contribuíram para as dificuldades que o país tem tido para o seu progresso como estado-nação idealizado por nacionalistas guineenses liderados pelo Amílcar Cabral.

Entretanto, baseando nos escritos de Trajano Filho (2016), importa discorrer de forma sucinta sobre o projeto de construção do Estado-nação guineense, um projeto e sonho segundo o autor, caros aos nacionalistas guineenses.

O projeto crioulo “elaborado no seio da sociedade crioula guineense que, no final dos anos de 1950, não tinha outra opção razoável para o seu devir que não fosse o da Guiné- Bissau enquanto estado-nação” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 914), uma sociedade polimorfa que constitui o foco principal do pesquisador brasileiro neste país africano ex-colônia de Portugal.

Importa ainda salientar que sociedade crioula é o termo escolhido pelo autor para se referir

ao aglomerado de pessoas que nasceram ou foram criadas nas *praças* construídas às margens dos rios da costa guineense desde a metade do século XVI. É composta, portanto, por gente de descendência mista, com laços orgânicos e íntimos com as sociedades africanas que circundavam essas povoações e com os mercadores e administradores portugueses e cabo-verdianos que comerciavam em África ou serviam nessas fortificações (TRAJANO FILHO, 2016, p. 916).

Neste trabalho, a sociedade crioula é entendida como a fusão resultante do cruzamento de nativos guineenses com caboverdianos formando uma elite na era colonial que se almejava ascender ao poder na Guiné-Bissau. E, portanto, foi essa elite que criou o PAIGC como movimento de libertação para lutar contra o colonialismo português na Guiné-Bissau e que assumiu o poder depois da independência do país, para construir uma nação igualitária como era sonho do seu líder, Amílcar Cabral. Contudo, os problemas surgidos no seio dessa elite crioula que assumiu as rédeas do país, sobretudo no pós-independência, desembocaram no golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e em outros acontecimentos posteriores com destaque para a guerra civil de 07 de junho de 1998, resumidamente a seguir exposto.

O PAIGC como instrumento político criado pela elite crioula composta por guineenses e caboverdianos, depois de protagonizar uma luta de libertação nacional e de ter assumido os destinos do país em 1974, com a retirada da administração colonial, se viu envolvido numa disputa pelo poder entre a ala caboverdiana e a ala guineense. Como sugere a sigla PAIGC Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, foi o movimento criado que lutou pela emancipação dos dois países sob a liderança de Amílcar Cabral.

“Os primeiros anos de vida independente foram um tempo de grande otimismo e efervescência para os guineenses de maneira geral e para a sociedade crioula do meio urbano” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 922), um otimismo sustentado por um projeto igualitário de um país projetado por Cabral. Contudo, as desavenças políticas e militares marcaram a Guiné-Bissau pós-independente, isso porque segundo Semedo (2011, p. 102), “a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado”, aliás Estado pós-colonial na Guiné-Bissau “tem sido caracterizado por uma “[...] crise e declínio: isto é, por um deterioro político, institucional, econômico e mesmo identitário” (VIGH, 2006, Apud, KOHL, 2011, p. 55).

Com a morte de Cabral em 20 de janeiro de 1973, figura central do movimento independentista já nas vésperas da declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau, a direção do movimento foi assumida pelo Aristides Maria Pereira, de origem caboverdiana tal como Amílcar Cabral. A Morte de Cabral que segundo Trajano Filho (2016, p. 922), “foi mal resolvido, as apurações sobre as responsabilidades individuais foram abafadas ou impedidas de serem tornadas públicas e as punições dos prováveis culpados envoltas em grande mistério”.

Já independente, foi “instalado e reconhecido o primeiro governo, presidido por Luís Cabral, irmão de Amílcar e co-fundador do PAIGC, inicia-se o custoso processo de formação do Estado e de reconstrução institucional” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 922), até a sua deposição por um golpe de Estado em 14 de novembro de 1980, com as alegações por parte do Movimento Reajustador ou Conselho da Revolução⁶ liderado por João Bernardo Vieira (Nino Vieira) que o derrubou, de desvio de pressuposto da luta e a construção de Estado-nação sonhado por Cabral, de hegemonia de caboverdianos no aparelho estatal guineense e de assassinatos de figuras guineenses por parte de regime de Luís Cabral. As especulações sobre o referido acontecimento repercutiram no país baseado naquilo que (TRAJANO FILHO, 2008),

⁶ Movimento Reajustador, depois Conselho da Revolução é nome dado ao levantamento militar que derrubou através de golpe de Estado o regime de Luís Almeida Cabral em 14 de novembro de 1980 e assumiu o poder no país.

classifica de “sistema de rumores”, um tipo de informação que passa de boca para boca sobre as façanhas de figuras poderosas cujas ações não se conformam às regras.

Outro acontecimento que a Guiné-Bissau experimentou na luta pelo poder que caracterizou o país foi a guerra civil de 1998-1999, entre os “sistemas de rumores” (TRAJANO FILHO, 2008), o referido conflito teve como protagonistas duas figuras que outrora foram aliados, João Bernardo Vieira (Nino Vieira) Presidente da República e Ansumane Mané Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, respectivamente.

Numa breve explicação, o principal motivo para o eclodir do conflito foi sobre as acusações mútuas entre o Presidente Nino Vieira e General Ansumane Mané a respeito da venda de armas para os rebeldes de Casamança⁷.

Fortes indícios apontam para o envolvimento do próprio Presidente. No intuito de desviar as atenções e de atenuar a preocupação pública, pelo menos em relação ao Senegal, o Presidente tentou em 1998, sacrificar o seu colaborador mais próximo e companheiro de armas da [luta de libertação], o brigadeiro Ansumane Mané, suspendendo-o do seu posto por suspeita de envolvimento no tráfico de armas. O efeito foi precisamente o contrário daquele que provavelmente esperava. Ansumane Mané sentiu-se moralmente ofendido e negou energicamente todo e qualquer envolvimento (RUDEBECK, 2001, p. 18).

Refutando veementemente as acusações de Vieira que o apontara como responsável pelas vendas de armas aos rebeldes de Casamança e inconformado com a sua suspensão e posterior exoneração do cargo de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, com risco de ser preso. Mané, e boa parte dos militares na ativa e apoiados por um grande número dos antigos combatentes de luta de libertação nacional pegaram em armas na madrugada do dia 07 de junho de 1998, revoltando-se contra o Presidente Nino Vieira, num conflito que só terminaria 11 meses depois, com a deposição do Presidente Vieira num assalto final a Capital Bissau ocorrido à 07 de maio de 1999.

Sem pretensões de narrar todos os acontecimentos que marcaram a nação guineense pós-colonial, o que postergamos para futuras pesquisas. Os episódios resumidamente explorados aqui só servem para se referir a um país que lutou de forma notável contra o colonialismo português e que ainda não alcançou plenamente o progresso sonhado pelo seu ideólogo Amílcar Cabral. Vivenciando episódios e sobressaltos que colocam em causa a luta brilhante que os seus cidadãos tiveram para conseguir a sua independência.

⁷ Cassamança, uma região na província Sul do Senegal que faz fronteira com a Guiné-Bissau, que desde os anos oitenta do século passado depara-se com um conflito separatista onde os rebeldes daquela região lutam pela sua autonomia/independência em relação ao Senegal.

Ao longo deste trabalho analisarei as dinâmicas anticoloniais e independentistas através dos “retratos de uma luta” que possuem várias fases e contornos. Para tanto, além da escrita, e recorrendo à recursos audiovisuais, utilizaremos imagens como ferramenta de pesquisa para trazer a memória das narrativas de luta que opôs o PAIGC ao regime colonial português. “A imagem como ferramenta de pesquisa, ainda que haja resistência a respeito, vem assumindo espaço não somente na antropologia, mas também nas ciências humanas ao apresentar novas formas de perceber o mundo” (SOILO, 2012, p. 78). Entrevistada pela Ana Maria Mauad, Elizabeth Edwards afirma que é muito embaraçoso colocar os que trabalham com ou sobre imagens à parte do que é considerado como fundamental na disciplina, pois “precisamos dizer que somos antropólogos, somos historiadores, aconteceu-nos trabalhar com a imagem e o visual como forma de investigação antropológica” (MAUAD, 2023, p 312).

Junto com Campos (1996: 280) partimos do princípio que “A análise de um conjunto de imagens como recurso metodológico, possibilita vivenciar recortes de um tempo passado que se reconstitui no presente, permitindo o confronto de processos distintos de construção de identidades étnicas”. Este trabalho, discorre sobre as imagens e narrativas da memória da luta pela independência na Guiné-Bissau entre o PAIGC e o regime colonial português durante a guerra contra o colonialismo português naquela parcela do território africano (1963-1974).

Valendo-se dos arquivos e das imagens da Plataforma Casa Comum e das outras fontes bibliográficas e audiovisuais para costurar a memória que marcaram a luta pela independência da Guiné-Bissau, isso porque o arquivo e a fotografia são pensados como interlocutores preferidos, a partir dos quais é possível entrever tensões e negociações no que concerne [...] as memórias que ela guarda (TRIANA, 2020), tendo em consideração que imagem e escrita são complementares quando se trata do binómio descrever/mostrar (CAMPOS, 1996).

Obviamente que a complementaridade entre texto e fotografia em um mesmo trabalho pode ser interessante, mas para isso é fundamental que esses dois meios componham dois momentos independentes e solidários a serviço daquilo que o pesquisador quer transmitir. Desta forma uma narrativa informa a outra, e as duas juntas informam o leitor (ACHUTTI, 2019, p. 12).

Segundo Campos (1996, p. 275-276) “o registro através de imagens foi um dos primeiros artifícios criados pela humanidade para grafar a materialidade e possibilitar, com isso, que ela não se perdesse no tempo e na memória”. A imagem que a luta pela independência da Guiné-Bissau produziu precisa ser republicada, sobre tudo nos meios acadêmicos, para que mantenha viva a memória desse acontecimento histórico do colonialismo português em África e particularmente na Guiné-Bissau.

Sobretudo a partir da segunda parte do trabalho (caps. 3 e 4), e baseado no binómio descrever/mostrar (CAMPOS, 1996), as imagens e fotografias, em complementaridade com escrita, nos servirá para as análises acerca das narrativas de luta de libertação da Guiné-Bissau sob a bandeira do PAIGC, liderado pelo Engenheiro Amílcar Lopes Cabral, contra o regime colonial português.

CAPÍTULO 1. O EMBRIÃO ANTICOLONIAL: DE LISBOA A DAR-ES-SALAM

A Casa dos Estudantes do Império (CEI)

Antes de adentrar numa discussão sobre aquilo que para o regime Salazarista do Estado Novo⁸ foi uma guerra antissubversiva nas províncias ultramarinas portuguesas, e para os movimentos de libertação nacionais se convencionou chamar de luta armada pelas independências das colônias. Convém realçar aquilo que chamamos de embrião onde emergiu a elite de figuras africanas que viriam a tornar-se principais rostos dos movimentos de libertação, ou a integrar esses movimentos de libertação das colônias portuguesa em África. A criação por parte do regime Salazarista do Estado Novo de um espaço que recebia para a formação superior os estudantes vindos das suas províncias ultramarinas vulgarmente conhecido como a Casa de Estudantes do Império – CEI. E os laços que ali nasceram entre os integrantes da CEI que viriam a tomar parte nas lutas pelas independências das colônias portuguesas contribuíram para a criação no início dos anos sessenta do século XX, por parte dessas figuras que se notabilizaram na CEI e, posteriormente, na Conferência das Organizações das Colónias Portuguesas – CONCP, uma instituição criada pelas lideranças dos movimentos independentistas dos territórios ocupados por Portugal visando coordenar esforços principalmente a nível internacional nas suas lutas contra o “inimigo comum” - o colonialismo português – com o intuito de erradicar a dominação lusa nos seus territórios, do qual desenvolveremos mais a frente neste capítulo.

Ao falar de movimentos de libertação das colônias portuguesa em África, ou das figuras que se notabilizaram no seio desses movimentos é preciso evocar o lugar ocupado pela CEI. No caso de Amílcar Cabral, é importante salientar, mesmo que de forma resumida, a sua passagem pela metrópole, com destaque para seu protagonismo no CEI. Ali, durante suas formações universitárias, residiram figuras de destaque num período “tardio-colonial” que aqui delimitamos entre os anos 1944-1961, ou seja, período pré-guerras das independências das colônias portuguesas em África.

Sendo assim, convém trazer a historiografia da criação da CEI, aquilo que foi para muitos estudiosos um espaço de reencontro com as identidades, (CASTELO, 2010; FERREIRA, 2013; MORENO, 2016), um espaço criado na metrópole “berço” dos movimentos

⁸ Estado Novo foi o nome que ficou conhecido do regime que liderado pelo António de Oliveira Salazar que governou Portugal de 1933-1974.

de libertação, se não das figuras que viriam a se notabilizar nos movimentos de libertação das colônias portuguesa sobretudo em África, nomeadamente PAIGC, MPLA e FRELIMO.

O regime colonial português ao criar a Casa dos Estudantes do Império – CEI, em 1944, no âmbito da política do Estado Novo visando o fortalecimento do imperialismo português nas suas colônias, pretendia incutir nos jovens estudantes a narrativa de um Portugal Império que estendia no além mar uno e indivisível, embasado pela ideia do luso tropicalismo, promovida pelo brasileiro Gilberto Freyre em que o colonialismo português configuraria uma “dinâmica *sui generis*, na qual os empréstimos culturais operam não apenas num sentido unidirecional - de cima para baixo - mas, também, na forma de um fluxo contínuo de recíprocos empréstimos culturais” (MACAGNO, 2019, p. 27).

Contudo, e involuntariamente, esta iniciativa do regime salazarista do Estado Novo contribuiu para o embrião das lutas pela emancipação dos povos sob o seu domínio imperial, nomeadamente nas suas colônias em África. Emergindo naquela casa líder que viriam a criar ou integrar movimentos de libertação das colônias portuguesas no continente.

Nos argumentos de Castelo (2010, p. 02),

o regime do Estado Novo esperava que a CEI contribuísse para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colônias; ao invés, desde cedo, despertou nos seus membros uma consciência crítica sobre a ditadura e o sistema colonial e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados.

O regime do Estado Novo, embasado na retórica do luso tropicalismo de Gilberto Freyre tentou, com a criação da CEI, demonstrar a “singularidade” de Portugal como um país pluricontinental pluriétnico e pluricultural ao criar aquela instituição para estudantes vindos das suas colônias, mas como se costuma dizer na gíria popular “o tiro saiu-lhe pela culatra”, ou seja, em vez de servir o propósito pelo qual criado, que era de unir as colônias à volta do Império português como um Estado uno e indivisível, viu “nascer” ali lideranças como Amílcar Lopes Cabral, António Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Alda do Espírito Santos entre outros que viriam a liderar ou integrar os movimentos de luta contra o regime ditatorial do Estado Novo, com o propósito de “desintegrar o Império português”, ou seja, visando as independências dos territórios colonizados por Portugal principalmente em África. Entretanto, vale salientar que nem todos os estudantes da CEI foram politizados ou se engajaram na luta contra o regime. No entanto, neste capítulo focaremos naqueles que foram tocados pelo sentimento anticolonial e, portanto, naqueles dissidentes da casa que decidiram desafiar o regime do Estado Novo e seu domínio colonial.

O regime do Estado Novo empenhou grande parte da sua energia para o funcionamento da CEI, pois acreditava que aquele espaço fosse um centro para formação da juventude colonial inculcando neles o amor e patriotismo à “mãe” pátria portuguesa, pelo que a CEI teve sempre o apoio do Ministério da Ultramar que a tutela através da Mocidade Portuguesa -MP.

Segundo a investigadora Castelo (2010), foi no começo do ano letivo de 1943-1944, que um grupo de filhos de colonos e de funcionários coloniais de Angola que estudavam em Lisboa decidiram pela criação de uma associação com o objetivo de dar assistência aos angolanos que faziam o ensino superior em Lisboa. Cunharam essa associação de “Casa de Estudante de Angola” (CEA). A intenção era proporcionar entorno dos jovens angolanos um ambiente familiar e de contribuir para o incremento de número de jovens daquela colônia a estudar na metrópole, convictos de que com essa iniciativa os jovens oriundos daquele território africanos não se sentiram isolados, porque a Casa lhes permitirá uma melhor adaptação ao meio acadêmico da metrópole, e amparando-os durante os cursos acadêmicos.

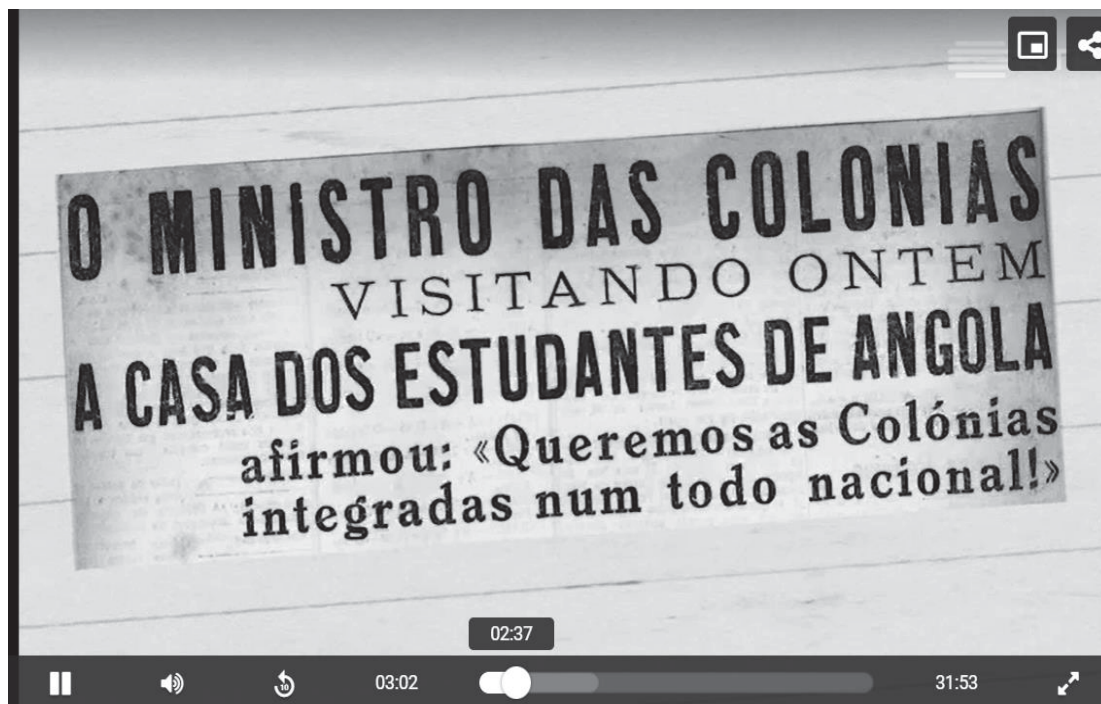
Essa iniciativa que segundo ainda Castelo (2010), teve o apoio do então Comissário da Mocidade Portuguesa, professor universitário Dr. Marcelo Caetano, que viria a ser Ministro das colônias e mais tarde Presidente de Conselho de Ministros (Chefe do governo português). A iniciativa dos angolanos foi seguida pelos jovens oriundos de outros territórios coloniais portuguesa.

No entanto, isso não agradou o regime do Estado Novo que propagava a narrativa de uma união imperial, pelo que não enxergavam com “bons olhos” que jovens estudantes se associem em função dos seus territórios coloniais de origem, isso porque, na opinião de Castelo (2010), de um lado, isso seria contrário à ideia de unidade do império colonial português tão difundido pelo discurso oficial do regime do Estado Novo, por outro lado, dificultaria ao regime da metrópole o controle das atividades das várias associações. Ao regime do Estado Novo interessa-lhe que estas associações se fundam numa só associação capaz de juntar todos os estudantes dos territórios ultramarinos debaixo de uma mesma *mística imperial*. Grifo no original.

Foi com esse intuito que numa visita à CEA, em 3 de julho de 1944,

o ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, na presença do comissário nacional da Mocidade Portuguesa e dos representantes das outras associações projectadas (Aguinaldo Veiga, de Cabo Verde; Vasco Benedito Gomes, da Índia; Gonçalo de Sousa e Macedo Mesquitela, de Macau; e Francisco Maria Martins, de Moçambique), formaliza a proposta de fusão de todas as casas na Casa dos Estudantes do Império (CASTELO, 2010, p. 06).

Figura 02 – Boletim Geral das Colónias



Fonte: RTP Ensina.

A imagem supra se segue na narrativa que o regime do Estado Novo tem defendido tanto interno com externo de um Portugal transcontinental, que congrega diferentes identidades, diferentes culturas, ou seja, um Portugal luso tropical.

Segundo as informações publicadas no Boletim Geral das Colónias, em julho de 1944, o então Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, é da opinião de que era fundamental a união de todas as Casas numa só organização, e na ocasião da visita que fez à Casa de Estudantes de Angola proferiu estas palavras:

os rapazes que chegam à Metrópole, vindos das nossas colónias africanas, da Índia e de Macau. Constituída a Casa dos Estudantes do Império fica satisfeito o nosso desejo, sabendo que podemos contar com a vossa dedicação, patriotismo e boa vontade. Estabelecer-se-á, assim, a necessária camaradagem entre todos os estudantes e uma mentalidade nacional mais profícua. Cada vez mais as nossas colónias estão integradas no pensamento da Metrópole, e é bom reforçar o elo que reúne o escol do Ultramar ao do Continente⁹

O governo de Lisboa buscou assim controlar e direcionar as atividades da CEI, e discursos semelhantes à do Francisco José Vieira Machado demonstram-no, como foi o discurso de Marcelo Caetano em janeiro de 1945, na ocasião da abertura dos ciclos de palestras organizadas pela CEI com o patrocínio da MP no qual Caetano venceu o que o regime do Estado

⁹ “Visita do Sr. Ministro das Colónias à Casa dos Estudantes de Angola”, Boletim Geral das Colónias, n.º 229, Jul. 1944, p. 133-134. Apud Castelo 2011, p. 06.

Novo espera da CEI: “que contribua para “o triunfo do espírito português”, trabalhando em prol da formação colonial da juventude” (CASTELO, 2010, p. 08).

Figura 03 - O Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, à esquerda e no meio Comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano durante a visita a Casa de Estudantes de Angola CEA.



Fonte: RTP Ensina, disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-casa-dos-estudantes-do-imperio/>

Na imagem aparecem o Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado e do Comissário da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano, junto a um estudante no ato da visita à Casa de Estudantes de Angola para formalizar a fusão das casas numa só organização sob tutela das autoridades do regime salazarista do Estado Novo.

Depois desta visita, a imprensa portuguesa destampava nas suas notícias a necessidade de as casas dos estudantes de ultramar português se unirem numa só agremiação. O que como foi mencionado acima facilitaria o controle dos elementos da CEI por parte do regime salazarista do Estado Novo.

Figura 04 - Imprensa portuguesa



Fonte: RTP Ensina.

Não obstante o esforço do regime do Estado Novo em controlar as atividades da Casa dos Estudantes do Império, para que não nascesse ali um núcleo de intelectuais dos territórios coloniais que colocasse em causa a ditadura do regime de Estado Novo, cedo os dirigentes da metrópole se conscientizaram do “perigo” que a criação da CEI pudesse acarretar face as ambições do Império colonial português de manter-se como uma nação uno do “Minho ao Timor”.

Se é certo que nem todos os estudantes da CEI se rebelaram contra o regime ditatorial salazarista do Estado Novo, mantendo-se fiel ao propósito para a qual a CEI fora criada. Há um núcleo forte de estudantes que se conscientizaram politicamente a lutarem contra o regime do Estado Novo mesmo na metrópole, outros inclusive filhando-se no Movimento de Unidade Democrática MUD, sobretudo na sua seção estudantil, a MUD juvenil, ou influenciados pelo Partido Comunista Português, como são os casos de Amílcar Lopes Cabral, António Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Alda do Espírito Santos, Mário Pinto de Andrade (CASTELO, 2010; FERREIRA, 2013; MATA, 2015; MORENO, 2016; NETO, 2021)

Importa ressaltar que antes de estas figuras marcantes da CEI lutarem pelas independências dos territórios africanos colonizados por Portugal, primeiro se envolveram na política portuguesa na metrópole juntamente com a oposição ao regime Salazarista. Dir-se-ia que antes de conscientização destas figuras sobre a africanidade das suas lutas, eles fizeram as

lutas políticas em Lisboa como “cidadãos” portugueses e em prol do povo português. Aliás, a narrativa propagandista do regime do Estado Novo era de um Portugal pluricontinental, pluriétnica e pluricultural resumidamente lusotropicalista, pelo que, em teoria todos eram cidadãos portugueses.

Sobre a luta política nos anos da sua formação em Lisboa como Engenheiro agrônomo, Cabral afirmou,

o facto é que eu e outros camaradas meus, antes de começarmos a lutar pelo nosso povo, lutámos pelo povo português. Alguns camaradas meus como Vasco Cabral, Agostinho Neto e outros estiveram presos vários anos nas cadeias de Salazar, não por lutarem pela Guiné, Cabo Verde ou Angola, mas por lutarem pelo povo português. Eu fui chamado à PIDE não por estar a lutar pela Guiné ou por Cabo Verde, mas porque assinei o documento do povo português contra a OTAN, contra o dinheiro que se ia gastar em material de guerra, enquanto o povo português vive mal. (...) se lutamos pelo nosso povo foi depois de termos começado a lutar pelo povo português. Isso significa que nos identificamos inteiramente com o povo português na sua luta pela liberdade (FONSECA & PIRES, 2018, p. 197).

Retomando a historiografia da CEI, a constatação é de que desde a sua criação/apropriação¹⁰ até o seu encerramento por parte do regime Salazarista do Estado Novo, 1944-1965, aquele espaço foi de embate entre os estudantes oriundos das colônias e o regime de Estado Novo. A PIDE, sempre alertou os dirigentes da metrópole sobre o “perigo” da CEI, a qual a corporação policial considera como um “ninho das ideias subversivas” para com o regime e sugeriu mesmo o encerramento da CEI (CASTELO, 2010; FERREIRA, 2013; MATA, 2015; MORENO, 2016; NETO, 2021).

Para compreender a formação da elite africana nomeadamente das que se formaram a partir da CEI, é preciso trazer um pouco daquilo que foi a política de assimilação que o regime Salazarista do Estado Novo implementou nos territórios colonizados, principalmente em África. Quando se fala de estudantes provenientes das províncias Ultramarinas integrantes da CEI, deve ser lembrado que a maioria eram filhos dos colonos, dos funcionários coloniais, e de alguns nativos assimilados e com algum recurso que conseguiam chegar na metrópole para cursar nas universidades portuguesa. Isso porque na opinião de Castelo (2010, p.05), o regime salazarista do Estado Novo “dificultou a constituição de elites nativas nas colónias portuguesas: não apostou no alargamento da rede escolar; colocou obstáculos à ascensão social dos autóctones; estabeleceu entraves e discriminações no acesso ao emprego público”.

¹⁰ Chamamos assim porque a iniciativa não foi no regime do Estado Novo, que depois a fusão das Casas subornando-as à Mocidade Portuguesa e ao Ministérios das Colónias

Segundo os dados apresentado pelo historiador Fernando Rosas, 30% dos sócios da CEI eram naturais da metrópole, filhos de colonos ou de funcionários locados para as colónias; 30% eram angolanos; 20% eram oriundos de Moçambique; 12% provenientes de Cabo Verde; e os restantes 8% eram de São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Macau e de Goa¹¹.

Depois da fusão das Casas numa só organização, a – CEI, instalou em outubro de 1944 a sua primeira sede na Rua Praia da Vitória, número 1, no Arco de Cego em Lisboa. E em novembro do mesmo ano, mudou a sede para a Avenida Duque d'Ávila, número 23 na esquina com a Rua D. Estefânia, na mesma zona do Arco do Cego, no final do mesmo ano abriu-se uma delegação da CEI em Coimbra. O primeiro presidente da associação era Alberto Marques Mano de Mesquita, que era sobrinho do Governador Geral de Angola. CASTELO, 2010; FERREIRA, 2013; MATA, 2015; MORENO, 2016; NETO, 2021).

A gestão de Alberto Marques Mano de Mesquita, durou pouco tempo, com a organização enfrentando crise financeira, acrescidos da resistência de alguns associados que não se reviam na direção que era a favor do regime do Estado Novo, um ano depois a CEI teve que realizar uma Assembleia Geral e escolheu nova direção liderado por Aguinaldo Veiga. No entanto,

A associação organizou-se, a partir daí, em secções autónomas, com corpos gerentes próprios, mas com uma única direção geral. Os seus membros optaram por uma gestão que obrigou a uma relativa paridade entre colónias nos vários órgãos da *Casa*. A atividade da administração dividia-se por cinco direções de serviços – Cultura e Propaganda; Informação e Estatística; Desporto; Procuradoria e Assistência e Intercâmbio. A estas direções, juntaram-se ainda o Centro *Acadêmico de Estudos Ultramarinos* e a *Comissões de Festas*¹². Grifo no original.

Foi durante os anos finais de 1940 e início de anos cinquenta que se deram início aos embates políticos de uma parcela de associados da CEI contra o regime Salazarista do Estado Novo, despontando figuras conhecido como “a geração dos mais velhos”, “ou geração de Cabral”, com destaque para Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, além do próprio Cabral.

Esses embates se davam por meio das atividades culturais de cariz africanista, como argumenta Castelo (2010, p. 09),

na passagem dos anos 40 para os anos 50, a CEI (sede e delegação de Coimbra) começa a afirmar-se como um espaço de socialização anti-salazarista, de (re)descoberta das culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si), de emergência de uma consciência anticolonial,

¹¹ Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-casa-dos-estudantes-do-imperio/> acesso em 22 mar. 2023.

¹² Arquivo PIDE/DGS ð Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Processo 3529.62. Apud FERREIRA, 2013, p. 460.

por onde passam e se formam futuros líderes e militantes dos movimentos de libertação.

Em 1948, começou a publicação de um Boletim denominado “Mensagem”, uma espécie de revista onde se escrevia poemas, contos, comentários sobre a vida estudantil e da colônia, com mensagens fortes sobre o colonialismo português, como se destaca na “Boletim Mensagem” publicado entre maio de 1949 à dezembro do mesmo ano o poema da autoria de Amílcar Cabral¹³ que se segue em itálico:

Quem é que não se lembra?

Daquele grito que parecia trovão?

É que ontem

Soltei meu grito de revolta.

Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da terra,

atravessou os mares e os oceanos,

transpôs os Himalaias de todo mundo,

não respeitou fronteiras,

o fez vibrar meu peito...

Meu grito de revolta fez vibrar os peitos de todos os homens,

Confraternizou todos os homens

E transformou a vida...

... Ah meu grito de revolta que percorreu o mundo

Que não transpôs o mundo,

O mundo que sou eu.

Ah meu grito de revolta que percorreu que feneceu lá longe,

Muito longe,

Na minha garganta.

¹³ Poema de Cabral, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11124.001.005#!9> acesso em 22 de mar. 2023.

Na garganta-mundo de todos os homens.

Amílcar Cabral.

O poema de Cabral reverberava o advento dum espírito de mudança que naquela época se fazia sentir com o mundo saindo da Segunda Guerra Mundial, e começo da Guerra Fria além da conquista das independências de muitos países da Ásia e da África que vai ser discutido mais à frente.

No entanto, o regime do Estado Novo, sobretudo a PIDE sempre estava no encalço da atuação da CEI, perseguindo os associados e alertando o governo da metrópole do potencial perigo que a CEI representa para o Estado português, assim, em abril de 1951, a PIDE escreve em resposta a um ofício do Ministério das Colónias: “a CEI é há muito conhecida como alfobre de elementos que desenvolvem campanha anti-situacionista”¹⁴. E não faltam episódios que levam o regime a acreditar de que CEI conspira em conjunto com a oposição contra o regime do Estado Novo. Nas eleições de 1948 a CEI decidiu apoiar a candidatura da oposição de General Norton de Matos à Presidência da República, e dois anos depois os membros da CEI da secção da Índia se recusaram a assinar a nota de repúdio contra a declaração do Primeiro Ministro da Índia hostis à ocupação portuguesa de parcela do território indiano, (CASTELO, 2010; FERREIRA, 2013; MORENO, 2016;).

Como foi assinalado anteriormente, vários dos elementos da CEI estavam ligados a MUD juvenil e até ao PCP, partidos oposicionistas ao regime do Estado Novo, segundo Castelo, 2010, p. 10), “este desvio ou subversão em relação àquilo que o regime esperava da CEI vai comprometer o seu funcionamento democrático. A 30 de Maio de 1952, o Governo nomeia uma comissão administrativa que irá dirigir a Casa (sede) até 1957”.

A CEI preocupava o regime do Estado Novo, e a ideia de acabar com aquela organização sempre esteve no horizonte dos dirigentes do regime. Assim, em 21 de dezembro de 1952, o Ministro das Colónias na altura, Sarmento Rodrigues, escreveu uma correspondência ao António de Oliveira Salazar, chefe do governo português dizendo que

a sua ideia foi sempre acabar com um organismo que segrega os estudantes e os lança num campo político adverso, ameaçando no futuro a própria unidade nacional”. O ideal seria a criação em Lisboa de “uma instituição que pudesse receber e reunir todos os estudantes portugueses daqui e dali”. Isto porque acabar pura e simplesmente com a CEI acarretava um problema assistencial importante; e “entregá-la à MP teria reações muito más, imprevisíveis, por se tratar de estudantes” (CASTELO, 2010, p. 10).

¹⁴ Resposta da PIDE, datada de 9.4.1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias, n.º 597, de 31.3.1951, Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo). Apud Castelo, 2011, p. 10).

O que se pode denotar na missiva do Ministro das Colónias é o dilema com que o Estado Novo teve que lidar face a questão da CEI, pois acabar com ela iria em contramão com a narrativa de unidade do império português propalado pelo regime Salazarista, e cairia por terra os argumentos do regime face a comunidade internacional sobre a luso-tropicalidade, a “benevolência” do colonialismo português, por outro lado, permitindo a manutenção da CEI implicaria ter que lidar com uma organização criada/apropriado por regime com tendências cada vez mais anti-regime dentro da própria metrópole com potenciais alastramento para os territórios ultramarinos.

Com a comissão imposta à CEI pelo regime do Estado Novo entre 1952 à 1957, que geria os assuntos correntes da organização houve um pouco de retração das atividades políticas acrescidos de que a “geração dos mais velhos – geração de Cabral” muito atuantes nos primeiros anos da CEI já não estavam ativos na metrópole uma vez que muitos deles deixaram Portugal. Cabral, por exemplo, em 1953 já se encontrava em Guiné-Bissau.

Porém, em 1957 fora exonerada a comissão que tinha sido imposta pelo regime¹⁵ e foram também revogadas as secções regionais que as autoridades do regime consideravam focos de nacionalismos, e foram aprovados novos estatutos e casa recebeu nova vaga de estudantes¹⁶ entrando em funcionamento uma nova direção.

A “fuga dos cem”

Já com o aproximar da eclosão das lutas armadas no começo dos anos sessenta e com os movimentos de libertação intensificando as denúncias internacional contra o colonialismo português, foi neste contexto que em 1960, foi publicado um manifesto intitulado “*mensagem ao povo português*” cuja a PIDE suspeita que tenha sido produzido pela CEI em Coimbra. Aquele manifesto apoiava as acusações contra o Estado português na ONU, e propunha o imediato reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação (CASTELO,

¹⁵ Arquivo PIDE/DGS D ANTT. Processo 3529.62. Apud FERREIRA, 2013; EVERDOSA, Apud CASTELO, 2011).

¹⁶ Coube à «Nova Vaga», “a geração de estudantes dos anos de 1954 a 1961”, imprimir um novo e decisivo rumo à CEI, transformando-a no seu contrário”. Naqueles anos a Casa foi recendo cada vez mais mestiços. “No entanto, só por volta de 1958-1959 é que começaram a aparecer muito mais jovens negros”. “Essa mestiçagem progressiva da CEI [...] foi-lhe conferindo um ambiente, um carácter diferente, africanizando-a mais, ligando-a mais profundamente às famílias africanas nacionais, à sua cultura miscigenada e às suas legítimas aspirações de uma vida melhor, mais digna, a um estatuto social superior, a uma mais vincada afirmação da sua identidade cultural e política” (Edmundo Rocha, *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (1950-1964)*, Lisboa, Ed. autor, 2003, p. 86- 87) Apud Castelo, 2011, p.11).

2010; FERREIRA, 2013;). O que levou mais uma vez o regime do Estado Novo a impor uma nova comissão de gestão à CEI.

Segundo Castelo (2011, p. 13), o chefe do Governo português na altura, António de Oliveira Salazar, despachando diretamente com o diretor da PIDE, defende que se devia ter “aproveitado a oportunidade para dissolver a CEI. Os associados já tinham dado problemas de sobra ao regime, quase todos tinham ficha na PIDE, onde constava, no mínimo, que era “contra a atual situação”.

Uma das últimas ações da CEI que causou ainda mais problemas ao regime do Estado Novo, e que pode ter contribuído para a dissolução definitiva da CEI foi a fuga em 1961 de cerca de 100 estudantes para o estrangeiro (conhecida como “fuga dos cem”), muitos deles ingressando nos já criados movimentos de libertação, nomeadamente PAIGC em Guiné-Bissau; MPLA em Angola e FRELIMO em Moçambique. O que teve “como consequência uma hemorragia de quadros políticos na CEI e o enfraquecimento da corrente nacionalista na instituição” (MATEUS, 1999; ROCHA, 2003; Apud FERREIRA, 2013, p. 466), no entanto, reforçou em termos de quadros formados os movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Este acontecimento surpreendeu as autoridades da metrópole,

nos jornais a fuga é minimizada ou mesmo abafada, mas numa informação da PIDE, de 4 de julho de 1961, enviada aos Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Interior, Exército, Negócios Estrangeiros, Comunicações e ao Secretariado da Aeronáutica, podemos ler: “A CEI funcionava, em Lisboa, como o principal centro recrutador [...] Não restam dúvidas que se mostra de grande amplitude o êxodo dos estudantes ultramarinos e a clandestinidade da forma como atuam” (CASTELO, 2010, p. 13).

Isso levou o regime do Estado Novo a endurecer medidas ainda mais contra CEI, mas a organização não cessou as suas atuações políticas, tendo participado na manifestação do luto académico na sequência da proibição do regime da manifestação do Dia do Estudante em março de 1962 (CASTELO, 2010; MORENO, 2016).

Contudo, fechava-se o cerco contra a CEI que já estava fragilizada com a “fuga dos 100”, isso porque segundo (ROCHA, 2003, p. 194, Apud CASTELO, 2010. p.14) “apesar do esforço daqueles que não participaram na fuga em tentarem manter o espírito lutador, conduzido por Carlos Ervedosa, a CEI nunca mais seria a mesma”.

Assim, a 6 de setembro de 1965, a PIDE viria a fechar em definitivo a sede da CEI, apoderando-se dos documentos da organização (CASTELO, 2010; FERREIRA, 2013; MORENO, 2016;).

Importa destacar que na altura do encerramento da CEI, o regime salazarista do Estado Novo já estava em guerra nas três frentes das suas cinco colónias em África: Angola, Guiné-Bissau e

Moçambique. O berço da luta anticolonial não pode ser dissociado das primeiras experiências da CEI, pois aquela organização (que foi criada/apropriada pelo regime salazarista com narrativas que pretendia mostrar ao mundo a unidade de império português de “Minho a Timor”, a multirraciedade, embasadas no luso-tropicalismo) acabou por ser centro de formação de uma parte da elite africana que viria a liderar ou integrar os movimentos de libertação face ao jugo colonial português. Um espaço de reconhecimento das suas identidades “reafricanização dos espíritos” como dizia Cabral), distanciando do suposto espírito de Portugalidade que o regime tanto vendeu ao exterior para manter as suas posições coloniais. Como apontou Laranjeiro, “foi a necessidade de redescoberta da sua própria história que desencadeou a emergência da grande maioria dos movimentos anti-coloniais” (LARANJEIRO, 2020, p. 121).

A CONCP: internacionalismo e solidariedade

As figuras que se destacaram pelas suas atuações políticas no âmbito da CEI¹⁷ nos finais dos anos quarenta e início de cinquenta do século passado, criaram uma organização de coordenação das suas estratégias de luta que foi a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), com a finalidade de influenciar a opinião pública internacional sobre a legitimidade das lutas pelas independências dos territórios dominados por Portugal e gerir os fundos que a organização angariava no âmbito da solidariedade internacional para com a luta dos movimentos independentistas nos territórios sob a colonização portuguesa. Ou seja, a CONCP foi uma continuação da luta política iniciada na CEI pela geração dos mais velhos.

Entre 18 e 20 de abril de 1961 aconteceu na cidade de Casablanca, Marrocos, a Primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Poucos dias depois já tinha se estabelecido em Rabat um Secretariado Permanente da CONCP, cujo responsável era o moçambicano Marcelino dos Santos. Aquele primeiro encontro recebeu 13 delegados dos seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Goa, Moçambique e São Tomé e Príncipe. As organizações presentes foram as seguintes: Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA); União Nacional de Trabalhadores de Angola (UNTA)¹⁸;

¹⁷ Importa ressaltar que nem todas as lideranças da CONCP passaram pela CEI, mas aqui destacamos muitos que lá passaram como são as figuras de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade etc.

¹⁸ Não confundir com UNITA (União para a Independência Total de Angola) que seria formada muito mais tarde.

Partido Africano para a Libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC); Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde (MLGG). Pelo lado de Goa participaram as seguintes organizações: Partido do Povo de Goa; Congresso Nacional; Conselho de Libertação de Goa; Liga de Goa. Moçambique esteve representado pela UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), pois ainda não estava formada a FRELIMO. São Tomé e Príncipe esteve representado pelo Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, através de seu presidente, Miguel Trovoadá. A segunda conferência da CONCP acontecerá, como veremos, em Dar-es-Salam.

Assim, os movimentos participantes na criação da CONCP estabelecem no estatuto da organização de que convencidos da necessidade urgente que a libertação dos povos colonizados por Portugal impunha, proclamar “a unidade de ação das organizações nacionalistas na luta por todos os meios para a liquidação imediata do colonialismo português e para a libertação de qualquer forma de opressão¹⁹”.

Por meio do já citado estatuto, a CONCP propõe como um dos seus objetivos: lutar para a realização imediata do direito à autodeterminação e a independência dos povos das colônias portuguesas; promover a unidade de ação dos movimentos de libertação nacional das colônias portuguesas, com o fim de dispersar as forças opressivas e agressivas do colonialismo português e de acelerar o processo de libertação das ditas colônias; fazer propaganda para obter apoio da opinião pública mundial a favor do povo das colônias portuguesas; dar provas de vigilância perante todas as manobras tendentes a enfraquecer os movimentos de libertação dos povos das colônias portuguesas ou a impor a esses povos novas formas de opressão; contribuir para a compreensão dos povos afro-asiáticos, de acordo com os princípios de Bandung, das Conferências de Solidariedade dos povos da Ásia, da África e das Conferências dos povos africanos; por meio da propaganda, conquistar o apoio ativo da opinião pública mundial a causa das colônias portuguesas.

A CONCP possui três órgãos constituintes²⁰ um Conselho Consultivo composto por um presidente e dois representantes de cada país (entende-se de cada movimento de libertação), um

¹⁹ Estatutos da CONCP", disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04604.023.016#!1> acesso em 17 nov. 2022.

²⁰ Ver a CONCP, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.009.001> acesso em 17 de mai. 2023.

secretariado permanente composto por um Secretário Geral, um Secretário do tesouro e um Secretario administrativo

Para o seu funcionamento visando os objetivos acima exposto, a organização unitária dos movimentos independentista, se estruturou a sua organização da seguinte forma: a Conferência é o órgão supremo da organização e reúne-se uma vez por ano, podendo também se-reunir de forma extraordinário por iniciativa do Conselho Consultivo ou por solicitação de uma maioria simples das organizações membros.

Depois da primeira Conferência que institucionalizou a CONCP em Casablanca, Marrocos realizada de 18 à 20 de abril de 1961, a organização só veio a realizar a segunda Conferência em outubro de 1965, em Dar-es-Salam, Capital da República Unida da Tanzânia. No comunicado²¹ da organização assinado pelo seu Secretário Permanente, o moçambicano Marcelino dos Santos, destaca-se os seguintes pontos a serem discutidos: a) estudar os problemas resultantes do desenvolvimento da luta armada contra o colonialismo português, nas três frentes: Angola, Guiné (Bissau) e Moçambique; b) desenvolver e consolidar a coordenação das ações entre as organizações nacionalistas das colónias portuguesas; c) formular a linha de ação comum contra o colonialismo português e pelas independências nacionais, no contexto africano e internacional.

²¹ Comunicado do Comité Preparatório da II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) sobre a realização da Conferência em Dar-es-Salam. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07059.022.012> acesso em: 17 mai. 2023.

Figura 05. A contar da esquerda para a direita: Tomás Medeiros, Maria Amália Lopes Fonseca, Amílcar Cabral, Aquino de Bragança, Mohamed Meghracui e Marcelino dos Santos. Durante a II Conferência da CONCP, Dar-es-Salam, outubro de 1965.



Fonte: Fundação Mário Soares/Maria Barroso

Nota-se na mesa do meio a bandeira da Tanzânia, país anfitrião da II Conferência. Vale ressaltar que a sede do Secretariado Permanente da CONCP foi fixada em Rabat, Marrocos, as Conferências ou reuniões da organização unitária eram realizadas não só em Marrocos, mas também noutros países que apoiam a causa independentista dos movimentos de libertação das colónias portuguesa, como a II Conferência que se realizou em Tanzânia. Na tarja a palavra “unidos venceremos” simbolizando o propósito que norteou a criação da CONCP, - união para vencer a colonização portuguesa.

Nas resoluções que saiu da II Conferência²² da CONCP em Dar-es-Salam entre vários pontos se destacam a declaração geral com desdobramentos das estratégias a serem adotadas pela organização unitária.

Assim, no ponto que trata da coordenação geral da CONCP a nível político-militar se destaca o seguinte: considerando a identidade da linha política das organizações do CONCP; considerando as semelhanças da ação armada nas três frentes de batalha já abertas (Guiné, Angola e Moçambique); considerando a necessidade de intensificar e acelerar os processos de liquidação total do sistema colonial português; a Conferência decidiu: coordenar as ações

²² Resoluções da II Conferência da CONCP, em Dar-es-Salam, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04603.007#!1> acesso em 17 mai. 2023.

política das organizações membros (da CONCP); coordenar da ação com vista a intensificar o ritmo das lutas armadas; estabelecimento de uma estratégia militar comum, através de organizações especializadas; reforçar por todos os meios a cooperação entre as organizações associadas, nomeadamente no que respeita às iniciativas a tomar no domínio das atividades complementares da luta armada, na educação e cultura, na formação de quadros e na assistência médica; estudar as possibilidades de novas iniciativas de ação militar conjunta contra as bases e meios materiais da potência colonial caso a guerra se prolongue. Tradução nossa.

É notório a vontade da CONCP em fazer face à inimigo comum (colonialismo português), no entanto, dada a conjuntura das lutas que naquela altura estava só começando nas já citadas três frentes, e levando em consideração a distância entre as três frentes e considerando ainda que os movimentos independentistas não dispunham de muitos meios, como seria um ataque conjunta mesmo que a guerra se prolongue.

Em 22 de agosto de 1966, a II Reunião Ordinária do Conselho da Direção do CONCP²³, realizada em Brazzaville, Capital da República do Congo, traz em detalhe o Programa de Ação da CONCP a ser realizado de agora em diante. Assim, no que diz respeito a relações internacionais se propôs o estabelecimento de relações diversificadas que possibilita o aumento da auidencia internacional da CONCP. Marcadas por duas características: dinamismo e mobilidade. Contudo, essas duas variantes estabelecida pela organização unitária não deve distanciar das estratégias já adotadas pelos movimentos que são: autonomia na concepção dos problemas internacionais, não-alinhamento e solidariedade anti-imperialista.

As ações da CONCP como coordenação das ações dos movimentos independentista deve ser no sentido de isolar o regime colonial português a nível internacional, ao mesmo tempo provocar uma ondas de solidariedade a favor dos objetivos da luta de libertação dos movimentos nacionalistas. Alías como anotou o historiador Julião Soares Sousa numa entrevista à SCHOLL, et al (2022, p. 155).

o nacionalismo que protagonizaria as guerras de libertação nos espaços de colonização portuguesa em África, ao assumir que a guerra movida contra um Estado estrangeiro e invasor era uma guerra defensiva, justa e, por isso mesmo, legítima à luz do direito internacional, considerava que a mesma deveria concitar o apoio e a solidariedade da comunidade internacional porque o tipo de conflito em questão extravasava a dimensão interna, para se transfigurar num conflito internacional, por se tratar de uma guerra defensiva de um povo agredido.

²³II Reunião Ordinária do Conselho da Direção do CONCP disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04334.002.012> acesso em: 17 mai. 2023.

No que se refere a coordenação político-militar, estabeleceu-se que a CONCP deve aprofundar o conhecimento das suas organizações membros relativamente às suas linhas políticas. Assim, para que o esforço político empreendido por cada movimento nacionalista encontre o prolongamento suplementar na organização unitária. Possibilitando com isso, o enriquecimento mútuo das experiências de cada movimento nacionalista, das relações destes com a CONCP, bem como das relações do organismo unitário com o exterior.

No que tange a informação e propaganda, constatou-se durante a II Reunião Ordinária do Conselho da Direção do CONCP, que as notícias nos grandes órgãos de informação mundial relacionadas as colónias portuguesas tem ocupado lugar reduzido.

Para a CONCP, isso se deve à vários fatores: fatores de ordem externa devido a importância que as repercussões internacionais tem suscitado com uma potência colonial, somados à fatores internos relativos a carencia dos meios de difusão da organização. Foi nesse sentido que para a organização unitária, é urgente levar informações ao nível que o mundo moderno exige.

No entanto para a organização unitária, isso cabe aos departamentos competentes de cada organização membro a tarefa de fornecer ao Secretariado Permanente da CONCP e com agilidade os dados sobre vários aspectos do combate em curso, assim como a situação geral nos respectivos territórios, complementados com informações particulares que o Secretariado pode colocar em circulação no exterior relativos ao conjunto dos territórios coloniais no seu todo. Ao inverso, o Secretariado Permanente repassa para cada organização membro os ecos internacionais provocados pelas informações dos movimentos nacionalistas.

A CONCP se configura como a continuidade da luta política que os “velhos conhecidos” da CEI, a “geração de Cabral” iniciara em Lisboa. Se é verdade que nem todos os dirigentes dos movimentos que integraram a CONCP tiveram passagem pela CEI, não é menos verdade que a atuação de ex-notáveis figuras integrantes da CEI nomeadamente Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, este último Secretário Geral da CONCP, foi importante para dinâmica que a organização unitária teve durante as lutas pelas independências dos territórios da colonização portuguesa.

CAPÍTULO 2. AS NAÇÕES UNIDAS E A DESCOLONIZAÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial traz uma nova reconfiguração de poder no mundo, fez mudar os interesses geoestratégicas dos países, turbinou as ideologias bem como o nacionalismo, as ideias de autodeterminação dos povos ganharam força. O mundo viu nascer aquilo que ficou conhecido como a Guerra Fria com dois blocos (capitalismo versus comunismo) a digladiarem em busca de espaços para sua esfera de influência. O colonialismo estava em declínio e os povos colonizados se lançavam numa derradeira luta pela autodeterminação.

Assim, um marco importante naquela conjuntura, e na caminhada anticolonial se deu com a Conferência de Bandung, onde países afro-asiáticos independentes Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão²⁴, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Indonésia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnã, Irão, Iraque, Vietnã do Sul, Nepal, Iémen do Norte, Etiópia, Líbia, Libéria e Egito, se reuniram para traçar estratégias conjuntas face a bicefalia da liderança mundial (capitalismo e comunismo), e ajudar outros povos a se libertarem das amarras coloniais. Segundo Varela (2018, p. 210), “a conferência veio a ser a institucionalização de uma nova realidade: a emergência de nações independentes, com um programa político fortemente marcado pelo anticolonialismo”.

Os países participantes naquela conferência estavam determinados em promover a autodeterminação dos povos colonizados traçando os seguintes objetivos:

a autodeterminação dos povos, a rejeição do colonialismo e do neocolonialismo, ou seja, domínio econômico; o não-alinhamento com nenhuma das duas superpotências, EUA e URSS; a solução dos conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU; o direito de cada nação a defender-se de uma agressão (VARELA, 2018, p. 210).

Contudo, apesar de não alinhamento definidos como um dos objetivos durante a Conferência de Bandung, os países afro-asiáticos e os movimentos de libertação que começaram a despontar nomeadamente nos territórios ocupados por Portugal em África não vão escapar da rede de influências de duas tendências ideológicas (capitalismo e comunismo), durante a guerra fria.

No caso dos movimentos de libertação nos territórios ocupados por Portugal em África, mormente PAIGC, FRELIMO e MPLA tiveram apoio significativo do bloco comunista

²⁴ Hoje Sri Lanka.

para o desenvolvimento de suas ações contra o domínio colonial português, não obstante a abertura de Cabral e o seu PAIGC em receber apoios independentemente da ideologia do país que a oferece, a ajuda dos países socialistas foi significativo para o sucesso que a luta do PAIGC teve face ao regime colonial português, e isso levou que Cabral, líder do PAIGC, seja as vezes taxado de marxista no ocidente.

No entanto, apesar de o líder do PAIGC ter uma grande admiração pelo Lenin, ex-líder da ex-URSS²⁵ e de ter posições muitas vezes marxistas, ao mesmo tempo, Cabral não se via como um marxista ou não marxista, procurava também apoio no universo capitalista e rejeitava envolver-se em disputas ideológicas que não beneficiasse diretamente à luta do PAIGC (DIAS, 2020), e isso transparecia nos discursos de Cabral, sobretudo, nos discursos voltados para o lado capitalista onde sempre dizia que a luta do PAIGC não era contra Portugal e seus aliados capitalistas, mas sim contra o regime colonial português e à favor da independência do povo guineense e caboverdiano em particular, e do povo africanos em geral.

Nessa ótica, segundo ainda os argumentos de Dias (2020, p. 23), para quem, Amílcar Cabral, “em sua vida pública, sempre rejeitou rótulos ideológicos. Lutando pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde num mundo dividido pela Guerra Fria, não se declarava capitalista nem comunista”.

Durante os seus anos de formação como Engenheiro agrônomo em Portugal, Cabral se nutriu o seu pensamento através dos movimentos como “... o lusotropicalismo, a Negritude, os movimentos negros das Américas, a literatura brasileira, Frantz Fanon, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh, a Revolução Cubana, a Revolução Argelina,” (DIAS, 2020, p. 21), mas preocupado sempre com a questão do colonialismo e da exploração do “homem africano”, do desenvolvimento da África em geral e da Guiné-Bissau e Cabo Verde em particular.

Cabral foi um homem de muitos predicativos notáveis, que transcendia o socialismo. Para Dhada, é errado e reducionista dizer que Cabral e o PAIGC puseram em prática uma experiência socialista, ou que as suas ações fossem exercícios ideológicos. Dhada aconselha que se atente para o que eles efetivamente fizeram, para além da retórica socialista colorida: uma campanha em direção à construção do Estado (DHADA, Apud DIAS 2020, p. 24).

Chabal citado por Dias (2020), sustenta que Cabral não determinava como seria o socialismo na Guiné-Bissau com a finalidade de evitar que seja conotado a um modelo

²⁵ A União Soviética foi criada em 1922 e Lenin faleceu em 1924, portanto foi um dos seus primeiros líderes.

particular, ou que essa determinação fosse enxergada como importação de experiências socialistas de outros Estados

Amílcar Cabral buscava não se associar a qualquer ideologia e evitava posicionar-se à esquerda ou à direita. Embora, “nos países socialistas – os principais apoiadores do PAIGC –, Cabral teria enunciado discursos mais à esquerda, com uso de “certos chavões”, o que teria feito com que alguns ocidentais o considerassem comunista” (TOMÁS, 2008, Apud DIAS, 2020, p. 27-28).

Posição de Portugal nas Nações Unidas

No século XX, depois de o mundo ser sacodido com duas grandes guerras os países, sobretudo os vencedores da Segunda Guerra Mundial decidiram pela criação de um instrumento mundial que possa assegurar o ímpeto que os seres humanos tem de dominarem o seu semelhante. No final da Primeira Guerra Mundial criou-se a Sociedade das Nações (SDN), como organização que garantiria ou persuadiria as nações a velarem pela paz no mundo.

Acontece que, por pouco tempo depois o mundo se viu confrontado com um novo conflito bélico ainda mais brutal que a Primeira Guerra Mundial, desencadeado mais uma vez por vontade que seres humanos ou grupo de seres humanos nutrem de dominar e subjugar o seu semelhante, eclodia assim a Segunda Guerra Mundial. No termino desse conflito, mais uma vez criou-se uma instância internacional com o intuito de zelar pela paz no mundo. Assim, a 26 de junho de 1945, na cidade Norte americana de São Francisco foi assinada a Carta das Nações Unidas que começou a vigorar a 24 de outubro do mesmo, nascia assim a Organização da Nações Unidas (ONU).

Esta organização supra nacional estipula no seu artigo primeiro os seus objetivos e princípios que é “manter a paz e a segurança internacionais; tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão” (CARTA DA ONU, 2009, p. 05), e a organização está aberto à entrada de mais membros “amantes da paz” desde que estes aceitassem as obrigações emanadas na Carta.

No seu capítulo XI, que trata da “Declaração relativa a Territórios não Autónomos”, a Carta da Nações Unidas no artigo 73 estabelece que os membros desta organização que tem sob a sua responsabilidade os territórios cujo o seu povo ainda não se autogoverna têm o dever de garantir, e em respeito à cultura desse povo, o seu progresso político, económico, social e educacional, além disso, o mesmo artigo estabelece ainda que os Estados membros que

possuem territórios não autônomos devem permitir que povo desse território se promova o seu próprio governo, levando em consideração a ambição desse povo e ajuda-los a desenvolver de forma progressiva as suas instituições políticas (CARTA DA ONU).

A Carta da ONU através ainda do seu artigo 73, estabelece que os membros daquela organização que possuam ainda os territórios não autônomos devem transmitir de forma regular o Secretário Geral da Nações Unidas informações estatísticas relativo à situação econômica, social, educacional etc. desse território, por questão de segurança.

Portugal que ingressou na ONU em 1955, logo no ano seguinte, foi lembrado através de uma missiva do Secretário Geral das Nações Unidas sobre as determinações que consta do capítulo XI que trata de territórios não autônomos, “respondeu-lhe Portugal que seus territórios eram províncias ultramarinas, partes integrantes da Metrópole, não sujeitos, portanto, aquelas determinações” (MELO, 1974, p. 08), ou seja, a narrativa portuguesa de um Portugal Império uno e indivisível não era algo que aquele país estava disposto a abrir mão.

Começava desta forma na ONU a defesa intransigente da posição portuguesa no que tange a independência dos territórios por ele ocupados em África, como a extensão territorial do seu Estado uno e indivisível. Essa posição de “braço de ferro” que opunha Portugal versus ONU e territórios africanos sob a sua ocupação mereceu várias condenações através das resoluções votadas nos diferentes órgãos da ONU, desde a sua aderência a esta organização até a independência dos territórios por ele ocupado em África, nos anos setenta do século passado, e vai ser desenvolvida neste capítulo.

Portanto, “Portugal sempre se recusou a fornecer as informações solicitadas ao abrigo do Artigo 73 da Carta das Nações Unidas, escudando-se na revisão constitucional de 1951, segundo a qual não possuía colónias, mas sim províncias ultramarinas” (SANTOS, 2008, p. 58). No documento enviado a Portugal pedia a este país que forneça as informações segundo Santos (2008), em relação à população das suas colónias, o estatuto e organização política, o direito desses povos de voto, à segurança interna, a ordem pública, a organização administrativa, judiciária e económica, os direitos humanos, as liberdades fundamentais, o efetivo militar estrangeiro presente nos territórios e a obrigatoriedade de prestação de serviço militar pelos africanos no exército português.

Segundo Melo (1974), a Assembleia Geral das Nações Unidas cria uma comissão especial para analisar a situação dos territórios e a conclusão a que comissão chegou em 1960 são divergentes à argumento defendido por Portugal, ou seja, esses territórios não são autônomos. Entretanto, a ONU insiste em analisar a relação de Portugal com os seus territórios colonizados em África tendo em 1961 criado mais uma vez uma comissão para estudar a

situação desses territórios. A comissão produziu um relatório no qual se destaca que o descontentamento dos povos dos territórios africanos ocupados por Portugal se deve principalmente, a relação colonial que o governo português impunha aos nativos locais com o objetivo de impor a cultura (lusotropicalismo) e a cidadania portuguesa, ao mesmo tempo que nega a oportunidade aos nativos de desenvolverem as suas personalidades e de empreender os seus anseios.

Enquanto Portugal continua a defender que os territórios africanos sob a sua ocupação são as suas províncias ultramarinas, portanto extensão da metrópole (mãe pátria), “a maioria dos habitantes indígenas não tem os mesmos direitos civis e políticos dos habitantes de Portugal, e em muitos dos territórios eles têm sido submetidos a prática de trabalho forçado” (MELO, 1974, p. 09).

A insistência de Portugal em não reconhecer o direito dos povos desses territórios a autodeterminação determinada na Carta das Nações Unidas, fez com que em dezembro de 1962, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou o comportamento de Portugal e exortou o país a tomar rapidamente medidas com vista a reconhecer o direito dos territórios à autodeterminação e a independência Melo (1974), o que não foi aceite pelo regime salazarista de Estado Novo

Em julho de 1963, segundo Melo (1974), o Conselho de Segurança das Nações Unidas considera a situação dos territórios africanos colonizados por Portugal de perturbar gravemente a paz e segurança em África, e convoca Portugal a cumprir urgentemente as anteriores recomendações emanadas de Assembleia Geral das Nações Unidas. Apelando por outro lado, os países membros da organização a pararem de dar assistência ao governo português que a possibilite de continuar a violentar a população desses territórios e o embargo na venda de arma.

Seguindo com a sua insistência de pressionar Portugal sobre a questão colonial, em 1965, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece a legitimidade dos movimentos africanos que lutam pela libertação em Angola, Guiné e Moçambique e fez uma exortação à instituições especializadas da ONU, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de absterem de conceder auxílio técnico, financeiro e econômico à Portugal enquanto este país persistir em negar a possibilidade de independência aos territórios africanos ocupados por ele (MELO, 1974).

Outros organismos ligados as Nações também pressionaram Portugal para deixar a sua posição de não reconhecimento do direito ao povo dos territórios ocupados à independência nos moldes da Carta das Nações Unidas. Assim, em 1966 a Organização Mundial de Saúde (OMS), suspendeu o direito de Portugal participar de suas atividades regionais na África Melo (1974),

no mesmo ano a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), decidiu não conceder a Portugal o auxílio na área da educação ciência e cultura.

Ainda em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas apelou os seus Estados membros sobre a situação dos povos dos territórios sob a ocupação portuguesa em África, que estão a lutar para a conquista da sua autodeterminação e independência, a “conceder todo apoio moral e material necessário à restauração de seus inalienáveis direitos”, [e] reconhece a legitimidade da luta deles para conquistá-los (MELO, 1974, p. 12).

Vale ressaltar que Portugal, membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), apesar das várias resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas condenando as atitudes de Portugal que reiteradamente insiste em rejeitar o direito à autodeterminação e independência aos povos dos territórios colonizados, continuou a receber apoios no âmbito da cooperação militar da OTAN. Foi por isso que mais uma vez,

Assembleia-Geral da ONU renovou a todos os Estados, sobretudo aos membros da OTAN, a solicitação para que não dessem nenhuma colaboração às forças portuguesas de terra, ar e mar porque essa colaboração dificultaria a realização dos objetivos da Declaração de Descolonização. A resposta da OTAN foi que não fornecia armas e equipamentos a Portugal para uso nos territórios africanos (MELO, 1974, p. 13).

Os apoios que Portugal recebia no âmbito da OTAN era se supunha, pelo menos por parte dos países que a fornecem que é para a defesa de Portugal, portanto, não deve ou não deveria ser utilizado nas guerras coloniais nos territórios africanos colonizados por Portugal. Acontece que Portugal com as suas narrativas considerava que os territórios africanos ultramarinos era parte da extensão do seu Estado, e considerando que Portugal não era grande produtor de armas, não era de se estranhar que este país usasse as armas fornecidos no âmbito da OTAN nas suas guerras nos territórios africanos mesmo que a OTAN alega que os apoios da organização não se destinavam para esse fim.

Em dezembro de 1971, mais uma vez Assembleia-Geral da ONU “condenou o indiscriminado bombardeio de civis e a cruel e indiscriminada destruição de aldeias e propriedades pelas forças militares portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau” (MELO, 1974, p. 14). Numa altura que a situação militar no terreno era desfavorável ao regime colonial sobre tudo na Guiné-Bissau onde o PAIGC controlava uma vasta parcela desse território.

Ainda sobre as condenações de Portugal sobre o seu imbróglio colonial no continente africano segundo Melo (1974, p. 15) “em 22 de novembro de 1972, ainda o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a Resolução nº 322, que reconhece o direito dos povos dos territórios portugueses à autodeterminação e à independência”. Mas Portugal estava determinado a levar até as últimas consequências a sua aventura colonial no continente, por

conta disso tem ignorado insistentemente as resoluções tanto da Assembleia Geral da ONU, como do Conselho de Segurança da ONU e de outras agências da ONU que condenam a sua posição colonial em África numa altura que outras potências coloniais como Inglaterra, França Bélgica etc. já haviam deixado ou em processo de deixar de colonizar os territórios por eles ocupados em África.

Os movimentos africanos que lutavam para a independência dos seus territórios ocupados por Portugal tiveram que lutar de forma ferrenha até que o regime colonial sentiu que por via da arma a situação colonial não podia ser resolvida a seu favor, e o PAIGC já havia declarado a independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, deixando Portugal ainda mais pressionado a nível internacional não lhe restando outra alternativa a não ser aceitar a independência proclamada por PAIGC, e negociar a independência com os outros movimentos de Angola e Moçambique.

“A descolonização, entendida como o desmantelamento do que se transformara desde 1890 num sistema de dominação imperial centrado na Europa, tornar-se-ia num dos acontecimentos mais significativos da segunda metade do XX. Século” (SANTOS 2014, p. 14), sobretudo pós Segunda Guerra Mundial, e Portugal foi dos atores que esteve no centro das atenções no que diz respeito a descolonização como acima demonstrado pela sua relutância em descolonizar os territórios africanos que ocupava.

A descolonização foi um processo de rompimento do poder sistémico centrado na Europa, que, no entanto, teve vários fatores que contribuíram para a sua efetivação sobretudo no continente africano, neste sentido, Santos (2014, p. 15), aponta nos seus escritos que sem “colocar de parte a influência que as forças estruturais terão tido, tem-se argumentado que ideias, com origens no Ocidente e adoptadas pelos anticolonialistas, foram o fator determinante na abolição do colonialismo”.

Existem abordagens, entretanto que, aponta que a atuação da ONU no que diz respeito a posição portuguesa sobre a descolonização dos territórios ocupados em África não foi contundente ao longo dos tempos.

Por isso, segundo os argumentos de Santos (2014, p.25),

os órgãos das Nações Unidas terão sido inicialmente moderados, radicalizando gradualmente as suas decisões contra o colonialismo português em resultado da existência de uma maioria substancial de oposição a Portugal na Assembleia Geral e no Comité de Descolonização. comportamento mutável de alguns países, sobretudo das potências coloniais, fruto da instrumentalização por Portugal das suas relações bilaterais, é apontado como responsável pela moderação de algumas decisões mais radicais.

É preciso lembrar que nessa altura o mundo se encontrava numa disputa bipolar entre o bloco capitalista liderados por EUA e o bloco comunista comandado pela União Soviética para a hegemonia ideológica mundial, e sendo Portugal um membro da OTAN, portanto, “rival” Soviético daí não é de se estranhar a moderação de alguns membros da OTAN e da ONU em não condenar o comportamento colonial de Portugal.

Como outras potências coloniais principalmente França Bélgica e Inglaterra já deixaram as suas colônias em África apoiar Portugal na sua insistência em manter colônias em África por parte destas potências seria no mínimo contraditório, contudo, Portugal “procurou o apoio da NATO nas guerras em África, esgrimindo o perigo crescente da influência soviética no Atlântico Sul” (LOUSADA, 2011, p. 43).

Entretanto, as posições das potências, sobretudo do EUA e da Inglaterra nas resoluções condenatórias em relação ao regime colonial português que a ONU e seus órgãos tem tomado não são estáticas, como argumenta Santos (2008, p. 65), a posição dos EUA foi desde começo “marcada por abstenções ou por votos contra os projetos apresentados. Por outro lado, em meados de 1962, alteraram a sua política em relação a Portugal na ONU, tendo a administração Kennedy revisto as suas posições nesses órgãos”.

Em relação a posição da Inglaterra sobre as contendas coloniais que envolvia Portugal e seus territórios coloniais e as decisões da ONU e dos seus órgãos Santos (2008, p. 65) pontua que

a Grã-Bretanha tinha um papel moderado, pois «Em algumas votações na ONU e, sobretudo, na aprovação de um embargo ao fornecimento de material militar susceptível de ser usado em África, os governos britânicos fizeram questão de se dissociar da política colonial intransigente de Salazar. É certo que nunca assumiram uma atitude tão abertamente crítica quanto a administração Kennedy em 1961; mas também nunca foram tão longe como outras potências europeias (como a França ou a Alemanha Ocidental) no amparo político-militar à política colonial do Estado Novo. Digamos que, como o próprio Salazar notou em 1962, no rescaldo da queda de Goa, a Grã-Bretanha nunca foi capaz de escapar ao aborrecimento de dolorosas contradições» no relacionamento que manteve com Portugal a partir de meados dos anos 50.

Como assinalamos anteriormente, é preciso levar em conta que estas posições destas potências acima citadas decorriam em função dos interesses capitalistas destes países que contrapunha ao bloco comunistas liderado por URSS.

Luta anticolonial e imagens

Nos próximos dois capítulos, estabeleceremos um diálogo entre as fontes documentais e os registos imagéticos. Como vincou Soilo (2012, p. 73) para quem

a tradicional forma de abordar por meio da escrita o conhecimento, atualmente vem dando espaço às novas possibilidades de versar sobre a ciência através de recursos imagéticos. Se a cultura material, gestos, práticas, rituais podem ser descritos textualmente, também são passíveis de estampar fotografias, estas muitas vezes apresentando características não suscetíveis de revelação através da escrita.

No campo das artes, da história, assim como da antropologia visual e outras ciências sociais o recurso imagético para difundir conhecimentos tem vindo a ganhar relevância. No que diz respeito a Antropologia é importante destacar que desde os tempos de Malinowski com o seu trabalho de campo nas ilhas Trobriand incorporou fotografias no seu trabalho não só como meras fotografias, mas sim como instrumento de coletar e registrar dados (CAMPOS, 1996). A incorporação de imagens na obra de Malinowski nos permite enxergar a importância que o autor deu aos registros visuais através das fotografias.

Depois da publicação da obra de Bronislaw Malinowski passaram cerca de 20 anos para que em 1942 Margareth Mead e Gregory Bateson publicaram *Balinese Character: a Photographic Analysis*, um trabalho que na opinião de (CAMPOS, 1996) foi o precursor na utilização de imagem como documento. Campos (1996, p. 179) argumenta que “não devemos nos furtar da lembrança, de que o reconhecimento da antropologia enquanto ciência, não se deu em período muito anterior ao advento da fotografia”. A fotografia surge no período da Revolução Industrial e no seu prelúdio narrava acontecimentos para arquivos históricos, com a sua propagação ao longo do tempo acabou por trazer a possibilidade inovadora de servir de instrumento de pesquisa, expressão artística de repassar informações e conhecimentos (RODRIGUES, 2007; FABRIS, 2008, Apud SOILO, 2012).

Por seu turno (GURHAN, 1995, Apud Soilo, 2012) pontuou que o nascimento da fotografia se deu em simultâneo com o surgimento da antropologia no século XIX, época que marcou o encontro desses dois campos interessados pela vida social. Nesse sentido, segundo ainda Gurhan citado por Soilo naquele período, a fotografia se caracterizava por ser posada e sofrer forte ideologia dos pesquisadores.

É possível que muitas das imagens que retratam a luta anticolonial na Guiné-Bissau, tenham circulado por revistas e periódicos internacionais em solidariedade com a causa do PAIGC. Não temos maiores informações sobre os autores “individuais” daquelas fotografias. No entanto, tal como a própria luta empreendida, preferimos pensar que se trata de uma autoria coletiva.

No seu ensaio intitulado “Rastreando fotografia”, Elizabeth Edwards discorre sobre a história da fotografia na prática antropológica apresentando “três “instantâneos” temáticos de

momentos de entrelaçamento, os quais mapeiam o deslocamento da relação antropológica com o meio fotográfico” (EDWARDS, 2016, p. 153), no primeiro instantâneo, que trata de questões de evidência, ela abordou as formas pelas quais a fotografia (meio) e as fotos (objetos materiais) têm sido utilizadas para estabelecer o fato antropológico; no segundo instantâneo, a autora fala de formas pelas quais as práticas representacionais da fotografia converteram-se em presença significativa nas políticas culturais de representação, no seio da disciplina e fora dela; por último ela explora o papel revigorador e reinterpretado da fotografia dentro da antropologia, sobretudo a emergência de etnografias de práticas fotográficas, de um lado, e por outro lado, o comprometimento histórico com a herança visual da disciplina.

Posto isto, a autora analisou

como a fotografia pode ser situada não apenas na antropologia visual, mas na disciplina como um todo. Através da circulação fluida de imagens e das estratégias de representação, bem como das fronteiras movediças da prática disciplinar e da multivalência e possibilidade de recodificação da fotografia em si, constituiu-se uma complexa teia de influências, ideologias e abordagens teóricas e metodológicas em relação à fotografia, de modo que as práticas contemporâneas da disciplina e o legado visual da antropologia não podem, necessariamente, estar desvencilhados (EDWARDS, 2016, p. 155).

No que diz respeito a questões relacionadas as evidências, Edwards argumenta que a natureza mecânica e indicial das fotografias, como inscrições ao que tudo indica não mediadas, fez com que as fotografias se tornassem fundamentais para o estabelecimento e a conexão do método objetivo e o desígnio de objetividade por um extenso leque de disciplinas. Contudo, segundo autora, “embora a fotografia possa ser uma ferramenta realista por excelência, a validação da evidência tem sido atribuída, há mais de um século, à qualidade da observação” (EDWARDS, 2016, p. 155).

Relativamente ao poder da representação, Edwards (2016, p. 166) sublinhou que conceitos antropológicos abstratos, nomeadamente “etnicidade, gênero e identidade, assim como a própria história da disciplina, entrelaçada com o colonialismo e sua autodefinição, passaram a ser crescentemente explorados através do prisma da fotografia.

Assim sendo, a autora sublinhou que

o trabalho com fotografias está se tornando um percurso frutífero por meio do qual se torna possível explorar outras áreas das preocupações teóricas da disciplina, [...] o potencial para uma teoria expandida da fotografia, capaz de alargar ou, até mesmo, desestabilizar o cânone teórico e, ao mesmo tempo, conectar-se com grandes preocupações antropológicas – como as questões de memória identidade, etnicidade, nacionalismo e globalização –, é uma das possibilidades mais excitantes da antropologia visual hoje (EDWARDS, 2016, p. 183).

Instado a pronunciar sobre o processo histórico de uso da fotografia no trabalho de campo desde o século XIX, Edwards considera que “houve um deslocamento epistêmico nítido entre fotografias constituírem um certo tipo de evidência, que é como foram usadas a partir do século XIX, e as preocupações de finais do século XX sobre o que fotografias “fazem” (MAUAD, 2023, p. 312),

Apesar de Elizabeth Edwards considerar que existem dois campos na antropologia visual: de um lado antropólogos que habitualmente (...) são fazedores de filmes, que trabalham com filmes ou fotografias como dispositivo comprovativo, visando responder as indagações de âmbito antropológica ou sociológica; há um outro campo no qual - ela diz pertencer, - que interessado na antropologia de sistemas visuais, trabalham com questões acerca do que as pessoas desejam que a fotografia seja, e o que fazem com ela. Edwards resume tudo isso não como uma antropologia visual, mais sim como uma antropologia que tem como temática o uso de imagem, portanto uma antropologia do visual (MAUAD, 2023).

No presente trabalho, a utilização de imagens não se resume unicamente ao aspecto ilustrativo, mas servem também como argumento heurístico que mostra a performatividade das imagens produzidas pelo PAIGC e seus simpatizantes, no contexto da luta de libertação da Guiné-Bissau e colocadas em circulação a nível interno entre os combatentes e populações guineense e no âmbito internacional, com intuito de reforçar o engajamento da luta do movimento independentista liderado por Amílcar Cabral.

“A fotografia desperta o desejo de saber aquilo que não pode mostrar, pois é talvez uma incognoscibilidade [unknowability] máxima que está no centro do desafio histórico da fotografia” (EDWARDS, 2021, p. 33).

como as fotografias se tornam “antropológicas”? As fotografias têm uma performatividade, um tom afetivo, uma relação com o observador [...], uma fenomenologia não por seu conteúdo, mas sim pela sua existência como objetos sociais ativos, projetando-se e movendo-se em direção a outros espaços e tempos. Isso significa mais do que imagens passivas sendo lidas em diferentes contextos, apesar de isso ser obviamente parte da equação. Mas, como um dispositivo heurístico, podemos ver imagens como ativas através de sua performatividade, enquanto o passado é projetado ativamente no presente pela natureza da fotografia em si e pelo ato de olhar para a fotografia (EDWARDS, 2021, p. 35).

Embora as fotografias possam ter diferentes densidades no modo com o qual reúnem um campo de força de relações sociais e apresentam seus conteúdos, elas, todavia, carregam consigo as características da fotografia como meio de inscrição” (EDWARDS, 2021, p. 35). Ao mesmo tempo as imagens veiculadas, se inscrevem em uma batalha pelo “real”. Neste caso, se

trata de uma luta anticolonial, na qual a câmara fotográfica é análoga a outros tipos de artefatos – como as próprias armas – capazes de mobilizar outros “disparadores”.

CAPÍTULO 3. DO SENTIMENTO ANTICOLONIAL À LUTA ARMADA

Nos anos cinquenta e sessenta do século passado, alguns países africanos já haviam alcançado as suas independências, como é o caso da vizinha Guiné Conakry que foi o primeiro país subsaariano colonizado pela França a conseguir a sua independência em 1958, dois anos depois foi a vez do Senegal outro país colonizado pela França, também vizinho da Guiné-Bissau a tornar-se independente; em 1965, a Gambia, colonizada pela Inglaterra conseguiu a sua independência, só para citar alguns que geograficamente são próximos da fronteira com a Guiné-Bissau.

Portugal, temendo a onda independentistas que havia nos outros territórios da região e da África em geral colonizados pelas outras potências, reforçava ainda mais o seu controle sobre os territórios sob o seu domínio, uma das quais a Guiné-Bissau. Cabral, e o PAIGC criado por ele, tiveram que preparar-se para uma luta armada, face a relutância de Portugal em conceder de forma pacífica a independência ao território guineense. Numa entrevista ao jornalista Heinrich Von Tiedmann correspondente da rádio e televisão da República Federal da Alemanha em Dacar, Amílcar Cabral argumentou: “contra as nossas aspirações, o governo colonial de Portugal recorreu em todos os momentos aos meios de força para nos dominar. Nós recorremos a todos os meios pacíficos para nos libertar, mas em vão” (FONSECA & PIRES, 2018, p. 122).

Neste capítulo, falaremos da preparação que Cabral/PAIGC²⁶ fizeram para sustentar uma luta armada contra o colonialismo português e as diferentes fases que essa luta teve até a vitória final alcançada com a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau a 24 de setembro de 1973, e o reconhecimento de jure um ano depois pelo governo português, tornando-se no primeiro país africano colonizado por Portugal a alcançar a sua independência.

Por uma luta pela independência

Amílcar Cabral, depois da sua formação universitária como agrônomo em Lisboa, voltou para a Guiné-Bissau no decorrer dos anos cinquenta do século passado, para trabalhar na administração pública colonial, como Engenheiro agrônomo na repartição de Granja de Pessubé, arredores de Bissau. foi nesta condição que Cabral foi encarregado de fazer um

²⁶ Cabral/PAIGC, porque na nossa opinião estão tão ligados que consideramos ser uma só entidade, e ao longo deste trabalho pode aparecer juntos ou separados dependendo do contexto a que estamos referindo, mas considero basicamente como a mesma coisa.

recenciamento agrícola na Guiné em 1953, um trabalho que lhe permitiu que conhecesse de perto a realidade de vida deste povo (BORGES, 2008; DIAS, 2020). Feito o trabalho do censo agrícola e conhecendo de perto a exploração colonial a que o povo guineense estava sujeita, Cabral decidiu-se pela mobilização da massa camponesa para uma luta corajosa por justa causa.

Referindo ao processo de mobilização para a luta no seu discurso durante o Seminário dos quadros do PAIGC realizado em novembro de 1969²⁷, Cabral afirmou que no início da luta, os dirigentes do PAIGC estavam convencidos de que, se mobilizassem somente os trabalhadores de Bissau, Bolama, Bafatá etc. para que fizessem greves, com protestos nas ruas reclamando com a administração colonial, seria o suficiente para que o regime colonial se conscientizasse e mudasse de atitude negociando a independência com o PAIGC. Mas essa estratégia era falível, segundo os argumentos de Cabral, porque na Guiné os trabalhadores não tem/tinham a força como em outros países. Os trabalhadores não tem grande força econômica na Guiné, a força econômica na quela altura concentrava essencialmente no campo, contudo, segundo ele, no campo, dada a condição e a situação política do povo mediante a dominação colonial era quase que impossível fazer greves, sem levar em conta que o regime colonial reprimia qualquer manifestação de forma brutal e com força total.

Para começar a luta, segundo Cabral, a estratégia que o partido [PAIGC] tinha era de confiança nos seus camaradas, o princípio que o partido adotou desde o início da mobilização com os seus militantes é o de: confiar para poder confiar. Dito de outra forma, o partido confiou primeiro no seu povo que lhe retribuiu a mesma confiança, era necessário confiar no povo para fazer uma luta que o PAIGC conduziu contra o regime colonial português na Guiné-Bissau.

Nos seu discurso no já citado Seminário de quadros realizado em Conakry em novembro de 1969, Cabral, afirma: “a nossa confiança é ilimitada, tão ilimitada, que não há ninguém no nosso partido, na nossa luta, que tenha cometido qualquer erro, que nós não voltamos a confiar nele de novo, para abrir caminho para ele avançar”. Cabral dizia que o homem é recuperável, ou seja, o indivíduo pode ser dado a chance de se corrigir dos seus erros cometidos durante o processo de luta.

Cabral afirmou naquela ocasião que ele e seus camaradas que criaram o partido, o seu trabalho mais do que libertar a Guiné-Bissau, mais de que criar o partido e dirigir a luta, é

²⁷ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04342.002.009>. Acesso em 14 nov. 2022.

garantir o futuro desse país, um futuro nas mãos dos seu povo que luta por meio dos seus filhos para conduzir o destino do país de forma livre e independente.

Para isso, Cabral depositava muita confiança nos jovens como continuadores da sua luta, ele afirmava, “a nossa consciência nesta luta só vale, se pensamos que o futuro do nosso partido, o futuro da nossa terra, o futuro do nosso povo, pertence aos camaradas mais novos, aos militantes e responsáveis mais novos”, jovens sendo a força motriz de qualquer sociedade e Cabral consciente disso, tirava proveito disso incentivando jovens a lutar para o seu futuro e futuro da sua nação, aliás, grande parte dos combatentes do movimentos eram jovens.

Importa lembrar que a Guiné-Bissau não lutou sozinho para a sua independência, aliás, Cabral juntou guineenses e caboverdianos para uma luta conjunta para a independência dos dois territórios e neste trabalho embora as nossas análises se concentram mais na luta pela independência da Guiné-Bissau, aparecerá referências sobre Cabo Verde dada a própria associação que a luta de Cabral/PAIGC tem em relação a esses dois territórios (Guiné e Cabo Verde).

Amílcar Cabral defendia o diálogo com as pessoas de forma séria, explicando-as o objetivo da luta, ele defendia que as pessoas não deviam ser enganadas a acerca do objetivo da luta e rechaçava o oportunismo de quem se queira aproveitar-se do partido ou dele [Cabral]. Nesse sentido, Cabral afirmou no seu discurso no já citado Seminário de quadros que, “há pessoas que abandonaram o partido tanto na Guiné Como em Cabo Verde porque queriam ter Cabral no seu lado e não querem ficar no PAIGC para fazer uma luta conjunta” e, Cabral era enfático com essas pessoas avisando o seguinte: os guineenses que não querem uma luta comum com os caboverdianos que criem um partido só de guineenses, não há problema; da mesma forma que caboverdianos que não querem uma luta conjunta com guineenses, que criem o partido só de caboverdianos. Cabral estava determinado em unir os guineenses e caboverdianos para a luta e não permitia qualquer possibilidade de se criar divisão, porque para ele, o regime colonial podia aproveitar-se dessa “desunião” para enfraquecer a luta do PAIGC pela independência da Guiné e de Cabo Verde.

Entretanto, Amílcar Cabral não só não permitia a divisão de guineenses e caboverdianos, como também era contra a ideia de quem queira que a luta seja só de um determinado grupo étnico guineense, isso porque na perspectiva dele, havia indivíduos que pensava que o melhor para lutar contra o regime colonial, era reunir só os manjacos, os papéis, os mandingas, os beafadas, os mancanhas, e esses indivíduos quando questionados sobre o

Cabral, não sabem responder a que etnia ele pertence, mas querem fazer dele uma exceção. A estes, Cabral responde que: “no PAIGC não existe nem manjacos, nem pepel, nem mandinga, nem balanta, nem fula, nem sussu, nem beafada²⁸, nem filhos de caboverdianos”! O que há no partido é filhos de povo guineenses e caboverdianos que querem servir o partido e os dois povos lutando contra o colonialismo português para a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Fase de mobilização e sabotagem ao regime colonial (1960-1963)

Amílcar Cabral foi forçado pelo regime colonial a abandonar a Guiné-Bissau e migrar-se para Angola com a autorização de visitar a Guiné uma vez por ano. Entretanto, tudo começou a mudar a partir do massacre de pindjiquiti quando cerca de 50 marinheiros que estavam em greve no cais de porto de Bissau, para reivindicar o aumento salarial e melhores condições laborais, foram mortos a tiros pela polícia colônia portuguesa, em 3 de agosto de 1959. Cabral ao voltar a Bissau em 1960, teve uma reunião importante com Rafael Barbsa, Aristides Pereira e outros elementos do PAIGC, no qual decidiram que a luta tinha que ser armada, aliás, para Cabral, ela [a luta] já era armada uma vez que os colonialistas estavam sempre com as armas nas mãos, e o povo desarmado, então era necessário ser inteligentes segundo ele, e “arranjar armas para que o povo lute em “igual condições” contra o colonialismo português”. Portanto, decidiram naquela reunião a continuação da mobilização das massas camponesas, e que Cabral deve fixar-se o mais tardar até maio de 1960, em Conakry, Guiné Conakry, que já era um país independente²⁹ para coordenar a luta.

Portanto, fizemos um recorte e consideramos os anos de 1960 a 1963 como fase de mobilização e sabotagem ao regime colonial, porque depois da instalação do líder do PAIGC em Conakry, ele começou a coordenar a mobilização das massas para a luta. Cabral enviava emissário ou grupo de emissários com instruções claras para contatos direto com o povo e instrui-los sobre as ações de sabotagens que devem ser adotadas, e codificava os nomes das missões a serem realizadas.

²⁸ Manjacos, pepel, mancanha, mandinga, balanta, fula, sussu, beafada, algumas das etnias da Guiné-Bissau

²⁹ PAIGC - Evolução e perspectivas da luta", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84153.

Missão “Cata Nhato”³⁰, seguindo as instruções de Cabral, essa missão tinha como objetivo retomar a direção dos camaradas acampados em Yarang³¹. Conduzir esses camaradas no interior, fazendo voltar às tabancas³² os que não correm o perigo de serem apanhados pela polícia [portuguesa]. Instalar no “mato” com os restantes; reforçar a mobilização e organização das massas para a luta na nova fase de ação direta contra as forças colonialistas, que viria a começar mais tarde.

É importante lembrar que as missões nesta fase da mobilização para a luta deve ser feita de forma clandestina porque a temível PIDE-DGS³³ estava sempre no encalço de qualquer cidadão suspeita de pertencer ao PAIGC ou de fazer a mobilização para a luta contra o regime colonial.

Na mesma missão acima referido se destaca ainda “pequenas” ações de sabotagem que inclui a inutilização de estradas, pontes de madeira; roubo de armas do inimigo (colonos, cipaio, guardas, soldados policia, agentes e chefes de posto), fazer propaganda juntos dos soldados africanos afetos ao exército colonial fazendo-os desertarem e mudarem com as suas armas e munições para o lado do PAIGC.

“Missão Conto”³⁴: nome dado a outra missão que Cabral incumbia aos seus camaradas. Essa tinha o objetivo de tentar estabelecer contatos com elementos do partido no interior do território guineense; fazer propaganda junto das massas; organizar ou rever a organização política, organizar e preparar militarmente; recensear as armas; preparar para agir. Tal como a missão Cata Nhato, nesta também se inclui fazer propaganda junto dos soldados africanos afetos ao exército colonial incentivando-os a desertarem e mudarem com as suas armas e munições para o lado do PAIGC.

Ainda sobre a mobilização e organização das massas para a luta contra o regime colonial, em novembro de 1961, Cabral emitiu uma diretiva³⁵ em que se destaca que este deve ser o trabalho principal do PAIGC no interior, naquela fase da luta, e que o partido tem realizado

³⁰ "Missão Cata Nhato", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40189.

³¹ Um povoado na República do Senegal próximo a fronteira com a Guiné-Bissau

³² Na Guiné-Bissau, costuma-se usar o termo “tabanca” para se referir a uma pequena população ou aldeia. Já em Cabo Verde, o termo tem outra conotação, pois está relacionado às associações de vizinhança familiares ou profissionais, que envolvem, também, relações de solidariedade e ajuda mútua.

³³ Polícia Internacional da Defesa do Estado – Direção Geral da Segurança.

³⁴ "Missão Conto", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40188.

³⁵ "Directivas para a organização da luta de libertação", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41384.

da melhor forma possível, apesar das dificuldades. Enfatizou que o partido tem feito progressos consideráveis no campo da mobilização se se considerar os obstáculos que a repressão que a polícia colonial impunha aos agentes do PAIGC. No entanto, Cabral reforça que o partido tem de seguir naquela linha e desenvolver cada vez mais o trabalho junto das massas. E que para a luta triunfar era indispensável ter as massas ao lado do partido e a sua maioria preparada para tudo, e isso só acontece graças ao espírito de sacrifício de muitos militantes e dirigentes do partido, e também graças ao nacionalismo e patriotismo do povo.

Neste sentido, Cabral afirma na sua diretiva supra citada, a força do partido está no campo, no mato. A mobilização e organização das massas deve, por isso, dar a maior atenção ao campo. Portanto, o partido deve desenvolver e solidificar as suas raízes em todo o território guineense, no meio do povo, dos agricultores, dos chamados “indígenas”. O partido deve, portanto, concentrar o trabalho de mobilização nas tabancas, no interior nas zonas mais seguras para a luta. Devendo, contudo, continuar com a mobilização nos centros urbanos (cidade e vilas) sem que isso prejudique os trabalhos de mobilização no interior (no mato). Na perspectiva de Cabral, com o mato bem trabalhado, e na sua maior parte mobilizado para a luta e organizado o suficiente, terão também as zonas urbanas nas suas mãos. Este é para ele, o princípio básico que o partido não pode ignorar naquela fase da luta e nas fases posteriores.

Outro ponto importante, na já citada diretiva emitida por Cabral, é em relação aos trabalhadores. No que diz respeito a essa categoria, Cabral enfatiza que a estes devem ser dados espaço no partido, isto porque na opinião de Cabral, os trabalhadores são força vital para a luta, e que os operários das zonas urbanas e os camponeses constituem quase a totalidade da população guineense. Para Cabral, os operários nos centros urbanos são filhos de camponeses vindos de campo, portanto, eles têm familiares no campo. Por isso devem ser incumbidos a missão de esclarecer e mobilizar gentes da sua comunidade para a luta contra o colonialismo português.

Cabral não era ingênuo, sabia com clareza o que era preciso para começar uma luta de guerrilha. Por isso, privilegiou o trabalho político de mobilizar as massas, procurou apoios no exterior para só depois iniciar uma luta armada. Ele defendia que a luta deve ser conduzida por etapas sem pressa, nem aventuras, mas também sem perder muito tempo. Feito o trabalho de mobilização o suficiente para começar a luta, passou-se para a fase de ação armada.

A ação armada e o desenvolvimento da luta (1963-1974)

A fase da ação armada começou a 23 de janeiro de 1963, quando um grupo de guerrilheiros do PAIGC atacaram o aquartelamento de Tite, no Sul da Guiné-Bissau, ainda com poucos meios bélicos, o partido dava início assim a uma luta que duraria onze anos (1963-1974) quando Portugal retirou os seus soldados no país.

Entretanto, de 1963 a 1964 a luta não teve avanços significativos e havia uma certa anarquia entre os guerrilheiros e abusos de poder contra a população. A luta corria sérios riscos de insucesso o que motivou a convocação de uma reunião com responsáveis das bases militares, delegados das aldeias e quadros dirigentes do partido, que viria a transformar-se no primeiro Congresso do PAIGC, que definiria por completo o rumo dos acontecimentos na luta pela independência pelo menos por parte do movimento.

Figura 06 - Cabral, de óculos sentado com os pés fora da canoa, ladeado de seus camaradas a caminho do Congresso de Cassacá.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares

Na Guiné-Bissau, um país costeiro e atravessado por rios e braços dos rios, sem muitas pontes, as deslocações são feitas nas pequenas embarcações, como se vê nesta imagem de Cabral sendo transportado numa canoa à remo para participar da reunião de Cassacá, no Sul do país. Para navegar nos rios que atravessa o país naquele contexto da guerra era preciso muita coragem, e era necessário ter muito cuidado para não ser surpreendido pelos navios do exército colonial que patrulhava as vias de comunicação marítimas.

A reunião, doravante Congresso de Cassacá, decorreu durante cinco dias, de 13 a 17 de fevereiro de 1964, foram cinco dias de intensa discussão sobre a indisciplina na guerrilha e

o desvio de procedimentos e princípios do partido. Lopes (2011) citado por Monteiro (2013, p. 174), destaca que

o Congresso de Cassacá foi organizado para discutir a questão de feitiçaria. Muitos combatentes acusavam os homens da tabanca de feitiçaria, quem fosse acusado era fuzilado e o acusador casava com a mulher do acusado. Cabral foi avisado sobre o ato. Imediatamente ele organizou o congresso de Cassacá. Uma das decisões do congresso era mandar matar os combatentes que acusavam outros de feitiçaria, efetuar prisões e transferências dos acusados.

O Congresso de Cassacá foi um dos momentos mais importante na luta pela independência da Guiné-Bissau. Este acontecimento serviu para corrigir as falhas de um movimento de libertação que era inexperiente ainda, e que lutava contra uma dominação colonial de vários séculos no território guineense.

Figura 07 - Cabral com as mãos sobre a mesa, ladeado dos seus camaradas durante o Congresso de Cassacá.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

A fotografia acima de Cabral, no meio com as mãos por cima da mesa improvisada, circundado de seus camaradas de luta durante o Congresso de Cassacá, todos com ar concentrado provavelmente escutando com atenção a intervenção de Cabral naquela importante reunião que contribuiu muito para o sucesso da luta do PAIGC. Um detalhe que salta a vista na imagem é o local da realização do Congresso, debaixo de árvores nas florestas de Cassacá no Sul do país, nessas condições os participantes além abrigarem na sombra das arvores, escondiam assim dos bombardeamentos da aviação colonial que na altura voava livre nos céus da Guiné-Bissau.

Segundo Cabral (1977) apud Monteiro (2013, p. 175) “o alcance das decisões aí tomadas nos planos políticos, econômico e social, deram a este congresso um caráter histórico, um novo impulso de vitalidade e confiança à atividade do partido”.

Depois desse congresso, o partido emitiu uma nota de esclarecimento³⁶ sobre a reorganização do partido e as decisões tomadas no final do Congresso. Lê-se na referida nota que “a reorganização do partido, da população e das Forças Armadas é uma necessidade da nossa luta e da nossa vida. Ela tem de ser feita com todo o cuidado, sem pressa que pode prejudica o trabalho, mas o mais rapidamente possível”

A mesma nota destaca ainda que, não deve haver motivos para a confusão, nem para as dificuldades de qualquer ordem. E que é necessário que todos percebam que o que se quer é que o povo e os combatentes sejam esclarecidos acerca do objetivo que o partido tem no horizonte, assim como a importância que as medidas tomadas no congresso têm para a vida do partido no presente e no futuro.

A decisão saída do Congresso de Cassacá reorganizou o partido em dois níveis principais: militar e político-administrativo como mostraremos mais adiante. Em termos geográficos, o território guineense foi dividido por conveniência e organização da luta, segundo a nota de esclarecimento em duas partes: Norte e Sul³⁷. O Sul era constituído por seguintes regiões: Catió-Cacine; Fulacunda-Bolama; Xitoli-Bafatá; Boé. A região Norte englobava: Farim-Mansoa; Bissau, Porto-Gole; Bafatá; Gabú; Canchungo; São Domingos. As regiões eram subdivididas em setores, e estes em seções tudo para facilitar a estratégia da luta e a administração das zonas libertadas.

No que se refere a organização militar, criou-se um comando militar único, subordinado a Conselho de Guerra e ao Bureau Político do partido. Esse comando único é formado por um Comandante geral e responsável das operações; um responsável por abastecimento (Comissário Político); um responsável das ligações e um responsável do recrutamento e treinos. Os comandos militares são responsáveis para a atuação do exército e das guerrilhas contra as forças do exército colonial nas inter-regiões.

³⁶ Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10192.001.010> acesso em 10 out. 2022.

³⁷ Por questão estratégica da luta a divisão do território em Norte e Sul. O Norte faz fronteira com Senegal e sobretudo o Sul que faz fronteira com a Guiné Conakry para facilitar a coordenação da luta uma vez que os materiais bélicos entravam para o território guineense via Conakry para o Sul e para outras áreas onde havia bases do partido.

No que diz respeito ao aspecto político-administrativo, o partido organizava nas zonas libertadas a vida civil em termos da ação política; o desenvolvimento da produção; a segurança e a milícia popular; os assuntos sociais (saúde e educação); as relações com as forças armadas; a situação da população (nascimentos, óbitos, casamentos, etc.) e o comércio.

Ainda no aspecto político-administrativo, o partido criava um comité para cada inter-região formados por um responsável geral para a ação política e das Forças Armadas; um comissário político para a produção; um comissário para a informação, segurança e milícia popular; um comissário para os assuntos sociais (saúde e educação); e um comissário para o abastecimento das Forças Armadas. Esta reorganização e orientações saídas do Congresso de Cassacá fez com que nas zonas libertadas começasse a erguer uma estrutura de um Estado, ou seja o futuro Estado da Guiné-Bissau começou a ser edificado a partir daí. Este, aliás, serviu de argumento para Amílcar Cabral convidar o Comité da Descolonização da ONU a visitar as zonas libertadas na Guiné, e que desenvolveremos mais adiante.

O partido PAIGC criou mecanismos para o abastecimento de produtos de primeira necessidade, essencial para a manutenção da população das zonas controlada por movimento, e foi assim que surgiu o “armazém do povo”, que na opinião de Monteiro (2013, p. 177), é uma espécie de

empresa geral de comércio tipo estatal que, além de garantir o fornecimento de artigos de primeira necessidade à população das regiões libertadas e, por meio de troca, receber produtos agrícolas que deveriam em seguida ser escoados para o exterior, possibilitou a criação e o desenvolvimento progressivo da base de um comércio externo.

O PAIGC importava³⁸ produtos que o povo não produzia para comercializar juntos da população das zonas libertadas, essa comercialização na sua maioria se fazia através da troca direta com produtos agrícolas que o povo produzia, uma vez que a circulação monetária era incipiente naquela altura.

³⁸ Essa importação muitas vezes era doação de países que davam apoios em artigos ao PAIGC como por exemplo a Suécia que fornecia apoio social

Figura 08 - População junto a balança para a pesagem de géneros, Armazém do povo, Guiné-Bissau.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Esta imagem retrata a situação da guerra de guerrilha nas matas da Guiné-Bissau, ao fundo aparece os guerrilheiros fardados possivelmente garantindo a segurança das populações e da atividade do Armazém do Povo, no primeiro plano crianças e adultos à volta do balanço de pesagem dos gêneros alimentícios abastecidos as populações das regiões controladas pelo movimento através do Armazém do Povo.

Outro ponto importante é a criação de postos de saúde nas zonas libertadas, para isso, o partido contou com o apoio fundamental da Cuba. Este país além de receber e formar médicos e enfermeiros guineenses, enviava os seus próprios médicos e enfermeiros para tratar os combatentes feridos na frente de batalha, bem como as populações das zonas libertadas.

Essa medida de criar postos de saúde foi uma decisão acertada numa fase da luta em que o regime colonial usava armas terríveis como o Napalm, contra a população civil acusados pelo regime colonial de colaborarem com os guerrilheiros do PAIGC.

Figura 09 - Médico cubano prestando cuidado de saúde nas regiões libertadas



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

A assistência medica cubana foi fundamental para o PAIGC e a população das regiões que o movimento controlava como se pode ver nesta imagem e na que segue, médicos cubanos socorrendo um civil provavelmente vítima de ataque da artilharia do exército colonial e na imagem abaixo um guerrilheiro sendo assistido provavelmente depois de ser ferido em combate. Ambas as imagens revelam algo em comum: pacientes assistidos no meio da floresta em condições precárias que era a guerra de guerrilha que opunha o PAIGC ao regime colonial.

Figura 10 - Guerrilheiro recebendo assistência médica



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Também foram criadas escolas nas zonas libertadas para ensinar crianças e adultos, essa estratégia do partido é um contra ponto às restrições do acesso ao ensino que o regime colonial adotou na Guiné-Bissau.

O acesso à educação era privilégio de poucos nativos guineenses, como o regime colonial pretendia perpetuar a sua dominação na Guiné-Bissau, admitia o acesso ao ensino um seleto número de nativos a que se chamava de “assimilados”, que servissem como auxiliares na continuação do domínio colonial, como anotou Amílcar Cabral no seu discurso no já citado Seminário de quadros do partido realizado em Conakry em novembro de 1969, segundo ele,

o colonialismo português tinha necessidade de criar o que se chama ciclo vicioso para poder limitar número de assimilados. É por isso que, durante quinhentos anos de presença dos portugueses e cem anos de colonialismo, desde o momento que começaram a ocupar colonialmente a Guiné nos fins do século passado, [XIX] até à altura do começo da nossa luta, o número de assimilados não passou de 3 mil, ou seja, cerca de 0,03% da população. (CABRAL, 2014, p. 223).

Para limitar o número de assimilados, porque o regime colonial temia que se assimilasse todo o povo estaria criando condições que despertasse a consciência dos nativos em relação a dominação a que estavam sujeitos, por isso o regime colonial criara condicionantes para dificultar que um nativo entrasse no sistema do ensino colonial.

Para ser assimilado era preciso saber ler e escrever, mas para saber ler e escrever era preciso ser filho de assimilado; era preciso aprovar que se tinha bilhete de identidade para ir à escola, mas para ter bilhete de identidade era preciso provar que já se foi à escola. Além disso, exigiam, para ser assimilado, um nível de vida econômica garantido. (...) Isso era difícil: era preciso ter casa, mobília, aparador armário, mesa, cadeiras, colchas, lençóis brancos e, além disso a garantia de que a vida econômica era estável, o que [nem] a maioria do povo português não tem [tinha] (CABRAL, 2014, p. 223).

Depois de Congresso de Cassacá a decisão é para criar escolas nas zonas libertadas sem condicionantes como era feito pelo regime, e com a palavra de ordem; “os que sabem devem ensinar os que não sabem”, ou seja. Os que tinham um nível de instrução académica devem instruir os que não tinham. Neste sentido, muitos eram professores e combatentes ao mesmo tempo.

Outro ponto importa que vale a pena frisar, é os locais onde funcionavam as escolas, a grande maioria das escolas funcionavam nas aldeias (tabancas) das zonas libertadas, mas havia outras que funcionavam nas proximidades das bases da guerrilha. Levando em consideração a situação de guerra, as escolas serviam - diga-se de passagem - como locais de preparar jovens para o futuro, mas também para o combate contra o colonialismo português, ensinavam aos alunos (...) “técnicas de fugir das armadilhas dos inimigos (colonialistas), valorização das práticas tradicionais dos povos africanos, lealdade ao partido, disponibilidade de servi-lo incondicionalmente e amor à pátria” (CÁ; FURTADO, 2005 apud, GOMES, 2021, p. 52).

As escolas são construídas em barracas com “meios rudimentares tais como paus, madeiras do mato, folhas de palmeiras, etc. na sua grande maioria, as carteiras, os bancos foram construídos pelos próprios alunos” (PAIGC, 1956). Vale notar que estas construções das escolas em barracas era o mais viável, porque quando aviação colonial bombardear e destruir estas escolas, os danos materiais eram mínimos e o partido reconstrói de novo as barracas.

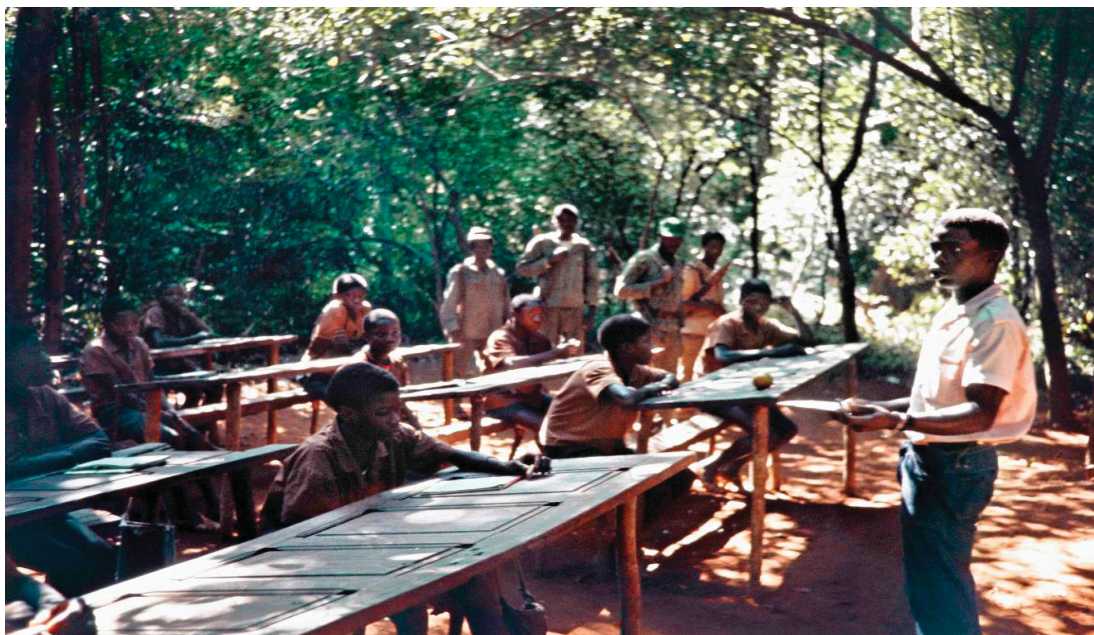
No seu documento intitulado “A nossa luta pela educação das massas e pela formação de quadros,”³⁹ o PAIGC salientou que, desde os primórdios da sua luta política – altura que o partido fazia a mobilização nos centros urbanos, - criou-se escolas clandestinas em que, além da instrução básica, buscava-se estimular nos alunos uma consciência nacionalista e revolucionária, estava desta forma lançada as bases para a conscientização para uma agitação política face ao regime colonial.

O PAIGC argumenta ainda no seu documento acima que, embora enfrentando numerosas dificuldades, mas apoiados na solidariedade internacional em relação à sua luta, conseguiram abastecer as escolas dos materiais indispensáveis para assegurar o seu funcionamento e desenvolvimento.

Uma vez que o ensino e aprendizagem exigem ter materiais didáticos para o seu desenvolvimento, o PAIGC mandava produzir os seus materiais didáticos como: livro de leitura para os primeiros anos da escolaridade, voltada à realidade do país e da luta pela independência, diferente do material escolar que era utilizado pelo ensino colonial que remetia à realidade da metrópole.

³⁹ (1965), "PAIGC - A nossa luta pela educação das massas e pela formação de quadros", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84090.

Figura 11 - Escolas do PAIGC nas regiões libertadas.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Esta imagem é demonstrativa do empenho do partido em conduzir o processo de ensino e aprendizagem em simultâneo com a luta de libertação nacional. Dada o nível de analfabetismo que havia naquela altura na Guiné-Bissau, era preciso começar a instruir as pessoas sobretudo as crianças, seguindo a diretiva do movimento saídas do Congresso de Cassacá de criar escolas em todas as regiões libertadas. Na imagem se destaca as carteiras improvisadas no meio da floresta para o funcionamento das aulas, ao fundo, guerrilheiros do movimento de libertação garantindo a segurança dos alunos e professor da escola.

Num documento intitulado: “o analfabetismo na nossa terra (suas causas e consequências)”⁴⁰, o PAIGC fez um balanço de 1964, depois do Congresso de Cassacá, no qual decidiu pela criação das escolas nas zonas libertadas à 1973, dentro desse período, segundo o documento, o partido dispunha de 258 professores lecionando 14. 531 alunos um terço dos quais são meninas. Enquanto que, em 1964, um ano após ter começado a luta, o regime colonial português só tinha implantado desde a sua ocupação de cerca de cinco séculos, algumas escolas nos centros urbanos que eram frequentadas por um seletos número de 2000 alunos.

O mesmo documento do PAIGC, indica ainda que durante os cinco séculos da ocupação colonial portuguesa na Guiné-Bissau, só 14 nativos conseguiram obter formação superior e 11 obtiveram formação técnico superior. Enquanto que, em 1974, cerca de dez anos da implementação das escolas nas zonas libertadas o partido tinha conseguido formar 36

⁴⁰ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04309.001.023#!1> acesso em 16 nov. 2022.

cidadãos com diplomas universitárias; 46 com formação técnico superior; 241 com ensino profissional especializado; 174 na área de sindicato; 410 na área de assistência sanitária. Além disso, o partido tinha no estrangeiro 422 alunos a estudarem. Cabral e o PAIGC sabiam que o país que ia nascer depois da independência precisaria de pessoas com instrução académica para contribuir na re/construção da nação, por isso a educação constitui uma outra vertente da luta que permitiria a continuação da luta para (desenvolver o país pós independente).

Fase decisiva da luta rumo a independência (1970-1974)

Na nossa opinião, todas as fases e os acontecimentos que despertaram ou que motivaram a luta pela independência são decisivas. Por imperativo do recorte de escrita demarcamos os anos de 1970 a 1974, como fase decisiva devido os avanços que o PAIGC conquistou na luta, tanto no teatro das operações como a nível diplomático preparando e declarando de forma unilateral a independência da Guiné-Bissau culminando com a retirada das forças coloniais nos finais de 1974.

Na sua intervenção na reunião de Conselho Superior da Luta CSL⁴¹ em agosto de 1971, Cabral dava destaque aos avanços que a luta de libertação obtivera naquele momento, nas suas palavras ele afirma:

no momento em que fazemos a nossa reunião, a situação da nossa terra mudou profundamente, dado o avanço vigoroso da nossa luta armada de libertação, durante este ano, dado o trabalho político de segurança e de outros ramos, que os nossos camaradas tem feito, dados os golpes profundos que temos dados ao inimigo, durante estes últimos meses. Neste momento que fazemos esta reunião, o nosso povo [...] tem grande esperança em nós, tanto na Guiné como em Cabo Verde, quer nas regiões que libertamos quer nas que ainda não libertamos.

Contando cada vez mais com meios bélicos mais avançados naquela altura, fornecidas pela URSS, Jugoslávia China entre outros, e homens com mais experiencias de combate, os combatentes do PAIGC estavam mais preparados para causar grandes golpes ao exército colonial português, apesar disso, Cabral defendia que o objetivo da luta não era causar grandes destruições no país, muito embora tenha afirmado que, se for preciso o farão desde que isso acabe com a presença do regime colonial no país.

Nas suas palavras ele afirma:

nós estamos a lutar pela nossa terra e queremos chegar ao fim com ela intacta, sem ser destruída, mas queremos-la em primeiro lugar, as casas não nos interessam. Quando chegar à altura de o fazer, mesmo que tenhamos de arrasar Mansabá, Mansoa,

⁴¹ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.074> acesso em 30 nov. 2022.

Bissorã⁴², fã-lo-emos desde que com isso acabemos com a presença das forças armadas portuguesas na nossa terra (FONSECA & PIRES, 2014, p. 199).

A partir dos anos 1970, o PAIGC passou a deter o controle de vastas áreas no território guineense, à exceção de centros urbanos, a maior parte do interior já estava sob domínio do partido, pelo que é compreensível que o Cabral não queira a destruição do país, deixando-a como o último recurso se o regime colonial persistir em não abandonar o país.

Amílcar Cabral lançava repto aos soldados portugueses incitando-os a abandonar as casernas portuguesas na Guiné-Bissau, ao mesmo tempo que apela também as famílias dos soldados portugueses “... que não deixem de maneira nenhuma que a propaganda fascista os convença de que vão ao nosso país salvar a soberania ou a nação portuguesa” (FONSECA & PIRES, 2014, p. 198), como erra a narrativa da metrópole.

Controlando mais áreas e tendo mais capacidade combativa, os combatentes do PAIGC vezes enquanto capturava os soldados portugueses ou recebia os soldados desertores que, exausto da guerra a que o regime colonial estava travando na Guiné-Bissau decidiam não mais lutar contra o PAIGC. Cabral fazia questão de alertar os combatentes do partido, que não maltratam os soldados portugueses desertores, porque são pessoas inocentes que foram mobilizados com a narrativa de que a luta nas colónias era para salvar a pátria portuguesa que o regime do Salazar do Estado Novo sustentava em África, os soldados capturados ou desertores serviam de alguma forma de narrativas propagandista do PAIGC contra o regime colonial, como o exemplo que abaixo se segue com a entrega por parte do PAIGC à Cruz Vermelha argelina de quatro soldados do exército colonial que desertaram das casernas

⁴² Algumas vilas da Guiné-Bissau.

Figura 12 - Ato da entrega à Cruz Vermelha pelo PAIGC de quatro desertores do exército português, em Argel, com Aristides Pereira da direção superior do PAIGC segundo sentado a contar da esquerda para direita.



Fonte: Casa Comum/Fundação Mário Soares

A entrega de soldados portugueses desertores ou capturados pelo PAIGC em combates se insere na sua política diplomática para demonstrar a opinião pública mundial de que o movimento não quer a guerra, só estava a lutar com armas nas mãos porque foi obrigado a isso pela relutância do regime salazarista do Estado Novo em sentar-se à mesa para resolver a questão colonial de forma pacífica. Portanto, a imagem acima além de ser uma ação humanitária por parte do PAIGC, serve de pressão política ao regime da metrópole aos olhos da comunidade internacional.

Numa mensagem dirigida ao povo português através da emissora da Resistência Portuguesa, “A Voz da Liberdade”, em Argel, a 2 de julho de 1966, para mostrar que os soldados portugueses não queriam mais lutar numa guerra sem fim à vista, que o regime colonial estava a alimentar de forma teimosa, Cabral afirmou:

há dias encontrei-me com um jovem desertor português que saiu de Biambe⁴³, parecia uma criança abismada por não lhe fazermos mal, chorando de alegria e contentamento porque encontrou gente mais amiga do que os seus companheiros de caserna. Ele disse-nos que na caserna há sempre discussões e disputas porque ninguém quer esta guerra imposta pelos salazaristas (FONSECA & PIRES, 2014, p. 199).

Seguindo nessa narrativa, o PAIGC tem usado os depoimentos dos soldados portugueses desertores como acima mencionamos, para servir de propaganda na guerra das

⁴³ Uma localidade no centro Norte da Guiné-Bissau.

informações para mostrar o povo português e de forma geral ao mundo, que o regime colonial estava sendo derrotado na guerra colonial na Guiné-Bissau, e mesmo assim forçava o povo português a enviar os seus filhos para uma guerra inútil e desgastante. A seguir, temos os depoimentos em itálico de dois soldados reproduzidos no jornal Libertação, um órgão de comunicação do PAIGC que produzia a partir de Conakry.

O soldado José Teixeira, no seu depoimento afirma: *desertei, camaradas, e não estou arrependido, porque aqueles que me diziam que são bandidos, aqueles que me diziam que se nos apanham matam-nos, esfolam-nos, queimam-nos com gasolina, comem-nos, e outras mentiras mais, aqueles que eu teria de tentar matar se porventura me tivesse encontrado com eles durante alguma operação, aqueles que são tidos como inimigos dos portugueses, receberam-me como nunca fui recebido, trataram-me da melhor maneira, com todo o respeito e amizade, considerando-me não como o inimigo, mas um irmão. Os camaradas do PAIGC que os colonialistas querem fazer-vos crer que são nossos inimigos mostram-me, com o tratamento que me têm dado, que não nos odeia e que compreendem que nós, os soldados, estamos na Guiné porque somos obrigados. A luta que está dirigindo o PAIGC é contra a escravidão colonialista e por isso me deram todas as facilidades, toda a ajuda, chegando mesmo ao ponto de utilizarem o grande prestígio que têm para me arranjam trabalho num país desenvolvido da Europa, garantindo-me, a passagem, o vestuário e o alojamento.*

A narrativa do regime colonial descrevia os combatentes do PAIGC perante a opinião pública portuguesa como bandidos que estavam escondidos nas florestas e que atacava os portugueses, sendo um regime ditatorial, o governo de Lisboa censurava qualquer notícia que davam conta dos revezes que o seu exército enfrentava na sua aventura de guerras coloniais em África, particularmente na Guiné-Bissau.

Em seguida o depoimento de outro soldado português desertor, Manuel de Miranda que declara o seguinte:

Cada um de nós já deve ter a consciência de que está sendo utilizado como uma peça nesta máquina infernal de guerra, que é a tropa colonialista, na guerra contra o povo africano que deseja, como nosso povo, viver na paz e colher os frutos do seu trabalho, sem ser explorado. Guerra colonial, que não tem nada a ver com a defesa da pátria, como a pintam, e muito menos os nossos interesses, interesse do nosso povo, como pretendem. Isso porque tanto eu, como cada um de vós, ou como os nossos pais, nada ganharam com a exploração do povo da Guiné

e das suas riquezas, que há mais de 5 séculos se tem vindo a fazer de forma mais brutal e mais desumanas.

Recordando mais uma vez que, Cabral, sempre fazia questão de ressaltar que a guerra que o PAIGC estava travando não era contra o povo português, mas sim contra o regime colonial português que reprimia não só o povo africano que domina, mas também o próprio povo português da metrópole.

A respeito disso, numa entrevista concedida à revista belga *Le Point*, em setembro de 1969, quando questionado sobre os soldados portugueses que combatiam na Guiné-Bissau, e sobre o povo português em geral, Cabral responde,

nós não lutamos contra Portugal, nunca o confundimos com o colonialismo português. Esta é uma frase que todos os domingos e quintas-feiras repetimos, através da rádio, aos soldados portugueses. Com efeito, temos um programa de rádio bissemanal destinado aos soldados portugueses. Aqui em Argel há desertores portugueses que podem falar disso melhor do que eu. Aliás, neste domínio, é um facto que a melhor propaganda do nosso Partido foi e continua a ser feita pelos soldados portugueses, inclusivamente os próprios prisioneiros portugueses (SECA & PIRES, 2014, p. 158).

Antes da sua morte em 20 de janeiro de 1973, na sua mensagem do novo ano, dirigido ao povo guineense e caboverdiano, aos combatentes, militantes e dirigentes do PAIGC, no começo do mesmo ano, intitulado “mais pensamento para agir melhor, mais atividade para melhor pensar”⁴⁴ Cabral pontuou várias realizações e vitórias que o partido tem conseguido até aquele momento da luta. Entre os pontos que ele destacou na sua mensagem prende-se com a realização das eleições para constituir o órgão que ele chama de supremo de uma nação que estava prestes a ser erguida, a Assembleia Nacional Popular ANP, ou seja, as eleições para a escolha dos deputados que iria proclamar a independência do país e criar condições para a formação de um governo efetivo que colocaria a Guiné-Bissau naquela altura do ponto de vista internacional, como um Estado cujo a parcela do seu território está sob ocupação das forças estrangeira. Aliás, o que viria a acontecer quando a Guiné-Bissau declarou a sua independência de forma unilateral em setembro de 1973, tendo sido logo reconhecido por muitos países.

Na mesma mensagem do novo ano acima citada, Amílcar Cabral disse:

como todos sabem, realizamos no ano findo (1972), as eleições gerais nas áreas libertadas, com o voto universal e secreto, para a criação dos Conselhos Regionais e da 1ª Assembleia Nacional da história do nosso povo. Em todos os setores de todas as regiões, as eleições decorreram num ambiente de grande entusiasmo por parte da população. Os eleitores votaram em massa nas listas que haviam sido elaboradas depois de oito meses de debates públicos, em que foram selecionados os

⁴⁴ "Mais pensamento para agir melhor, mais actividade para melhor pensar", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42303.

representantes de cada setores. Reunidos os Conselhos Regionais eleitos, estes elegeram por sua vez, entre os seus membros, os representantes à Assembleia Nacional Popular.

Esta primeira Assembleia Nacional Popular era constituída de 120 membros, dentre os quais, 80 foram elegidos entre as massas populares, 40 foram eleitos entre os quadros políticos, militares e técnicos profissionais e outros do partido.

A eleição da primeira Assembleia Nacional popular é considerada por Amílcar Cabral como uma “vitória transcendente” da luta “gloriosa” do povo guineense que o partido estava dirigindo, o que na opinião dele abre novas expectativas para o avanço de novas ações a nível político e militar, sob o esforço e sacrifícios do povo em luta de armas nas mãos durante dez anos contra o regime colonial português.

“Hoje, o nosso povo africano da Guiné dispõe pois de mais um órgão de soberania, a sua Assembleia Nacional Popular. Esta será, de acordo com a constituição que estamos a elaborar, o órgão supremo do nosso povo na Guiné”, assim declarava o líder do PAIGC na sua já citada mensagem do novo ano.

Antes de realizar as eleições nas zonas libertadas da Guiné-Bissau, o PAIGC fez o recenseamento das populações para depois fazer campanhas de esclarecimento junto das populações sobre a importância de escolher os seus representantes que constituirão a primeira Assembleia Nacional Popular, a imagem que segue abaixo mostra um grupo de população numa fila de recenseamento para se habilitar a participar nas eleições.

Figura 13 - Recenseamento da população para a eleição da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mario Soares.

Tal como outras imagens que remetem a situação da guerra de guerrilha, aqui vemos nesta imagem a população no meio da floresta formando duas filas ordeiras para se recensearem, um ato cívico do povo guineense numa demonstração de vontade de ser o dono do seu destino. Imagens como esta são susceptíveis de chamar a atenção da comunidade internacional sobre o nível de consciência política de um povo em busca da sua autodeterminação.

A organização que o PAIGC constituiu nas regiões libertadas como já dissemos funciona como um autêntico Estado, entretanto, para Cabral era preciso democratizar ainda mais este funcionamento. Por isso, o partido decidiu pela realização de eleições que escolhesse os representantes legítimos do povo, mesmo que parcialmente, porque havia ainda uma parcela do povo nas regiões não libertadas controlado pelo regime colonial que não podiam participar por razões óbvias, (estavam ainda nas zonas controladas pelo regime colonial).

Feitas as eleições para a constituição da primeira Assembleia Nacional Popular em 1972, no ano seguinte preparou-se a reunião dos parlamentares eleitos para declarar a independência da Guiné-Bissau. Na sua mensagem de novo ano já citado anteriormente, em janeiro de 1973, Cabral se referia assim sobre a projetada reunião.

vamos, no decurso deste ano e tão cedo quanto seja possível e conveniente, reunir a Assembleia Nacional Popular na Guiné, para que ela cumpra a primeira missão

histórica que lhe compete: a proclamação da existência do nosso Estado, a criação dum executivo para este Estado, e a promulgação duma lei fundamental – a da 1ª Constituição da nossa história – a qual será a base da existência ativa da nossa nação africana. Quer dizer, representantes legítimos do nosso povo, escolhidos pelas populações e eleitos por cidadãos conscientes e patriotas da nossa terra, vão proceder o ato mais importante da sua vida e da vida do nosso povo: ao afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a marchar para a independência sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses.

Neste ano de 1973, o PAIGC preparava assim para a sua primeira grande missão, proclamar a libertação do país do jugo estrangeiro, sem, no entanto, antes sofrer um duro revés: a morte de Amílcar Cabral, líder do movimento assassinado a 20 de janeiro do mesmo ano. Contudo, a luta prosseguiu e a Assembleia Nacional Popular reuniu a 23 de setembro do mesmo ano para no dia seguinte proclamar solenemente o Estado da Guiné-Bissau, numa declaração lida na voz do seu primeiro presidente, João Bernardo Vieira (Nino Vieira).

A luta armada era apenas um componente da luta pela independência da Guiné-Bissau, pois na nossa opinião, a luta do PAIGC foi essencialmente política uma vez que o que se procurava era ter direitos políticos de um povo que se viu privado dos seus direitos no seu próprio território.

Figura 14 - Reunião da Primeira Assembleia Nacional Popular para a proclamação do Estado da Guiné-Bissau.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Uma das imagens da demonstração da força política do PAIGC é seguramente a imagem acima, ao fundo fotografia de Cabral ao lado da bandeira do PAIGC e tarjas alusivo a primeira reunião da Assembleia Nacional Popular ocorrido a 23 de janeiro de 1973, e tribuna para as intervenções dos participantes. A imagem de Cabral aqui remete a presença dele na

memória dos seus companheiros de luta, assassinado em janeiro do mesmo numa circunstância pouco esclarecida, a “presença” de Cabral nessa reunião indica que *Cabral ka muri*⁴⁵, e que a sua obra continuará até a vitória final.

Realizada nas florestas de colinas de Madina de Boé⁴⁶, com a presença de alguns jornalistas estrangeiros para testemunhar a marcha da luta do PAIGC, a reunião serviu de preparativos para a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau no dia seguinte, 24 de setembro de 1973, que coloca Portugal numa situação ainda mais delicada e sob pressão.

A proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau só confirmou a fase avançada em que a luta armada anticolonial se encontrava, colocando as forças do regime colonial numa situação de forças estrangeira que ocupa um território alheio. Amílcar Cabral considera ainda na sua mensagem de 1973, referida anteriormente, de fundamental importância a formação da Assembleia Nacional Popular, a proclamação do Estado Guineense, e a criação dos respectivos órgãos executivos que segundo ele, não será executivo provisório e nem funcionará no exílio, significa necessariamente para o PAIGC mais responsabilidades para com o povo guineense.

Cabral sustenta ainda na referida mensagem que esta iniciativa histórica exige de todos os guineenses mais esforços e sacrifícios diários, “mais pensamentos para agir melhor, mais atividades para melhor pensar”. Estes esforços e sacrifícios é no sentido de intensificar e desenvolver mais ações políticas e militares na Guiné-Bissau sem negligenciar as importantes atividades que o partido tem desenvolvido a níveis econômicos, sociais e culturais.

Entretanto, Cabral chamava atenção de que em nenhum momento se deve esquecer que o movimento estava em guerra com o inimigo principal do povo guineense e da África – os colonialistas portugueses – que estão com vã esperança de destruir o partido e acabar com a luta para “recolonizar” o povo guineense. Por isso, para ele, o partido deve dedicar a maior parte da sua atenção, da sua energia e dos seus esforços a luta armada.

No decurso do ano 1973, Cabral prevê que o partido deve colocar as suas capacidades humanas e materiais em ação, intensificando ainda mais a luta em todas as suas frentes, para desta forma tirar maior proveito das experiências dos seus homens, tirar proveito das armas que

⁴⁵ Expressão em crioulo que guineense que significa Cabral não morreu.

⁴⁶ Sudeste da Guiné-Bissau, local da proclamada da independência.

dispunham e dar duros golpes ao inimigo acabando com maior número possível dos elementos das suas forças.

Com muitos centros urbanos ainda sob controle do regime colonial, o PAIGC começou nos anos setenta a planejar e organizar células clandestinas para atacar os quarteis que ficam nos centros urbanos com o intuito de destruir o maior número possível dos meios materiais que o exército colonial dispunha e liquidar mais homens do exército português. Isso porque na opinião de Cabral, o PAIGC enfrentava um inimigo bárbaro (regime colonial) que não tinha nenhum escrúpulo nas suas ações criminosas, e que utiliza de todos os meios ao seu dispor para destruir o movimento.

Falando ainda dos ataques que os combatentes do PAIGC têm realizados contra principais centros urbanos do país, numa entrevista concedida às revistas *Anticolonialismo* e *Polémica* em Londres, em 27 de outubro de 1971, Amílcar Cabral afirma:

a nossa ação é caracterizada principalmente por ataques frequentes e cada dia mais intensos contra as posições dos colonialistas portugueses nos centros urbanos. É nesse quadro que se situam os ataques que fizemos no mês de junho contra Bissau e Bafatá. Que significado têm esses ataques? Primeiramente, eles revelam o grau de desenvolvimento já atingido pela nossa luta (FONSECA & PIRES, 2018, p. 166).

Os ataques aos centros urbanos nomeadamente Bissau e Bafatá, capital e segunda capital respetivamente, foi uma estratégia militar adotado pelo PAIGC para mostrar ao regime colonial de que o movimento era capaz de atacar onde quer que esteja as forças coloniais, demonstrado para o povo guineense e a opinião pública internacional a capacidade ofensiva e para deixar ainda mais pressionado o regime colonial instalado na Guiné-Bissau.

Esta intensão foi exposta, na reunião de Conselho Superior da Luta CSL, em agosto de 1971, Cabral sublinha que nos centros urbanos, nas regiões ainda controladas pelo regime colonial português, o povo compreende cada vez mais o valor do PAIGC e a necessidade da independência do país. Isso para ele é um fato muito importante apesar haver ainda pessoas que estejam do lado do regime colonialista português.

Outro aspecto importante destacado na referida reunião do CSL é o trabalho político que o partido tem desenvolvido na retaguarda do inimigo (regime colonial), o partido criou brigadas políticas que visa a continuação da mobilização política da população de forma clandestina nas regiões ainda sob domínio do regime colonial.

Ainda no que diz respeito as ações militares nesta nova fase avançada da luta, na sua intervenção na reunião do CSL acima citada, Cabral fez o seguinte comentário:

no plano militar da nossa luta, na Guiné portanto, tivemos vitória importantes, camarada. Além das referidas no nosso relatório de 1970/1971, de janeiro até junho, que é o tempo seco, o nosso partido teve ações mais de que nunca, e particularmente no mês de abril a ação do nosso partido atingiu um alto nível que podemos chamar de uma verdadeira ofensiva de abril. Tudo isso, camaradas, culminou com ações que as nossas Forças Armadas fizeram contra Bissau e Bafatá.

As ações do partido não se limitaram apenas a nível militar e político, pontuamos aqui alguns aspectos diplomáticos que Cabral sublinhou na reunião do CSL para informar os dirigentes e combatentes do partido a cerca desta outra “frente de batalha” (diplomacia) importante para a luta travada pelo partido.

No plano internacional nomeadamente em África, o PAIGC e o seu líder gozavam de grande prestígio pela forma como tem conduzido a luta para a independência de dois territórios Guiné e Cabo Verde. Discursando no já citado reunião do CSL, em agosto de 1971, o líder do PAIGC afirma.

Hoje em África nós somos considerados, sem dúvida nenhuma, com o primeiro movimento de libertação. Durante a última reunião em Addis-Abeba⁴⁷, vários chefes de Estados tomaram a palavra para propor o seguinte: “a OUA⁴⁸ não ajuda mais ninguém senão o PAIGC, porque o PAIGC tem mostrado de fato que, qualquer pequena ajuda que se lhe dá, é bem aproveitada.

Numa entrevista realizada em Acra por ocasião da Conferência do Comité de Libertação da OUA (8 a 13 de janeiro de 1973) pelo jornalista Cameron Duodou, *Rádio Gana*, Cabral se referiu a filosofia que o partido tem adotado sobre as ajudas externas que lhe deu o prestígio diplomático a que tem gozado, afirmando o seguinte: “a nossa filosofia ou ética da ajuda é que não aceitamos nenhuma condição para a ajuda que nos é dada e garantimos que a utilizaremos exclusivamente ao serviço da luta” (FONSECA & PIRES, 2018, p. 182).

Não só em África que o PAIGC goza de prestígio diplomático no âmbito da luta que tem realizado contra o regime colonial português, prova disso são os chineses que segundo as afirmações de Cabral, no já mencionado discurso na reunião do CSL, em agosto de 1971, Cabral afirmou: “durante vários anos [chineses] procuraram combater o nosso partido porque nós nos recusamos a dizer “amém” aquilo que eles dizem, mas que acabaram por reconhecer que nós somos gente séria e decidiram ajudar-nos”. Cabral aceitava ajuda de qualquer país ou organizações desde que não seja precedida de condicionantes para o PAIGC, e esta forma de estar do partido e do seu líder valeram o reconhecimento sendo tratado de gente séria que se comprometeram a lutar por uma justa causa, a independência total da Guiné-Bissau, no capítulo

⁴⁷ Capital da Etiópia onde está a sede da Organização da Unidade Africana OUA, hoje União Africana UA.

⁴⁸ Organização da Unidade Africana.

que se segue abordaremos as ajudas que os movimentos recebiam de países e organizações para a sua luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau.

CAPÍTULO 4. RETRATOS DO INTERNACIONALISMO

Para o PAIGC desenvolver uma luta de guerrilha contra Portugal, uma potência colonial, embora não ao nível da França e Inglaterra, é de fundamental importância contar com apoios vindos do exterior. Cientes disso, o PAIGC e o seu líder Amílcar Cabral, tomaram esse fator em consideração e procuraram apoios no exterior, a começar pelos países africanos já independentes nomeadamente Guiné Conakry e Senegal países limítrofes da Guiné-Bissau e de outros países amigos para a causa independentista, ajudas que passava para o desenvolvimento de uma guerra de guerrilha, uma vez que era difícil conseguir independência por via das negociações com o governo de Lisboa. Aliás, prova disso foi o massacre de pindjiquiti, acontecido no dia 03 de agosto de 1959, onde um grupo de marinheiros em greve que reivindicavam um aumento salarial, foram brutalmente reprimidos pela polícia portuguesa resultando na morte de 50 marinheiros. Proibição por parte do regime colonial de criação de qualquer organização política por parte dos nativos da Guiné-Bissau, ou qualquer manifestação política contra o colonialismo português.

Neste capítulo, será abordada o esforço do PAIGC/Amílcar Cabral⁴⁹ para conseguir os apoios face a luta pela independência da Guiné-Bissau contra o regime colonial português. sendo assim, dentre muitos apoios internacionais se destacarão ainda que de forma sucinta, os apoios da Cuba, União das República Socialista Soviética URSS, China, Checoslováquia, Argélia, Guiné Conakry e Senegal, bem como os apoios dos países escandinavos com destaque para a Suécia.

Estas análises se justificam levando em consideração a dimensão e importância de apoio destes países na luta do PAIGC. A Cuba não só pelo seu apoio médico a guerrilheiros do PAIGC, mas também pelos seus apoios em tática de guerrilha e participação direta na guerrilha através dos internacionalistas cubanos no teatro das operações; a URSS pelo seu apoio em material bélico e formação de guerrilheiros do PAIGC; a China pelo seu apoio bélico e na formação de guerrilheiros do PAIGC; a Suécia pelo seu apoio humanitário às populações das zonas libertadas, sobretudo na educação; a Checoslováquia pelo seu apoio em armamentos e formação dos elementos do PAIGC; a Argélia pelo seu apoio moral, material e diplomático, aliás, foi em Argel que o PAIGC e governos portugueses assinaram acordo de reconhecimento *de jure* sobre a independência da Guiné-Bissau; Guiné Conakry e Senegal pela utilização dos seus

⁴⁹ Falo da diplomacia do PAIGC/Cabral porque a influência de Cabral era tanta, que não se pode desassociar PAIGC do Cabral e vice-versa.

territórios como retaguarda por parte dos guerrilheiros do PAIGC, com destaque para a Guiné Conakry onde o PAIGC instalou o seu Quartel General. É certo que houve apoios de muito mais países à causa independentista do PAIGC que como é obvio não foram todos citados aqui, não por ignorar os apoios destes países mencionamos apenas alguns face a questão de recorte na escrita.

Certo é que Amílcar Cabral, líder do movimento apesar embora não descartava apoios de qualquer país independentemente da sua ideologia, certo é que, além dos apoios dos países africanos o PAIGC recebeu apoios na sua maioria vindos dos países socialistas.

Solidariedade cubana: médicos e apoio no terreno

A Cuba é dos países que, desde a primeira hora apoiou a luta armada pela independência da Guiné-Bissau. A revolução cubana foi uma inspiração para o PAIGC e o seu líder Amílcar Cabral na luta de guerrilha que os combatentes do PAIGC travaram contra o regime colonial português. Aliás, sempre que completava mais um aniversário da revolução cubana, Cabral, fazia a questão de demonstrar a sua admiração ao povo cubano e a luta anti-imperialismo do seu líder Fidel Castro, através de correspondências, telegramas, etc. Nesta seção será abordada o apoio cubano ao PAIGC durante a luta pela independência e pós-independência da Guiné-Bissau.

Na luta de guerrilha que o PAIGC travou contra o colonialismo português na Guiné-Bissau, a Cuba foi sempre um importante aliado, seja na formação de guerrilheiros do PAIGC, seja na formação de profissionais de saúde, até mesmo na participação direta dos seus cidadãos na linha de frente de combate através dos internacionalistas cubanos⁵⁰, cooperação essa que se cimentou depois com a conquista da independência do país até o presente os dois países mantêm boas relações.

Numa carta dirigida as delegações permanentes do Bureau Político, ao Comités Inter-Regionais e aos Comandos das Frentes⁵¹, Amílcar Cabral, secretário geral do PAIGC escreveu o seguinte:

o nosso povo e o nosso partido em alta estimam e consideram de grande importância para a nossa luta, a colaboração que nos é prestada por companheiros cubanos. (...) Esta colaboração que pode ter consequências decisiva para a marcha da nossa luta, é

⁵⁰ Cidadãos cubanos com diferentes formações que deslocavam para a Guiné Conakry e as zonas libertadas da Guiné-Bissau, para dar formação técnica aos guerrilheiros, enfermeiros e técnicos de saúde, mecânicos, enfim ao pessoal do partido no terreno.

⁵¹ Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.144> acesso em 25 out. 2022.

uma expressão concreta da solidariedade combativa e do espírito internacionalista da revolução cubana. Deve servir para reforçar a amizade entre os nossos povos, enriquecer a experiência da revolução cubana, acelerar a marcha da nossa luta e reforçar os laços de colaboração entre o nosso partido e o partido comunista cubano. Devemos, portanto, defender e consolidar a cooperação fraternal entre os companheiros cubanos e os nossos combatentes.

Na mesma missiva acima citada, Cabral informou que os internacionalistas cubanos independentemente das suas especialidades, devem ser considerados como militantes do partido durante todo o tempo que estiverem colaborando com o PAIGC. Sendo que o partido responsabilizará de garantir segurança desses cidadãos cubanos e todos os meios de que necessitam durante as suas missões.

Cuba mantinha um representante responsável pelos internacionalistas cubanos que residia em Conakry, uma espécie de embaixador ou adido de cooperação, que tratava diretamente com o secretário geral do PAIGC, Amílcar Cabral ou o seu substituto, os assuntos dos profissionais cubanos espalhados nas linhas de frentes.

Figura 1 - Cabral, no meio, de frente numa reunião com internacionalistas cubanos em Conakry.



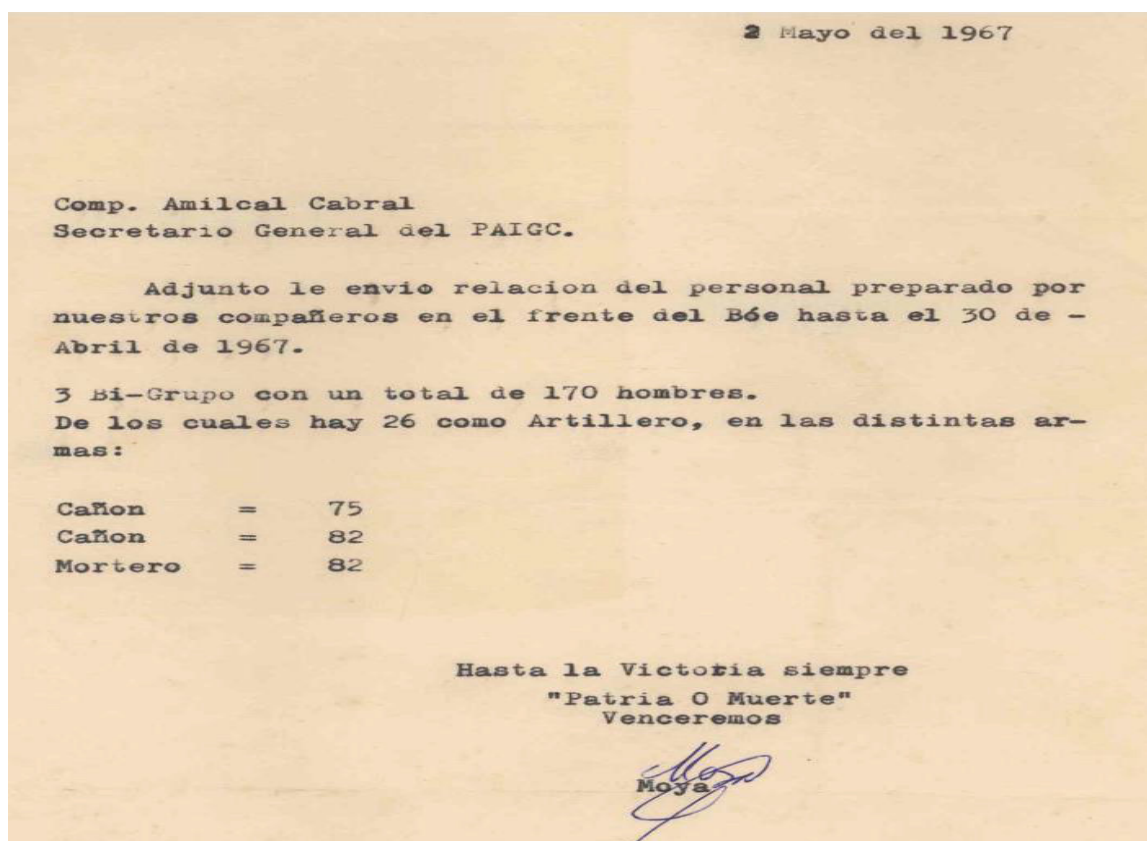
Fonte: Fundação Mário Soares.

Falamos anteriormente da admiração que o líder do PAIGC nutria em relação a revolução cubana, na foto acima alguns detalhes saltam a vista sobre isso, o retrato na parede das fotografias de Fidel Castro líder da Revolução Cubana e de Ernesto Che Guevara, um importante membro daquela revolução.

A guerrilha na Guiné-Bissau se expandia em três frentes de combate, Sul e Leste que faz divisa com a República da Guiné Conakry e a frente Norte com divisa com a República do Senegal. Os internacionalistas cubanos eram distribuídos pelas três frentes de combates.

Estes elementos cubanos eram de suma importância no apoio a manobra de guerra do PAIGC como movimento independentista, compostos por profissionais de diferentes especialidades, os cidadãos cubanos davam ao PAIGC um suporte não só a nível dos cuidados médicos aos combatentes feridos, mas também em outras áreas como: instrução militar no terreno⁵² que é de importância vital, pois não acarretava ao PAIGC o custo de ter que enviar um contingente de pessoas ao estrangeiro para adquirir formação militar, os instrutores cubanos davam formação no terreno aos guerrilheiros e produziam relatórios para o secretário geral do PAIGC com os detalhes das atividades desenvolvidas no terreno como se vê na imagem abaixo.

Figura 15 - Capa dum relatório enviado ao secretário geral do PAIGC.



Fonte: Fundação Mário Soares.

A imagem deste relatório traz um pormenor, além dos 170 elementos especializados pelos colaboradores cubanos, na parte da assinatura do responsável cubano vem “*hasta la*

⁵² (1967-1967), "Relatórios da missão dos internacionalistas cubanos na Guiné-Bissau", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_40209 (2022-9-19).

victoria siempre, pátria o muerte” frase de guerra imortalizada pelo Che Guevara, proferida aqui para animar o espírito combativos dos homens de Amílcar Cabral. Na carta, podemos ver, está assinada por “Moya”. Esse era o nome de guerra do famoso comandante Victor Dreke, um dos heróis da revolução cubana e que, também, acompanhou ao Che Guevara no Congo.

A Cuba sendo um país com larga experiência em medicina, este foi um dos setores em que o apoio cubano à luta armada do PAIGC se notabilizou. Uma das primeiras medidas que o governo revolucionário cubano tomou foi de enviar médicos e enfermeiros de diferentes especialidades para auxiliar o movimento⁵³.

Na retaguarda e nas zonas libertadas pelo PAIGC, eram montados postos de atendimentos aos guerrilheiros feridos na linha de frente, bem como às populações civis vítimas do bombardeamento aéreo da aviação colonial. Em Boké, região fronteira da Guiné Conakry com a Guiné-Bissau, se estabeleceu um hospital de campanha para socorrer os feridos mais graves tanto combatentes como população civil. Este apoio cubano não se limitava apenas em atender os feridos, mas também de dar formação aos nacionais em matéria da enfermagem no qual apreendiam com os cubanos. Portanto, os postos de socorro nas zonas libertadas e hospitais na retaguarda como o de Boké, serviam também como “escola” de saúde.

Foi em Havana, capital cubana, que Amílcar Cabral proferiu um discurso emotivo em nome das organizações nacionais e dos povos das colônias portuguesas por ocasião da Primeira Conferência dos Povos de África, da Ásia e da América Latina, (Conferência Tricontinental) que decorreu em janeiro de 1966⁵⁴. Cabral, elencou duas razões para a presença dos movimentos das organizações nacionalistas das colônias portuguesas no evento: primeiro, porque estes movimentos pretendem tomar parte nos acontecimentos transcendentais da “história da humanidade” que acontecia naquela época, (a descolonização dos territórios); segundo, porque era “dever político e moral” levar ao povo cubano a solidariedade “fraternal e combativa” dos movimentos independentistas dos povos das colônias portuguesas, ao povo cubano que celebrava o 7º aniversário da revolução cubana.

⁵³ (1965-1973), "Médico cubano prestando cuidados de saúde nas regiões libertadas", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_43677 (2022-9-13).

⁵⁴ (1966), "PAIGC - Tricontinental - Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84227 (2022-9-15).

Sendo Cuba uma inspiração para os movimentos que buscavam independência dos territórios colonizado pelo Portugal, Cabral, mostrava toda sua admiração ao povo cubano e ao líder da revolução cubana tendo referido no seu discurso que

(...) em nome dos nossos povos em luta e em nome dos militantes de cada uma das nossas organizações nacionais, endereço as mais calorosas felicitações e saudações fraternais ao povo desta ilha tropical, pelo 7º aniversário do triunfo da sua revolução, pela realização desta conferência na sua bela e hospitaleira capital e pelos sucessos que tem sabido alcançar no caminho da construção duma vida nova que tem como objetivo essencial a plena realização das aspirações à liberdade, paz, ao progresso e à justiça social de todos os cubanos. Saúdo em particular o Comité Central do Partido Comunista Cubano, o Governo Revolucionário e o seu leader exemplar – o Comandante Fidel Castro – a quem exprimo, os nossos votos de sucesso contínuo e de longa vida ao serviço da Pátria Cubana, do progresso e da felicidade do seu povo, ao serviço da Humanidade.

Invocando aquilo que ele (Cabral), chama de “consciência revolucionária das massas populares”, o líder do PAIGC aponta para que a experiência da revolução cubana servisse de lição para as organizações nacionais e povos das colônias portuguesas nas suas lutas anti-imperialismo, se estas pretendem que as suas lutas sejam uma verdadeira revolução.

Contudo, ele chama a atenção às organizações nacionalistas de que a revolução não é um “produto de importação”, ou seja, por mais que uma revolução der certo num determinado país, essa revolução não poder ser importada para uma outra realidade. Por isso, na concepção de Cabral, qualquer que seja revolução, essa deve ser feita com base no conhecimento da sua realidade local por mais que seja influenciável pelas ações de fatores externos “favoráveis ou desfavoráveis”, o que é determinante numa revolução é o conhecimento prévio da realidade histórica de cada povo.

O alerta do líder do PAIGC, é no sentido de que por mais que a revolução cubana seja uma inspiração para os movimentos que buscam a independência nas colônias portuguesas, sobre tudo em Guiné, Angola e Moçambique, onde se desenvolvem guerra de guerrilha, estas organizações devem ser capazes de praticar revoluções com base nos modelos locais apesar das lutas serem solidárias.

A URSS: treino militar e armamentos

No tópico anterior falei da importância do apoio cubano ao PAIGC com destaque para a presença de cidadãos cubanos no terreno. Neste tópico o destaque vai para um ator se calhar mais fundamental para o PAIGC no que diz respeito ao suporte bélico para o combate ao regime colonial português na Guiné-Bissau.

A URSS, líder ideológico do bloco comunista contra o bloco capitalista, foi um aliado vital para a luta de guerrilha que o PAIGC desencadeou para a independência do país. Muitos dos materiais bélicos utilizados pelo PAIGC na sua guerra de guerrilha provêm da União Soviética ou pelo menos são da fabricação Soviética.

Portugal, lembremos, é parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, sigla em inglês) desde sua fundação em 1949. Numa altura em que o mundo se deparava com a bipolaridade do poder mundial, isso tornava Portugal, em plena guerra fria, potencial rival da União Soviética. O PAIGC, como movimento de libertação, tinha na União Soviética um suporte militar face ao poderio bélico do colonizador português.

Além de ser um fornecedor de armas e munições ao PAIGC, a União Soviética era destino para a formação militar de muitos combatentes do movimento para obter mais experiência no manuseio e utilização daquelas armas provenientes da potência comunista.

Numa carta datada de 11 de maio de 1961, dirigida ao secretário do conselho central de sindicatos da URSS⁵⁵, Cabral pediu apoio para uma “rápida” formação técnica dos militantes que serão enviados para a União Soviética, nessa altura, o PAIGC ainda não tinha começado a ação armada no terreno, e as dificuldades do partido era ainda maior. Pelo que na carta, Cabral pediu ao secretário do conselho central de sindicatos da União Soviética indicando que, “dadas as dificuldades materiais de nossa luta, que você conhece, pedimos a gentileza de cobrir as despesas de viagem de nossos camaradas (ida e volta)”.

Amílcar Cabral destacou a importância desta formação técnica, por mais rápido que possa ser, servirá para a “construção do progresso” que o país precisará depois da libertação nacional, “a ajuda concreta que nos concedes com a preparação técnica dos nossos camaradas continuará a representar um contributo eficaz para o progresso do nosso país e para o desenvolvimento da amizade e da colaboração que une os nossos dois povos”, concluiu o líder do PAIGC.

Conhecendo as limitações que muitos dos militantes e combatentes do partido tinha, o líder do movimento independentista cedo se preocupou com a capacitação⁵⁶ pelo menos de uma parte dos seus camaradas para melhor desafiar o regime colonial.

⁵⁵ Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39467 (2022-9-21).

⁵⁶ (1963-1973), "Combatentes do PAIGC durante o treino militar na ex-URSS", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_43592 (2022-9-21).

Figura 16 - Combatente do PAIGC recebendo treinamento militar na ex-URSS.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Detalhe nessa imagem os guerrilheiros do PAIGC vindo de um lugar com o clima tropical (Guiné-Bissau), usando roupas e boinas para se protegerem do frio da União Soviética a que não estão habituados.

Com o início das ações armadas em janeiro de 1963, quando um grupo de guerrilheiros do PAIGC liderados por Arafan N'djamba Mané atacou o quartelamento de Tite, Sul da Guiné, a União Soviética reforçou ainda mais o seu apoio a causa independentista guineense.

Mais combatentes foram enviados para a formação e aperfeiçoamento de uso de diferentes armas. Uma das dificuldades no início da guerra era lidar com poderio aéreo da aviação colonial. Sendo a Guiné-Bissau um país, com muitas áreas cobertas de florestas e pântanos, estas serviam de esconderijo para os guerrilheiros do PAIGC.

Entretanto, isso não bastava, pois a aviação colonial usava em alguns casos a bomba de napalm para desalojar os combatentes do PAIGC, pelo que era preciso armas antiaérea capaz de impor dificuldades à aviação colonial, mas sobretudo de pessoal aptas a manusear estas armas. Nestes aspectos a União Soviética se destaca com o fornecimento destas peças de artilharia e formando os combatentes do movimento para a sua utilização no teatro das operações.

Os resultados não demoraram, pois quando o PAIGC começou a receber as armas antiaéreas por parte da União Soviética, com destaque para o míssil terra-ar estrela⁵⁷ a situação se inverteu, passando a aviação colonial a ter dificuldades de sobrevoar o campo de batalha.

Figura 17 - Guerrilheiros do PAIGC, junto a um avião das Forças Armada portuguesa abatido.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Esta imagem de combatentes do PAIGC junto a uma aeronave do exército colonial abatido durante o combate nas florestas da Guiné-Bissau, é revelador da força que o movimento vinha mostrando com o treinamento de combatentes e recebimento de armas antiaérea vindos da União Soviética. A vertente aérea era a grande vantagem que Portugal tinha, o olhar dos combatente sobre os destroços da aeronave abatido pode ser interpretado como um sentimento de alívio das ameaças que vinha dos céus por parte das forças aéreas portuguesa.

Com a limitação do poderio aéreo colonial o PAIGC passou a desferir ataques cerrados às posições das forças portuguesas libertando amplas zonas do território nacional. Em outubro

⁵⁷ (1963-1973), "Guerrilheiros junto a um avião das Forças Armadas Portuguesas abatido pelo PAIGC em Béli", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_43123 (2022-9-21).

de 1970, três anos antes da declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau, o PAIGC produziu um relatório detalhando o ponto de situação⁵⁸ da luta e das vitórias alcançadas.

Tendo recebido mais armamento dos seus parceiros, com realce para os mísseis terra-ar Estrela, recebidos da União Soviética, o PAIGC consegue avançar em direção aos centros urbanos, chegando mesmo a atacar a localidade de Nhacra à trinta quilometro de Bissau, Capital e sede de Quartel General e da Administração colonial.

Os dados apresentados no relatório do PAIGC, indicam as ações que o movimento realizou de janeiro à setembro de 1970, contra o regime colonial: 456 ataques contra posições entrancheirados; 85 emboscadas; 678 inimigos mortos ou feridos; 21 oficiais mortos; 3 soldados portugueses capturados; 52 veículos destruídos; 15 barcos afundados; 3 helicópteros abatidos e um grande números de quarteis e instalações militares destruídos.

Todos esses “ganhos” apresentados são possíveis com o recebimento de mais materiais bélicos e treinamento de combatentes do movimento para a sua utilização. E como acima demonstrado, a União Soviética contribuiu tanto para isso. O apoio soviético era importante para o PAIGC que mesmo durante a contenda sino-soviética. Cabral se inclinava mais para o lado soviético porque, como foi referido por Sousa (2022), tinha a “consciência de que o maior apoio (pelo menos material) que recebia provinha da URSS. Por isso considerava este país como o seu aliado principal na luta contra o colonialismo português, a par com a Guiné-Conacri de Sekou Touré” (SCHOLL, et al 2022, p. 15).

Intelectuais suecos a favor do PAIGC

Dentre os países escandinavos que apoiaram a luta de libertação nacional, a Suécia esteve na linha de frente, nessa seção demonstraremos as ações da Suécia em relação a luta do PAIGC contra o regime colonial na Guiné-Bissau, a guerra de guerrilha desencadeada por movimento liderado pelo Amílcar Cabral, “atraiu muito interesse na Suécia a partir dos finais dos anos sessenta. Cabral encontrou-se com bastantes suecos no quartel-general do PAIGC em Conacri e alguns visitaram também as zonas libertadas na Guiné-Bissau” (SELLSTRÖM, 2008, p. 74).

⁵⁸ (1970), "PAIGC - "Sur la situation de notre lutte armée de libération nationale" (Janvier - Septembre 1970)", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84256 (2022-9-22).

Segundo Sellström, (2008, p. 139), “na Suécia, as primeiras moções parlamentares em que se propunha apoio oficial às organizações africanas de libertação surgiram a partir de 1967, a favor dos movimentos das colónias portuguesas”. Comparados com outros países com a URSS, China Cuba etc. que apoiaram o PAIGC desde os primórdios da luta, a ajuda sueca só começou a ser efetivado nos finais dos anos sessenta do século passado, contudo, mostrou-se igualmente importante para o PAIGC naquele momento da luta contra o regime colonial português.

O interesse deste país escandinavo face a luta do PAIGC contra o regime colonial português na Guiné-Bissau resultou em várias visitas que os cidadãos suecos realizavam nas zonas libertadas pelo movimento. Jornalistas, parlamentares, cineastas, jovens estudantes, professores, escritores, ativistas pela causa de autodeterminação do povo guineense entre outros, faziam visitas ao PAIGC, e um dos primeiros suecos a visitar a Guiné-Bissau foi “o escritor Göran Palm que, na companhia de Bertil Malmström do Comité da África do Sul de Uppsala, passou três semanas em outubro-novembro de 1969 com o PAIGC nas zonas libertadas” (SELLSTRÖM, 2008, p. 74).

Figura 18 - Göran Palm e Bertil Malmström com dirigentes do PAIGC em Conakry.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Ao fundo da foto aparece estacionado a viatura de marca Volkswagen que Amílcar Cabral utilizava em Conakry, agora guardada no aquartelamento São José de Amura em Bissau. Em destaque os dirigentes do PAIGC e os seus visitantes suecos alinhados, olhando para a mesma direção, possivelmente para um outro fotógrafo.

As visitas dos cidadãos estrangeiros, neste caso cidadãos suecos as zonas libertadas ou sob o controle do PAIGC, interessava muito o movimento de libertação. Pois era uma forma de mostrar a opinião pública mundial o sucesso do movimento face a guerra contra o regime colonial português e a legitimidade do PAIGC em ser o único representante do povo guineense. Essas visitas ajudavam a levar ao conhecimento do mundo, sobretudo o mundo Ocidental a guerra colonial portuguesa na Guiné-Bissau e as imagens e narrativas do PAIGC.

Os suecos, Göran Palm e Bertil Malmström visitaram não só as zonas libertadas de Leste e Sul como também as frentes de combate tendo efetuado reuniões com os combatentes, com populações e militantes do partido. Tendo visitado também os hospitais de campanha, postos sanitário, escolas e internatos que o partido criou para atender as necessidades da luta e da população.

Depois desta visita, o serviço de informação do PAIGC registrou as intervenções do diretor da escola piloto⁵⁹ e de dois alunos desta escola assim como as declarações do Secretário Geral do PAIGC, Amílcar Cabral, de Göran Palm e Bertil Malmström em textos na versão portuguesa para os alunos da escola piloto e texto em francês para divulgar no exterior, no qual aqui será reproduzido em itálico os excertos das intervenções de Cabral e dos visitantes suecos Göran Palm e Bertil Malmström

Göran Palm foi quem interveio primeiro e expressou o seguinte: (...) *na minha terra, nas escolas, as pessoas conhecem a vossa terra, [Guiné-Bissau] como sendo Guiné “portuguesa” e no mapa a vossa terra é muito pequenina e as crianças ao verem-na, pensam que nem se quer é uma terra, que é só um ponto que está no mapa, e nós também pensamos isso, antes de irmos a vossa terra. Nós vimos os mapas lá, pensamos que era pequenina, mas depois que vimos, andando horas e horas a pé, através do vosso mato, e olhamos as vossas coisas, realizamos que afinal, a Guiné-Bissau é grande, não é pequena, é um país grande.*

A Guiné-Bissau é um país relativamente pequeno, com uma superfície de 36 mil e 125 Km², acontece na altura da visita dos suecos Göran Palm e Bertil Malmström, o PAIGC

⁵⁹ Escolas que o PAIGC criou nas zonas libertadas para ser frequentada pelos filhos dos combatentes e crianças das zonas libertadas.

controlava 2/3 do território guineense e esse excerto da intervenção de Palm mostra os avanços que o PAIGC teve em controlar vastas áreas do território guineense.

E ele continua (...) *outra coisa que aprendemos na vossa terra, é que a vossa terra não é Guiné “Portuguesa” nada, vi-o com os meus próprios olhos, porque em todas as áreas libertadas que visitamos eu vi isso. Não vimos nenhum português, mas claro que vimos alguns aviões dos tucas. E claro, o avião não anda sozinho, dentro do avião estavam de certeza portugueses militares.*

A visita destes cidadãos suecos para constatar no terreno como era situação do PAIGC face ao colonialismo português, serviu para testemunhar, os avanços da luta do movimento e pode ser visto como esforço da ação propagandista do movimento liderado por Cabral para sensibilizar o governo e o povo sueco em apoiar o povo guineense na sua luta de libertação.

O exército colonial detinha algum poderio aéreo, e a sua aviação lançava ainda as ações de bombardeamento às zonas que o PAIGC controlava para atormentar as populações civis. Os visitantes suecos testemunharam isso durante as suas estadias nas zonas libertadas. E depararam também com a população de zonas libertadas que tinham algum nível de consciência política, aliás, Göran Palm falou disso na sua intervenção no final da visita afirmando:

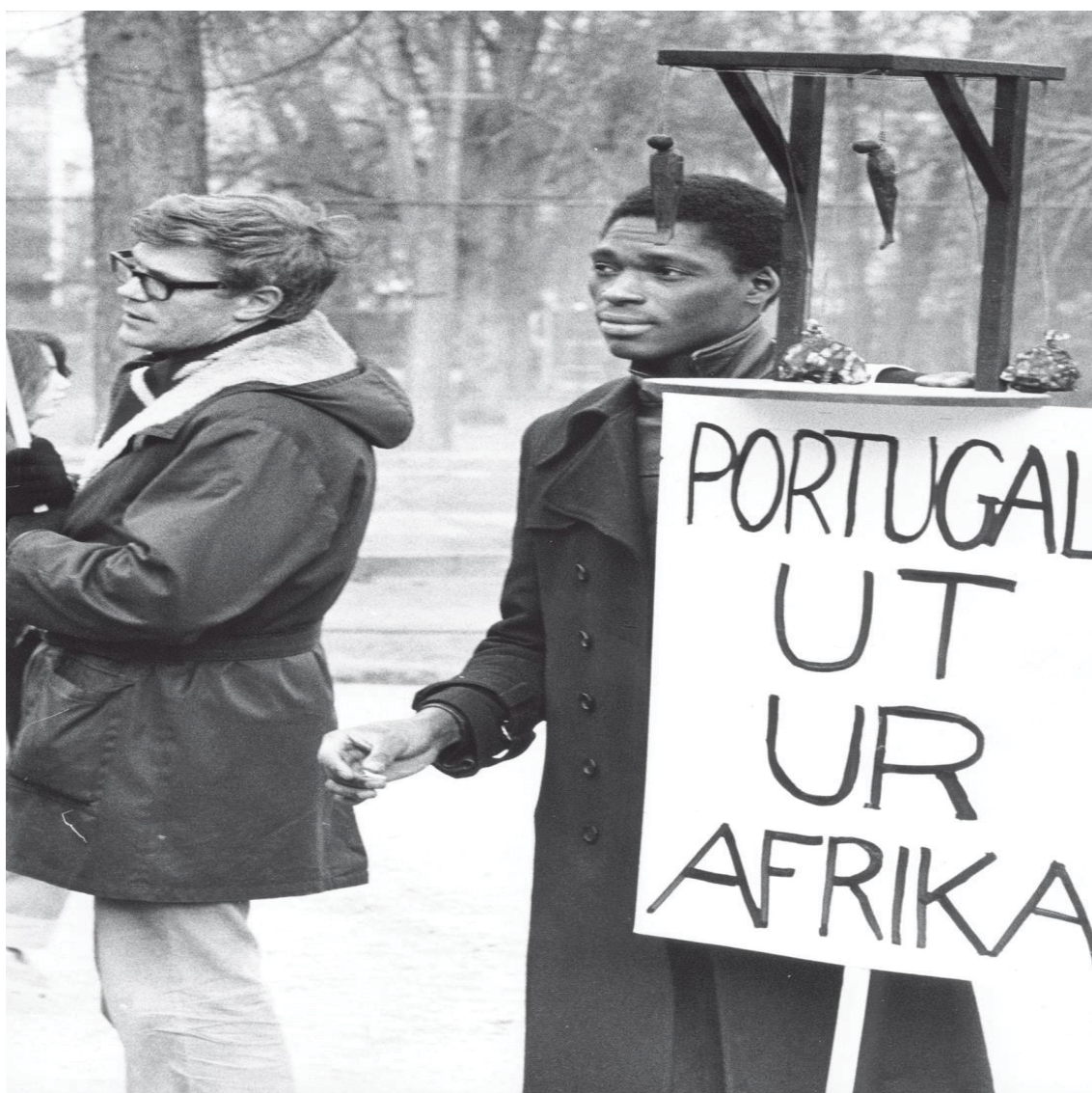
Nós encontramos muita gente, principalmente na frente Sul. Estivemos três semanas no Sul, guiados por guias e outros amigos do partido, que estiveram sempre junto de nós, e a minha impressão, quando falei com toda gente, várias pessoas, não só camaradas, mas simples gentes do mato, foi que a maior parte dessa gente, se não toda, tem perfeita consciência política, sabendo o quê que os colonialistas estão a fazer e o que é que nós próprios devemos fazer diante dos colonialistas. (...) Grande parte das pessoas com quem conversamos nesse sentido não sabia ainda ler, nem escrever, ou ver as horas no relógio. Mas a sua consciência política é maior do que a consciência política das pessoas na Suécia que sabem ler e escrever, ou ver as horas no relógio. Este é um exemplo da grande impressão que esta viagem ao interior da vossa terra, causou em mim, como homem, filho da Suécia.

Talvez seja um pouco de exagero por parte de Göran Palm, mas ele proferiu estas palavras para mostrar que um povo que na sua maioria era analfabeta e que além de serem por muito tempo explorado por colonialistas portugueses e que estava sendo bombardeado pela aviação colonial, mas que mantinha firme em lutar para alcançar o seu direito a autodeterminação e independência política face ao regime colonial português. E muitas pessoas

na Suécia desconheciam a luta do povo guineense e pensavam que a Guiné era “portuguesa” como era sustentada pela narrativa do regime salazarista do Estado Novo.

Para finalizar a sua intervenção, Göran Palm deixou uma promessa ao povo guineense afirmando: *“nós desejamos, através do nosso trabalho, não só informar e movimentar a juventude e o povo em geral, levar o governo da Suécia a dar mais ajuda ao vosso partido, e a reforçar a amizade entre o povo da Suécia e o povo da Guiné”*.

Figura 19 - O escritor, Göran Palm (à esquerda), a fazer piquete em Estocolmo em fevereiro de 1973.



Fonte: Sellström, (2008, p. 163).

Göran Palm ao lado um homem que segura um cartaz exibindo propaganda contra Portugal, com frase sueco que em tradução livre significa “Portugal fora da África”, além disso, aparecem duas figuras acima do Cartaz que se assemelha com alguém com corda no pescoço enforcado e pendurado. Sendo uma imagem de propaganda contra o colonialismo português em

África, aquelas figuras com cordas no pescoço podem servir para dar ênfase à drama que o colonialismo português estava sendo em África, imagens fortes capazes de provocar sentimentos e gerar mais empatia e solidariedade do povo sueco para com os povos africanos que lutam para se libertarem do domínio português.

Bertil Malmström, tal como seu compatriota também teceu algumas considerações sobre a visita que efetuaram nas zonas libertadas da Guiné começando por referir aos alunos da escola piloto.

Na minha terra, Suécia, eu trabalho como professor e posso saudá-los em nome dos meninos da minha escola e de todos os meninos da escola da Suécia. E quando eu voltar para a Suécia, vou explicar aos meninos da Suécia, todas as impressões que levo daqui e de que maneira vocês trabalham tanto e na solidariedade e vou dizer-lhes que vocês são um exemplo de disciplina e trabalho.

Vale lembrar que a Suécia apoiava também as escolas implantadas pelo PAIGC nas zonas libertadas como adiante desenvolveremos, e ao referir em primeiro lugar aos estudantes da escola piloto mostra bem a sensibilização que o professor Bertil Malmström teve sobre a instrução das crianças.

Malmström prosseguiu com a sua intervenção afirmando: *eu não fui professor durante muito tempo e posso dizer que ainda sou um estudante, e eu pertenço à nova geração na Suécia. Quando encontrei os militantes do partido, vi que maior parte deles é gente nova, como eu, e muitos deles também ainda mais nova do que eu e isso fez os nossos contatos ser muito fácil, muito simples, apesar da diferença na língua. A juventude é a força motriz de qualquer sociedade, e na luta que o PAIGC travava contra o regime colonial esse aspecto não foi exceção, a maioria dos dirigentes, militantes e combatentes do movimento era jovens.*

No final da sua intervenção, assim como Göran Palm, Bertil Malmström também fez promessa de levar ao conhecimento do povo sueco a luta que o partido desenvolvia contra regime colonial português na Guiné-Bissau. *O trabalho que prometo fazer na Suécia, é trabalhar para a consciência política na Suécia e mesmo que faça só isso, é uma coisa que vale muito, contar ao povo da Suécia a luta e o trabalho de PAIGC.*

Como foi acima mencionado, a grande vantagem destas visitas é levar a imagem do PAIGC como movimento de libertação a nível internacional e sobretudo junto dos povos dos países de onde os visitantes são originários, ou seja, as pessoas que visitam as zonas libertadas

servem como “porta vozes” do PAIGC e ajudam a disseminar o trabalho tanto político como militar do partido no terreno. As falas dos dois visitantes suecos são prova disso.

Encerrando as intervenções, o Secretário Geral do PAIGC, Amílcar Lopes Cabral disse: *os nossos camaradas tiveram tempo para estar bastantes dias na nossa terra, viram tudo quanto queriam ver, à vontade sem qualquer reserva do nosso lado. Eles, para nós, são amigos, não temos nada para lhes esconder. Os nossos amigos encontraram-se com responsáveis, militantes e população. Tiveram a ocasião de sentir de perto a guerra. Felizmente, porque em algumas partes da nossa terra, a vida é demasiada tranquila e eles podiam pensar que não há guerra. Ainda bem que viram os aviões dos tugas. Os bombardeamentos dos tugas.*

Vale lembrar que como o PAIGC recebia ajudas principalmente de países socialistas, Cabral referiu que muitas das vezes esta situação era vista com certa desconfiança em países ocidentais por causa das questões ideológicas.

Falando sobre isso Cabral destaca, *mas os nossos amigos [suecos] viram claro, que nós recebemos ajuda de muitos lados, e, felizmente, graças ao trabalho do nosso partido, além daquela ajuda que recebemos de países que tem sido de facto nossos amigos, vamos receber este ano, ajuda da Suécia, uma boa ajuda. Um milhão de coroas, duzentos mil dólares portanto, em medicamentos, roupas, comedorias e outras coisas. É uma boa ajuda, camaradas. Isso é uma grande vitória do nosso partido, é uma grande vitória do povo sueco, é uma grande vitória da juventude sueca, é uma grande prova dada pelo governo sueco.*

Entretanto, o regime colonial português não ficou nada agradado como o apoio sueco como era de se esperar, pois esse precedente poderia influenciar outros países ocidentais em ajudar os movimentos de libertação das colônias portuguesas em África.

A esse propósito Cabral comenta, *os colonialistas portugueses estão desesperados, porque o exemplo da Suécia pode influenciar outros países do Ocidente, e temos a certeza de que o trabalho dos nossos amigos vai reforçar a solidariedade do povo suecos, mas também a solidariedade de todos os povos da Escandinávia, mas também a solidariedade de outros povos da Europa Ocidental, porque o seu trabalho terá de certeza ecos noutros países ocidentais.*

O facto é que a iniciativa sueca de apoiar o PAIGC abriu caminho sobretudo para outros países escandinavos se interessarem em ajudar o movimento, como atesta as visitas de contatos que o líder do PAIGC efetuou aos países daquela região escandinava da Europa. Cabral visitou a Finlândia em outubro de 1971, Segundo Soiri e Peltola, apud Sellström, (2008, p.163), “Cabral foi o primeiro líder dos movimentos de libertação africanos a ser tratado como

um estadista na Finlândia, a visita foi um êxito e congregou, pela primeira vez, os partidos políticos finlandeses à volta da questão de acabar com o colonialismo em África”. A Dinamarca e a Noruega também começaram a conceder ajudas ao PAIGC.

Só para se ter uma ideia da importância da ajuda sueca aos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, segundo os dados de Sellström, (2008, p. 140).

Dos 67,5 milhões de coroas suecas concedidas como apoio humanitário direto aos movimentos de libertação da África Austral e ao PAIGC durante o ano fiscal de 1969–70 a 1974–75, 64,5 milhões, ou seja, uns esmagadores 96 por cento, foram canalizados para o MPLA de Angola, a FRELIMO de Moçambique, o PAIGC da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Nesse mesmo período, o ANC da África do Sul, a SWAPO da Namíbia e a ZANU e ZAPU do Zimbabué receberam, juntos, apenas 3 milhões de coroas.

Entretanto, os dados do autor acima mencionado, aponta ainda que dentre os movimentos de libertação dos territórios africanos ocupados por Portugal, o PAIGC é o que mais recebeu ajuda sueca. “O valor inicialmente concedido foi de um milhão de coroas suecas, depois aumentado para 1,75 milhões em 1970–71, 4,5 em 1971–72, 10 em 1972–73, 15 em 1973–74 e 22 milhões em 1974–75” (SELLSTRÖM, 2008, p. 156). O mesmo autor aponta ainda que nos primeiros seis anos da ajuda oficial que o governo sueco concedeu aos movimentos de libertação nacional dos territórios ocupados por colonialismo português dois terços destas ajudas foram para o PAIGC.

Se levarmos em conta que a Suécia começou primeiro por ajudar a FRELIMO e o MPLA, teremos uma ideia de quanto o PAIGC se beneficiou da maior parte da ajuda sueca em relação a outros movimentos, o que até certo ponto causa alguns “ciúmes” nos outros movimentos⁶⁰.

A ajuda sueca se distinguiu das outras ajudas recebidas pelo PAIGC, por se tratar de ajuda humanitária. Muito embora, numa carta dirigida à Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional/ASDI, sigla em inglês, Cabral tenha argumentado que “toda a ajuda ao PAIGC era humanitária, independentemente da forma e do conteúdo da ajuda, porque é dada em prol do progresso político, económico, social e cultural da humanidade e da paz” (SELLSTRÖM, 2008, p. 157).

A Suécia fornecia alimentos enlatados, roupas, medicamentos, materiais escolares estas ajudas serviam também como forma de fazer propaganda⁶¹ junto das populações nas áreas ainda controladas pelo regime colonial português como mostra a imagem que se segue.

⁶⁰ “O líder do MPLA Lúcio Lara declarou que o apoio ao PAIGC” até nos deixou com algum ciúme”, acrescentando que” comparámos os valores e constatámos a diferença com algum ciúme”, acrescentando que” comparámos os valores e constatámos a diferença” (SELLSTRÖM, 2008, p. 156).

⁶¹ A remessa de propaganda” com a bandeira do PAIGC era composta por cerca de 400.000 latas. Não é, portanto, de admirar que o PAIGC tenha reencaminhado parte do lote dos armazéns do povo para as zonas detidas pelos

Figura 20 - Alimentos e propaganda: Sardinhas da Suécia com etiqueta do PAIGC.



Fonte: Stig Lövgren, Apud, Sellström (2008, p. 159).

Na imagem acima debaixo da bandeira do PAIGC surge a frase “Guiné-Bissau – Zonas Libertas”. Logo abaixo, em letras menores, é possível ler o nome da empresa que fornecia a sardinha: *Strömstad Canning Co*.

Stig Lövgren, um dos responsáveis da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, numa entrevista à Sellström comentou o seguinte acerca da utilização dos símbolos nas ajudas que a Suécia fornecia ao movimento:

fornece uma grande quantidade de alimentos ao PAIGC, especialmente comida enlatada. A uma dada altura comprámos cerca de cem toneladas de peixe enlatado, uma quantidade significativa, a uma fábrica sueca. O fornecedor, a Strömstad Canning, perguntou-me se queríamos pôr algum rótulo especial neste lote. Pensei que não era má ideia e contactei o Onésimo Silveira que, na altura, era o representante do PAIGC na Suécia. Ele ficou entusiasmadíssimo com a ideia! Só depois percebi o porquê de tanta alegria. Ele decidiu colocar no rótulo a bandeira do PAIGC e o texto “das zonas libertadas da Guiné-Bissau”. Anos depois, disseram que o PAIGC tinha arranjado maneira destas latas aparecerem em vários locais ainda na posse dos portugueses. Até conseguiram distribuir algumas latas na capital, Bissau. Podem imaginar a eficácia desta arma psicológica (SELLSTRÖM, 2008, p. 159).

Outro setor importante em que a Suécia contribuiu para o sucesso da luta do PAIGC foi na área de comunicação. Naquela época em que a rádio era uma ferramenta importante para a comunicação, o PAIGC tinha criado em 1967 a Rádio Libertação que operava a partir de

portugueses. Para além de estar mal escrita (zonas libertas” em vez da expressão correcta, que seria zonas libertadas”) a etiqueta identificava claramente o fornecedor sueco, mas também a Suécia como país de origem. Os armazéns do povo recebiam também cigarros, produzidos na Suécia com o rótulo propagandístico Nô Pintcha, tendo o PAIGC sido também, neste caso, o autor da embalagem SELLSTRÖM, 2008, p. 159).

Conakry, mas precisava de uma estação emissora para expandir mais a seu alcance que cobrisse todo território guineense e ser sintonizado também em Cabo Verde para veicular as suas informações e propagandas de luta junto das populações. Pois eram forma de contrapor as informações da emissora portuguesa.

Aliás, Cabral defendia que a instalação da rádio era um importante arma de combate ao colonialismo português na Guiné-Bissau. por isso em julho de 1971 o Secretário Geral do PAIGC pediu à Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional o fornecimento de uma estação radiofônica móvel para suprir esta lacuna na luta do PAIGC, o que foi prontamente aceite por parte daquela agência.

A estação viria a ser montada em dois camiões Mercedes Benz, também fornecidos pela Suécia. Os dois transmissores e o equipamento de estúdio respectivo foram adquiridos em março de 1972. Depois de instalado e da firma de consultoria oficial (a SWEDTEL) ter dado formação ao pessoal do PAIGC, o movimento de libertação pôde iniciar, a 19 de setembro de 1972, as emissões regulares para a Guiné-Bissau e Cabo Verde, a partir de vários locais no norte da Guiné (SELLSTRÖM, 2008, p. 160).

O apoio sueco ao PAIGC, não se limitava só no âmbito bilateral, estendendo também no âmbito multilateral nomeadamente nas Nações Unidas, prova disso é quando da visita do Comité das Nações Unidas para a Descolonização, também conhecido como (grupo dos 24) visitaram as zonas libertadas da Guiné-Bissau para se inteirar se de facto existia o controle do PAIGC em alguma parcela do território nacional, uma vez que o regime colonial português insistia na tese de que detinha o controle total do território guineense e que a alegações do movimento de que libertou ampla parcela da Guiné-Bissau era falso.

A Suécia através do seu secretário da missão permanente nas Nações Unidas em Nova York, Folke Löfgren, (SELLSTRÖM, 2008) integrou a delegação do Comité para descolonização das Nações Unidas que visitou a tal zonas libertadas em abril de 1972.

Entretanto, Cabral era cauteloso e não queria que a ajuda sueca e de outros países nórdicos causasse algum problema diplomático a estes países. Um episódio que ilustra bem esse fato é narrado pelo então presidente de Comité de Descolonização das Nações Unidas, o tanzaniano Salim Ahmed Salim, numa entrevista em 1995, como consta na longa e pertinente citação a seguir:

Amílcar Cabral veio a Nova Iorque e nós tentámos que ele falasse na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nessa época era inconcebível que um representante de um movimento de libertação se dirigisse à Assembleia Geral, mas nós dispúnhamos dos apoios necessários para tal. Contudo, os países nórdicos tinham reservas. Lembro-me do embaixador da Suécia e os outros embaixadores nórdicos me dizerem: Olhe que não estamos satisfeitos com isto. Em termos legais, teremos problemas se representantes dos movimentos de libertação se dirigirem à Assembleia Geral. É algo sem precedentes e que vai provocar imensos problemas. Fui então ter com Amílcar Cabral e disse-lhe: Sr. Secretário Geral, se quiser dirigir-se à Assembleia Geral, nós

disponho de votos para tal. Temos o apoio necessário dos países africanos e asiáticos, bem como de um conjunto de países sul-americanos. Mas quero que saiba que os países nórdicos estão muito descontentes com isso. O que fazemos?” Cabral então disse: Olhe, os países nórdicos são nossos amigos. Ajudaram-nos nas alturas mais difíceis e não queremos criar-lhes dificuldades. Não me dirigirei à Assembleia Geral (SELLSTRÖM, 2008, p. 168).

A desistência em dirigir-se a Assembleia Geral da Nações Unidas um palco internacional de excelência para expor o problema do colonialismo português na Guiné-Bissau e a luta do PAIGC para combatê-lo, é indicativo da importância que a ajuda dos países nórdicos principalmente a Suécia tem para com a luta de libertação nacional do PAIGC, ao ponto de Cabral abrir mão do discursar na Assembleia Geral da ONU para não criar problemas diplomáticos a estes países.

Apoio chinês e as vicissitudes do conflito sino-soviético

A China também foi um aliado de primeira hora ao PAIGC na sua luta contra o regime colonial português na Guiné-Bissau, mesmo antes de começar as ações de guerrilha contra o exército colonial, a China recebia os jovens enviados pelo PAIGC para receberem instrução militar nas academias chinesas. Segundo os argumentos de (SOUSA, 2020, p. 17), “no início da década de 1960, o Partido Comunista da China (PCC) esteve profundamente envolvido no apoio aos movimentos de libertação anticoloniais”. Sendo assim, o mesmo autor sustenta que foi nesta senda que o PAIGC liderado por Cabral “foi, a par de outros movimentos de independência das colónias portuguesas em África, uma das primeiras organizações anticoloniais a nível global a beneficiar da ajuda do PCC” (SOUSA, 2020, p. 17). Em setembro de 1960 Cabral foi convidado a visitar a China, de regresso a Conakry onde a direção do movimento se instalou, Cabral escreveu o seguinte para as autoridades chinesas: “a nossa visita à China, sob o vosso convite fraterno, resultou em resultados concretos e positivos”⁶² tradução nossa.

A visita de Cabral à China surtiu efeito, pois na opinião de Sousa (2020), a visita traduziu-se na obtenção de apoio em materiais e na demonstração inequívoca da simpatia da China de Mao Tsé Tung. A título de exemplo, o autor enfatiza que o primeiro selo em relevo que o PAIGC usara em seus documentos oficiais foram produzidas na China e contou o financiamento da União dos Sindicatos de Xangai. Tradução nossa

⁶² Sem Título, Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.091.032> acesso em: 13 dez. 2022.

Em 14 de janeiro de 1961, Cabral enviou mais uma carta ao secretário geral adjunto do Instituto popular da política externa da China, no qual, Cabral informa ao destinatário que o desenvolvimento da luta que o partido está realizando prossegue num ritmo acelerado, e que já estão mobilizados grande parte das massas populares do povo guineense que está cada vez mais identificado com movimento de libertação⁶³, tradução nossa.

Na mesma correspondência com o seu interlocutor chinês, Cabral lhe informou que o partido está em processo de organizar as bases de resistência, elemento essencial para o desenvolvimento da luta decisiva do movimento contra o regime colonial português, mas naturalmente estão enfrentando alguns problemas que queriam discutir com o seu interlocutor chinês.

Com a fixação da direção do PAIGC em Conakry para estrategicamente coordenar a luta contra colonialismo português na Guiné-Bissau, Cabral e os dirigentes do movimento independentista começaram a estabelecer os contatos com os embaixadores dos países, sobretudo comunistas creditados naquela ex-colônia francesa. Neste âmbito que segundo Sousa (2020, p. 05), “Cabral e outras figuras proeminentes do seu partido tornaram-se convidados regulares nas recepções organizadas pelo embaixador Ke Hua, e nas visitas frequentes das delegações da Associação de Amizade dos Povos Sino-Africanos”, tradução nossa.

Em janeiro de 1961 partiram dez elementos do PAIGC portadores da missiva de Cabral ao seu correspondente chinês cuja a viagem para China tinha o propósito de receberem formação naquele país asiático. “Esta é mais uma grande contribuição para o desenvolvimento e a vitória segura da nossa luta. Estamos com pressa, mas sempre caminharemos com base na segurança” tradução nossa.

Num artigo de Julião Soares Sousa publicado no jornal português “Público”⁶⁴ intitulado “China, Amílcar Cabral e o PAIGC: um namoro em três tempos”, o historiador assinalou que o “interesse da República Popular da China pelos movimentos africanos de libertação começou

⁶³ Comunica a situação da luta de libertação na Guiné. Anuncia a partida de dez militantes do PAIGC para a República Popular da China [formação militar na Academia de Nanquim].", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.091.019> acesso em 13 dez. 2022.

⁶⁴Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/04/16/mundo/noticia/china-amilcar-cabral-paigc-namoro-tres-tempos-2045853> acesso em 06 jun. 2023.

depois da Conferência de Bandung (1955). Os “inimigos principais” da China eram então os EUA, a URSS e Taiwan (Formosa) e o objetivo chinês era afastar África desses inimigos.”

Sousa identifica ainda três distintos momentos da relação da China com o PAIGC e o seu líder: de maio de 1960 à 1967 as relações foram marcadas pelo forte apoio da China ao PAIGC em armamentos e treino aos guerrilheiros do movimento; um segundo momento de 1967 à 1969 marcado pela suspensão unilateral das assistências ao movimento e um terceiro momento marcado pela retomada pontual das assistências ao PAIGC em meados dos anos 1970.

Figura 21 - Grupo de quadros do PAIGC recebidos por Mao Tse Tung na República Popular da China, para treino militar na Academia Militar de Nanquim: João Bernardo Vieira (Nino), Francisco Mendes, Constantino Teixeira, Pedro Ramos, Manuel Saturnino, Domingos Ramos, Rui Djassi, Osvaldo Vieira, Vitorino Costa e Hilário Gomes.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Estas figuras foram militantes e combatentes de primeira hora e outros foram destacados comandantes militares das três frentes de combate Sul, Leste e Norte que o movimento abriu contra o exército colonial português na Guiné-Bissau. João Bernardo Vieira (Nino)⁶⁵, foi comandante da frente Sul até a proclamação da Independência, depois primeiro presidente da Assembleia Nacional Popular, aliás foi ele quem leu a declaração da

⁶⁵ João Bernardo Vieira (Nino), dos dirigentes da luta foi quem mais ocupou cargos na estrutura estatal guineense, além de cargos acima mencionado foi também primeiro ministro e Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Liderou o golpe de Estado de que derrubou o presidente Luís Cabral meio irmão de Amílcar Cabral em 14 de novembro de 1980. Governou até 1999 quando foi deposto depois de uma guerra civil que começou em 7 de junho de 1998, exilou-se em Portugal até o seu regresso para disputar as eleições presidenciais de novembro de 2005, que acabaria por vencer foi assassinado em 02 de março de 2009, no exercício da sua função.

independência, viria a ser presidente da República depois de liderar o golpe do Estado de 14 de novembro de 1980, que derrubou o primeiro presidente da Guiné-Bissau Luís Cabral. Na Guiné-Bissau pós independência; Domingos Ramos foi o comandante da frente Leste até a sua morte em combate em novembro de 1966 e Osvaldo Vieira foi comandante da frente Norte e morreu em 1974 em Koundara, Guiné Conakry. Francisco Mendes e Manuel Saturnino também ocuparam cargos do Primeiro Ministro na Guiné-Bissau pós independência.

Estes foram dos primeiros elementos do PAIGC a receberem formação militar na China, e seus feitos no decorrer da luta contra o regime colonial português e depois da independência desempenhando várias funções no Estado guineense sinaliza a influente apoio chinês ao movimento que conquistou a soberania da República da Guiné-Bissau.

No decorrer da luta, a China continua a ser um dos destinos dos guerrilheiros e combatentes do movimento para aprimorar a formação militar no seu solo pátrio, um apoio na capacitação de recursos humanos que contribuiu na eficiência da luta travado pelo PAIGC contra o colonialismo português na Guiné-Bissau.

Para Sousa (2020), a relação da China com o PAIGC, contudo, não se limitava a visitas e formação de quadros de guerrilha. Envolvia vários outros acordos, ente o gigante asiático o movimento liderado pelo Amílcar Cabral.

(...) fornecimento de diversos tipos de armamento; a difusão de programas radiofônicos dirigidos às colônias em causa; utilização de agências noticiosas na propaganda a favor dos movimentos de libertação; utilização de panfletos, revistas, brochuras e livros; desenvolvimento de atividades culturais; envolvimento diplomático; visitas recíprocas de dirigentes políticos e outros membros (SOUSA, 2020, p. 07). Tradução nossa.

Figura 22 - Cabral, no meio de óculos, com grupo de jovens combatentes que receberam treinamento militar na China.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau pode-se dizer que foi uma luta de jovens, a imagem aqui pode ser interpretada assim, Cabral, com cigarro na mão direita, no meio de jovens que ele liderou e a lutarem para o futuro do seu país.

Entretanto, houve momento em que o apoio chinês ao PAIGC foi interrompido porque na opinião de Sousa a China condicionava o seu apoio ao movimento a aceitação de certos pretextos chinesa o que fora rejeitado pelo Cabral. Segundo Sousa (2020, p, 17),

“O entusiasmo inicial levou ao apoio chinês em termos de armamento, dinheiro, medicamentos, alimentação e formação de quadros de guerrilha do PAIGC. No entanto, a relação rapidamente entrou em colapso, devido à pressão ideológica no âmbito da cisão sino-soviética. A ...[Cinha] procurou forçar o PAIGC a tomar uma posição contra o "revisionismo soviético". Esta pressão nunca foi bem recebida por Cabral e pelo seu PAIGC, pelo que a ajuda chinesa foi suspensa em 1967. Tradução nossa.

Na sua intervenção no decorrer da de já citado reunião Conselho Superior da Luta em agosto de 1971, Cabral se referiu à interrupção de apoio chinês ao movimento afirmando: “durante vários anos tentaram combater o nosso Partido porque nos recusávamos a dizer “amém” aos seus pontos de vista, mas acabaram por reconhecer a nossa seriedade e decidiram ajudar-nos”.

A China que durante a desavença que mantinha com a ex-União Soviética nos anos sessenta e setenta do século passado, pretendia que o movimento liderado pelo Amílcar Cabral

tomasse partido a favor da China. O que fora rechaçado por Cabral e o seu PAIGC, como já citado anteriormente, e isso levou as autoridades chinesas a interromper os apoios que vinha oferecendo ao movimento independentista, Cabral, sendo um estrategista pode ter percebido que se tomasse partido de um dos lados da contenda poderia perder o apoio de um dos lados, por isso adotou a posição de neutralidade embora com inclinação para o lado soviético, mesmo com interrupção do apoio chinês, este país asiático acabou por reatar o seu apoio ao movimento ao qual Cabral se referiu na sua já citada intervenção na reunião de CSL.

Sousa (2020), afirmou que durante a Conferência de Solidariedade de Roma, ocorrido em junho de 1970, Cabral referiu que URSS era o principal fornecedor da ajuda em materiais bélicos e mesmo tendo à Argélia, Guiné-Conacri, Marrocos, Cuba, República Democrática Alemã, Bulgária, Romênia e Hungria, fez questão de não mencionar a China fornecedor de apoio ao movimento. Tradução nossa.

O apoio chinês à luta de libertação desencadeada pelo PAIGC é importante, mas o apoio Soviético ao movimento é igualmente tão, ou quiçá mais importante para o PAIGC. Cabral que se mostrava aberto a receber apoios para a luta do PAIGC independentemente da ideologia e de o país que a concede desde que não colocasse condicionantes ao movimento, dificilmente aceitaria a pretensão chinesa, e pode-se especular que dada ao pragmatismo do líder do PAIGC, mesmo que fosse a URSS que é dos mais importantes apoiadores, se não o mais importante apoiador da luta do movimento independentista, o Cabral e o seu PAIGC pode-se presumir que adotaria a mesma posição de neutralidade mediante a contenda chino-soviética.

Depois de todos os reveses, em 1972 as relações com a China estavam em vias de ser normalizadas, com Cabral mais uma vez visitando Pequim, em julho. Esta visita insere-se já na angariação de apoio político e moral no caso da proclamação da independência da Guiné-Bissau que Cabral tinha inicialmente agendado para o mês de dezembro desse ano. Ainda assim, a China não faria parte dos primeiros países a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, proclamada unilateralmente a 24 de setembro de 1973. (SOUSA, 2020, p. 16). Tradução nossa.

O certo é que a China reatou os apoios que vinha prestando ao PAIGC, o que era bem vindo de volta para o movimento, pois era importante ou sempre foi importante, e isso deve ser motivo de orgulho para o PAIGC como Cabral sentenciou na já citada reunião de CSL.

No entanto, para Sousa (2020), a interrupção do apoio chinês e a necessidade imperiosa de diversificar os aliados, obrigaram Cabral a fazer uma reforma nas relações proto-internacionais do movimento em 1968. Esta mudança estratégica visa “em primeiro lugar, ampliar as alianças e a busca de novos fornecedores potenciais, ao mesmo tempo em que adaptava o movimento à situação vigente” (SOUSA, 2020, p. 17). Tradução nossa. Numa

guerra de guerrilha como a que o PAIGC travou contra o regime colonial na Guiné-Bissau, era importante diversificar os aliados do que depender de um seleto número de aliados, Cabral tinha consciência disso, aliás ele sempre advogava que quanto mais apoios o movimento receber, isso contribuiria para o sucesso da luta, e lembrando, ele defendia que o PAIGC estava aberto a receber apoios de qualquer país e organização desde que não colocassem condicionantes ao movimento.

Checoslováquia: cooperativas e sindicatos apoiam o PAIGC

A Checoslováquia um país do leste europeu foi um dos países que logo se disponibilizou em apoiar o PAIGC na sua luta contra o regime colonial português na Guiné-Bissau, ando formação aos militantes do movimento depois contribuiu com apoios em materiais bélicos para a guerra de guerrilha do PAIGC.

Antes mesmo de o PAIGC começar as ações armadas contra o exército português a Checoslováquia oferecia a formação para os elementos do movimento em matérias políticas e sindicais. Assim, em abril de 1961 Gustav Hnilicka⁶⁶ Secretário do Conselho Central dos Sindicatos da Checoslováquia em resposta ao pedido de várias organizações sindicais em Ásia e em África para a formação dos seus quadros, enviou uma carta ao Secretário Geral do PAIGC, Amílcar Cabral, informando-o que o Conselho Central dos Sindicatos da Checoslováquia estava disponível em formar quadros do PAIGC e de outras organizações que solicitaram também a formação dos seus membros.

O Conselho Central dos Sindicatos da Checoslováquia convida a participar neste curso internacional dois militantes da vossa organização sindical na Guiné Portuguesa que preencham os requisitos e sejam capazes de acompanhar o trabalho numa das línguas acima mencionadas, dar um contributo pessoal para o sucesso do curso e, em particular, aplicar no seu regresso ao seu país as experiências adquiridas no âmbito do estágio nas suas atividades sindicais diárias. No que diz respeito às despesas de viagem dos estagiários e à sua estadia de seis semanas na Checoslováquia, temos o prazer de informar que serão suportadas pelo nosso Conselho Central dos Sindicatos. Tradução nossa.

Em abril de 1963, uma outra organização checoslovaca, o Conselho Central das Cooperativas de Praga⁶⁷, informou ao PAIGC a disponibilidade em apoiar o movimento na sua luta contra o regime colonial português na Guiné-Bissau.

⁶⁶ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04608.053.008#!1> acesso em 10 mar. 2023.

⁶⁷ Carta do Conselho Central das Cooperativas de Praga disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.090.004> acesso em 10 mar. 2023.

Em resposta à carta do PAIGC, o Conselho Central das Cooperativa de Praga escreveu:

Recebemos a sua brochura com informações sobre os sucessos do seu país, bem como notícias sobre os massacres cometidos na vossa pátria pelos colonos portugueses. Garantimos-lhe que todos os colaboradores checoslovacos, bem como todos os cidadãos do nosso país, acompanham com o maior interesse a evolução dos eventos na vossa pátria. Acompanhamos com grande simpatia a valente luta do vosso povo contra os colonos portugueses. Desejamos ao vosso povo todo o sucesso na sua justa luta e estamos convencidos de que o vosso povo conquistará em pouco tempo, a liberdade tão dolorosamente merecida. Na sua justa luta, o vosso povo pode contar com o apoio da opinião pública mundial. Os colaboradores checoslovacos tentarão ajudar educando os seus colaboradores, a quem terá de acreditar na construção futura da sua pátria livre. Tradução nossa.

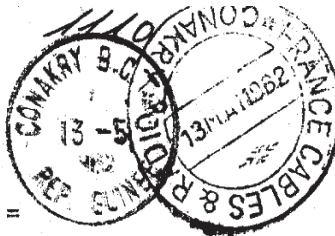
Em 28 de abril de 1962 em uma correspondência ao PAIGC o Conselho Central das Cooperativa de Praga enviou um telegrama para a Embaixada daquele país em Conakry⁶⁸ com dois bilhetes de passagem de avião para dois elementos do PAIGC participarem no Seminário Internacional de Praga.

Figura 23 - Telegrama enviado pelo Conselho Central das Cooperativa de Praga para Embaixada da Checoslováquia em Guiné Conakry.

no 21
FTNCK!!
ETM2815 AWC237/TOGA2735/AT1329 PRAHA 61 12 1330 =

CONAKRY B. P. 298 GUINEE =

28 AVRIL 1962 AMBASSADE TCHECOSLOVAQUE A CONAKRY A RECU DEUX
BIANCO BILLETS DE VOYAGE O POUR VOTRE ORGANISATION POUR DEUX
PARTICIPANTS AU SEMINAIRE INTERNATIONAL A PRAGUE NOUS VOUS PRIONS
DE NOUS ANNONCER L'ARRIVEE EXACTE DE VOS PARTICIPANTS A PRAGUE
CONSEIL CENTRAL DES COPERATIVES PRAGUE + +



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

A imagem acima do telegram enviado pelo Conselho Central das Cooperativa de Praga para Embaixada da Checoslováquia em Guiné Conakry destinado ao PAIGC merece uma

⁶⁸Telegrama de Conselho Central das Cooperativa de Praga disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04604.038.136> acesso em 06 mar. 2023.

nota aqui, a maioria das correspondências do PAIGC com países e organizações durante a luta era em línguas francesas e inglesa com intuito de ter maior alcance.

Cabral na sua visão sobre o futuro pós independência acreditava na continuidade da luta em outros moldes que é desenvolver o país. Sendo assim, o líder do PAIGC defendia formação acadêmica para as crianças, adolescentes e jovens guineenses, por isso muitos desses camadas da sociedades guineense eram enviados para estrangeiro com o objetivo de receberem a formação acadêmica e Checoslováquia era o destino de alguns deles.

Figura 24 - Pioneiros do PAIGC com o professor da Escola-Piloto Domingos Brito na ex-Checoslováquia.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Pioneiros com bandeira do PAIGC, na escola que o partido implantou durante a luta. Os alunos eram chamados de pioneiros, e eram assimilados desde cedo ao nacionalismo e ao patriotismo, juravam fidelidade ao PAIGC. Este sistema de ensino vigorou até os finais dos anos oitenta e início dos anos noventa do século passado. Na foto, vê-se crianças enviados para a ex-Checoslováquia com indumentária do pioneiro do PAIGC⁶⁹.

Os apoios deste país do leste europeu não se resumem somente na formação dos quadros do PAIGC pois é dois países que também forneceram armamentos para os combatentes do PAIGC enfrentar o exército colonial português na Guiné-Bissau.

⁶⁹ A indumentária do pioneiro do PAIGC era constituída de saia preta e camisa branca para as meninas e calção preta e camisa branca para os rapazes, completados com lenços amarelos, boina preta e meias brancas.

Num inventário de Amílcar Cabral de 28 de setembro de 1967, sobre os materiais bélicos fornecidos pela Checoslováquia⁷⁰, indica que em 21 do mesmo mês o barco Yougoslavo BOHINJ PIRAN, descarregou em Conakry os seguintes materiais bélicos: 80 caixas de espoletas para obuses de bazooka P. 27; 4 caixa de aluminadores para obuses de bazooka 82 m/m; 1.491.600 balas para espingardas semi-automática e Bi-pé Tcheco em 1.243 caixas; 884 Roquetes de (L.R.A.C) bazooka 82 m/m Tcheco em 221 caixas; 500.000 balas para carabina 44 e Gourianov em 625 caixas; 948 Roquetes para bazooka P27 em 237 caixas e 15.000 balas para long rifle (22) em 30 caixas.

Estes gestos das autoridades da Checoslováquia demonstra a determinação deste país em apoiar a luta pela independência da Guiné-Bissau como já foi citado anteriormente na carta do o Conselho Central das Cooperativas de Praga

Países africanos: convicções e ambiguidades

Já dissemos que são vários os países no mundo que prestaram apoios a luta do PAIGC para a independência da Guiné-Bissau, em África, destacamos por razões de recorte da escrita três países: Argélia, Guiné Conakry e Senegal conforme já referidos no início do capítulo.

A Argélia um país do Norte da África que teve também experiência de guerra de guerrilha para se livrar da opressão do regime colonial francês no seu território, prestou apoio a luta do PAIGC pela independência da Guiné-Bissau. Cabral, admirador da luta revolucionária dos argelinos para sair das amarras coloniais da França visitava este país que oferecia apoio político, moral, material, e até financeiro. Aliás vale ressaltar que o PAIGC mantinha uma espécie de representante na capital argelina.

⁷⁰ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.090.014> acesso em 10 mar. 2023.

Figura 25 - Houari Boumediene, Presidente da República da Argélia, recebe Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC. Dezembro de 1971.



Fonte: Casa Comum, Fundação Mário Soares.

Na imagem acima, sentados no mesmo sofá lado a lado, um encontro cordial entre o presidente argelino e Amílcar Cabral que falava influentemente francês e inglês, possivelmente conversando sobre a situação da luta do PAIGC contra o colonialismo português na Guiné-Bissau.

Numa requisição assinada pelo Secretário Geral do PAIGC no dia 2 de dezembro de 1965, sobre materiais bélicos fornecidos pela Checoslováquia, URSS, Argélia e Cuba, o país do norte da África forneceu ao movimento um total de 10 metralhadora de 12,7 mm DCK; 10 morteiros de 60 mm; 100 Carabinas de 7,62 mm mod. 44; 300 obuses de bazooka de 400 mm; 50.000 cartuchos de 7,62 mm.

Uma carta enviada datada de 24 de maio de 1967, enviada por Amílcar Cabral ao Houari Boumediene presidente da Argélia⁷¹ informando-o sobre o ponto da situação da luta do movimento, Cabral agradeceu os apoios deste país ao mesmo tempo solicitou o reforço de mais ajuda a luta do PAIGC a missiva sintetiza bem a importância da Argélia para o movimento na sua luta contra o regime colonial português na Guiné-Bissau.

Na carta, Cabral confirmou a recepção de 1.000 roupas assim como uma quantidade significativa de medicamentos enviados pelo Cruzado Vermelho argelino. Contudo, declara o

⁷¹ Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.045.113#!1> acesso em 01 mar. 2023.

seguinte: “enquanto agradecemos por este envio, aguardamos a chegada do resto das roupas que, nesta fase da nossa luta, desempenham um papel importante na moral e entusiasmo dos nossos combatentes”. Tradução nossa

A necessidade do PAIGC era grande e não se limitava somente ao solicitação de apoio aos combatentes do movimento. Outro componente importante na luta, era a assistência às populações das regiões libertadas que estavam sob o domínio movimento, por isso Cabral pontuou na já citada carta que

o abastecimento das regiões libertadas é um dos problemas mais graves que enfrentamos. Seria supérfluo insistir na importância política deste problema para toda a nossa luta. Pedimos-lhe a gentileza de autorizar que, a exemplo do que já foi feito que, nos sejam fornecidos artigos de primeira necessidade produzidos na Argélia para nos ajudar a abastecer as regiões libertadas. As quantidades dependerão das possibilidades concretas, sendo certo de que toda a ajuda será útil para nós. Tradução nossa

Cabral informou ainda que da última vez que esteve na capital argelina, Argel, antes do envio da carta, foi quando recebeu do Secretariado da FNL a quantia de cem mil francos franceses que aliviou os problemas financeiros do movimento, em nome do partido agradeceu tal gesto que ele considera fraterno. Contudo ele não esconde que o partido continua a enfrentar sérias dificuldades financeiras, tendo em consideração os custos cada vez maiores da guerra, e sublinha, “a sua grande experiência dispensa-nos de insistir neste problema. Por favor, considere a possibilidade de nos conceder nova assistência financeira no próximo mês de julho ou mesmo antes esconde”. Tradução nossa.

Por fim, o líder de movimento independentista guineense mostrou-se satisfeito com a exibição em Argélia de dois filmes sobre a luta do PAIGC em colaboração com o partido do presidente argelino, destacando que isso “contribuirá para fortalecer os laços de solidariedade que unem os nossos povos na luta, ao serviço da África”. Tradução nossa.

Os apoios do Senegal e da Guiné Conakry são de grande importância para o desenvolvimento da luta do PAIGC, sendo países recém independentes, podem não estarem em condições de conceder grandes apoios em termos financeiros e em materiais bélicos, mas a “simples” autorização desses países para a circulação de combatentes do movimento e a autorização da entrada nos seus respectivos territórios dos armamentos destinados ao PAIGC para combater o regime colonial português reveste-se de grande importância, sobretudo da parte de Guiné Conakry onde o movimento instalou a sua direção.

Senegal era um pouco cético à conquista da independência via luta armada por parte do PAIGC, advogando pela luta política através das negociações para a obtenção da independência. Por isso os combatentes do movimento gozam de menos liberdades para a circulação ou não são autorizados a circular armados no território senegalês pelo menos nos primórdios da luta, como demonstra a carta do PAIGC em resposta a uma carta secreta das autoridades de segurança senegalesas, em que o PAIGC é acusado de cometer vários atos no território senegales⁷².

Uma das acusações segundo a carta-resposta do PAIGC às autoridades senegalesas é a de que a polícia fronteira do Tanaf⁷³ (Departamento de Sedhiou) deteve três membros do PAIGC que transportavam granadas. Estes três indivíduos, exibiam estes materiais de guerra de forma escancarada no mercado da Tanaf.

Em resposta o PAIGC argumenta:

Tanaf é uma aldeia fronteira. Com base numa solidariedade concreta e fraterna por parte do povo e das autoridades senegalesas para com a nossa luta de libertação levada a cabo em condições particularmente difíceis, seria normal que os nossos combatentes frequentassem aldeias, mesmo armados, porque não representam qualquer ameaça para o Estado senegalês. Diante das dificuldades que enfrentamos no Senegal com armas, exceto em casos de extrema necessidade. Se, na realidade, os três membros do PAIGC detidos no Tanaf, "portadores de granadas" ostentavam de forma aparente estas máquinas de guerra no largo desta aldeia, nada temos contra as suas detenções. No entanto, gostaríamos de assinalar que, no quadro da cooperação fraterna e tendo em conta os interesses comuns dos nossos povos, estes membros do PAIGC poderiam ser entregues com estes armamentos ao chefe do Partido em Casamance⁷⁴, para que pudessem ser punidos pela nossa organização, no nosso país. Tradução nossa.

Outra acusação das autoridades de segurança do Senegal foi que os funcionários do PAIGC, incluindo Lourenço Gomes, representante do PAIGC em Casamance ter declarados publicamente o seu ressentimento contra as autoridades senegalesas acusando-as de recusar-se a ajudar o PAIGC. O movimento nega estas acusações e em resposta declara que nunca nenhum dirigente do movimento se manifestou publicamente contra o fato de o Senegal não terem ajudado, mas que o camarada Lourenço Gomes teve a franqueza de expressar às "autoridades senegalesas" o ressentimento geral do povo guineense e dos combatentes do PAIGC face à atitude hostil das autoridades do Senegal contra Partido. Tradução nossa.

Um outro episódio que mereceu a resposta do PAIGC na mesma carta foi a detenção de dois elementos do movimento que portavam as suas armas, por parte da Guarda

⁷² <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04612.064.060> resposta do PAIGC ao documento da Segurança da República do Senegal. Acessado em 06 mar. 2023.

⁷³ Aldeia senegalesa próximo da fronteira com a Guiné-Bissau.

⁷⁴ Região do Senegal que faz fronteira com a Guiné-Bissau, onde o PAIGC tinha um responsável do partido.

Republicana do Senegal, e levados para a brigada da corporação em Kolda⁷⁵ depois encaminhados para o Ministério Público. Perante esse ocorrido o PAIGC afirma na sua carta que, combatentes de um povo africano, cansados das opressões perpetrados por um inimigo sem escrúpulos, (regime colonial português) fazem uma breve passagem pelo território nacional do país irmão e vizinho carregando as suas armas que representam a garantia de sobrevivência do seu povo, a promessa do desenvolvimento da sua luta contra a opressão estrangeira que usam as armas mais modernas contra as suas populações, as autoridades do país irmão (Senegal), em vez de encorajá-los e confortá-los, prendem-nos e confiscam-lhes as armas. Tradução nossa.

Apesar de tudo, entre “idas e vindas” com acusações e contra-acusações, consideramos que o Senegal foi importante para a luta do PAIGC contra o regime colonial português na Guiné-Bissau. Aliás, numa Carta de Amílcar Cabral ao então presidente senegalês Leopold Sedar Senghor de abril de 1962⁷⁶, antes mesmo do começo das ações armadas, mostra a importância do Senegal para com a luta do PAIGC.

Tendo escutado as vossas palavras e sábios conselhos, tendo tido a oportunidade de vos explicar a situação atual e os objetivos fundamentais da luta de libertação nacional conduzida pelo meu Partido, no meu país – estou mais seguro da vitória da nossa luta e da indispensável colaboração entre os povos africanos, especialmente entre os nossos povos – ao serviço da consolidação da independência nacional, da realização da sua unidade e da construção do seu progresso. Tradução nossa.

Na mesma carta dirigida ao Chefe de Estado Senegalês o líder do PAIGC solicitou ao governo do país vizinho para o desenvolvimento da luta do movimento contra o regime colonial português. Dentre ajudas pedidos por Cabral destaca-se: o reforço do apoio político por parte do Governo do Senegal na luta contra o colonialismo português no plano internacional, especialmente no âmbito das Nações Unidas; estabelecimento e desenvolvimento de contatos permanentes entre partido no poder no Senegal e o PAIGC, com vista a coordenar as ações do movimento e para que as autoridades senegalesas acompanhem, passo a passo, o trabalho e a evolução da nossa luta do PAIGC; autorização para que os militantes movimento atravessarem pacificamente a fronteira em ambos os sentidos, especialmente em Casamance, sempre com o conhecimento das autoridades locais; concessão de instalações para que os militantes doentes possam ser tratados pelos Serviços de Saúde de Sênegal (Ziguinchor e Dakar); concessão de medicamentos, especialmente contra malária e doenças intestinais para os companheiros do PAIGC lutam no interior país; concessão de um período de radiodifusão à Rádio-Senegal, para um programa desenvolvido pelo meu Partido, relativo à nossa luta. Tradução nossa.

⁷⁵ Região do Senegal que faz fronteira com a Guiné-Bissau.

⁷⁶ <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04612.064.016#!1> acesso em 06 de mar. 2023.

Tendo em consideração a situação geográfica da Guiné-Bissau fazendo a divisa somente com o Senegal e a Guiné Conakry o apoio destes dois países revestia de fundamental importância para o PAIGC para a sua retaguarda, além disso estes países possuíam refugiados guineenses que deixaram o país devido a repressão colonial portuguesa.

A Guiné Conakry teve um envolvimento, se calhar, muito mais incisivo no desenvolvimento da luta do PAIGC contra o regime colonial Português, pelo menos a nível dos países vizinhos, pois foi a principal porta de entrada dos armamentos que o PAIGC, sobretudo através do porto de Conakry. Além disso os combatentes do PAIGC tinham maior liberdade para circular em Conakry.

As correspondências de Cabral/PAIGC com as autoridades Guineenses de Conakry são demonstrativos do nível de apoio deste país vizinho. Em 27 de junho de 1962, Cabral solicitou através de uma carta⁷⁷ o Ministério da Defesa da Guiné Conakry a facultação de parte de material para a luta do movimento informando,

acabámos de receber a comunicação do interior dando conta de um novo ataque aos nossos camaradas pelas forças da repressão colonialista. Dois funcionários ficaram feridos, um dos quais foi detido. É um dos melhores elementos do nosso Partido. Certos da nossa fraqueza material, porque nem sequer dispomos de armas suficientes para a defesa pessoal dos nossos dirigentes, os colonialistas portugueses continuam a atacar, ferir e matar os nossos camaradas, especialmente os responsáveis, com o objetivo de liquidar a resistência do nosso povo. Enganam-se, porque nada pode impedir a marcha do nosso povo, mobilizado e organizado pelo nosso Partido, rumo à libertação e independência total. Mas eles podem causar-nos muitas perdas (e estão a fazê-la), enquanto não pudermos ter um mínimo de meios materiais para os enfrentar e responder à sua violência com violência. Seguro desta realidade e para poupar ao nosso povo mais sacrifícios possíveis, o nosso Partido tudo fez para garantir aos nossos camaradas o equipamento necessário. Peço-lhe que nos dê, com carácter de urgência, alguns dos nossos equipamentos, de acordo com as necessidades prementes que o nosso Partido enfrenta, para defender o nosso povo e desenvolver a nossa luta. Tradução nossa.

Para Cabral é fundamental a colaboração do Estado da Guiné Conakry e do seu povo para com o PAIGC na luta que este movimento desencadeou contra o regime colonial português. Numa carta data de 04 de abril de 1963⁷⁸, pedindo mais colaboração entre o PDG – partido no poder na altura na Guiné Conakry, liderado pelo Presidente Hamed Seko Turé, Cabral expressou que o povo irmão da República da Guiné Conakry “estão determinados a reforçar, a todos os níveis, a assistência concreta e fraterna que sempre prestaram ao nosso Partido, que

⁷⁷ Carta de Cabral ao Ministério da Defesa da Guiné Conakry, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.049.020#12> acesso em 08 mar. 2023.

⁷⁸ Carta de Cabral ao Presidente do PDG, Seko Turé, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.049.038> acesso em 06 mar. 2023.

conduz o nosso povo na difícil mas vitoriosa luta pela nossa libertação nacional”. Tradução nossa.

Neste sentido, o líder do PAIGC insistiu que esta colaboração a qual ele deseja que seja cada vez mais aprofundada, “é um facto natural, porque para além das condições geográficas, históricas, étnicas e económicas que aproximam os nossos povos, elas são determinadas”. Tradução nossa.

Além de serem vizinhos ambos os países, tal como Senegal, também têm etnias com culturas semelhantes e faziam parte do antigo império do Mali. Por isso, é compreensível a preocupação de Cabral expressa na já citada carta. “A libertação total, a unidade, a consolidação da independência e a construção do progresso e da felicidade dos nossos povos são os nossos objetivos comuns, determinados tanto na teoria como na prática da nossa natureza comum”. Tradução nossa.

As solicitações de apoio feitas pelo PAIGC às autoridades de Conakry eram de certa forma atendidas na medida do possível pelas autoridades deste país vizinho e as vezes de forma mais celere. Assim, em 25 de janeiro de 1965, o PAIGC solicitou as autoridades de Conakry a cedência de um espaço para a exibição das fotos e dos filmes sobre a luta do movimento, em resposta a este pedido do PAIGC, o Secretário de Informação e do Turismo da República da Guiné Conakry, Savane Moricandia, respondeu favoravelmente, dois dias depois do pedido do PAIGC, tendo escrito o seguinte “tenho a honra de vos informar que estão autorizados a utilizar a sala de exposições do Secretário de Estado da Presidência, responsável pela Informação e Turismo, para apresentar uma exposição fotográfica sobre a vossa luta de libertação”⁷⁹. Tradução nossa.

A exposições de fotos e a exibições dos filmes relacionados com a luta do PAIGC contra o regime colonial português são fatos importantes sobre a imagem que o partido difundiu para a captação de mais apoios à causa independentista, ou seja, é um ato de propaganda do movimento.

Lembremos que a invenção da fotografia propiciou, já a partir da primeira metade do século XX, que antropólogos abraçassem essa técnica inovadora nas suas pesquisas de campo, introduzindo o registro de imagens aos processos de investigação, coleta, ordenação e interpretação dos dados (CAMPOS, 1996). Ao longo destas páginas, o recurso imagético

⁷⁹ Carta de Savane Moricandia Secretário de Estado da Presidência da Guiné Conakry, disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04606.049.055> acesso em 06 mar. 2023.

embora não seja, em si mesmo, autoexplicativo para a compreensão da luta contra o colonialismo é, no entanto, um elemento que traz densidade empírica para um maior entendimento sobre a memória da luta anticolonial na Guiné-Bissau.

CONCLUSÃO

A luta contra o colonialismo português em África é um tema que rendeu amplos debates acadêmicos. Neste trabalho, discutiu-se a passagem de um sentimento anticolonial a uma luta armada que, veiculada pelo PAIGC entre 1963 e 1974, derrotou o regime colonial. Tratava-se de um momento perpassado pelo que se convencionou chamar de guerra fria, e que opunha duas ideologias: de um lado a União Soviética liderando a ideologia socialista, apoiando a luta do PAIGC, do outro lado, o capitalismo liderado pelo EUA influenciando Portugal, membro da OTAN.

Portugal, na sua ambição de continuar com os territórios colonizados como a extensão do seu império, criou na metrópole a CEI para controlar os estudantes vindos das suas províncias ultramarinas, criando assim uma elite africana que se supunha que servisse como marionete para a continuação do domínio colonial português. Contudo, em vez de conseguir uma elite subserviente, contribuiu para o aparecimento de líderes que lutariam para acabar com o domínio colonial através de movimentos de libertação. Esses líderes depois de estudarem na metrópole, desencadearam lutas armadas nos territórios africanos concretamente Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, através dos movimentos de libertação criados ou integrado por eles. Além do mais, criaram um organismo suplementar que foi a Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), para coordenar os esforços da luta contra o domínio colonial português.

O fim da segunda Guerra Mundial proporcionou a reconfiguração do poder a nível mundial e, consequentemente, os interesses geoestratégicos fizeram o colonialismo entrar em declínio. Alguns países na África e na Ásia conseguiram as suas independências, e o nacionalismo fortificou nos territórios ainda sob o domínio colonial. No caso dos territórios colonizados por Portugal os nacionalistas tiveram que pegar nas armas na década de sessenta nas três das cinco colónias (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) para lutar pelas suas independências. Os países afro-asiáticos que lograram as suas independências logo depois da Segunda Guerra Mundial nos finais dos anos quarenta e nas décadas de cinquenta do século passado, reuniram numa Conferência em Bandung, Indonésia, para delinearem estratégias face ao colonialismo persistente ainda noutros territórios desses dois continentes, defendendo o direito a autodeterminação dos povos consagrado na Carta da ONU, resoluções de conflitos por vias pacíficas e o não alinhamento em relação a duas super potencias EUA e URSS no âmbito da guerra fria. A Conferência de Bandung foi, portanto, um marco histórico na luta pela

autodeterminação dos povos com as posições fortes face ao colonialismo saídas naquela reunião.

Com o termino da Segunda Guerra Mundial institucionalizou-se uma instancia internacional, a ONU, para manter a segurança e a paz mundial e prevenir atos de agressões. Portugal, que desde a sua adesão à ONU em dezembro de 1955, foi confrontado com a obrigatoriedade estabelecida no artigo 73 da Carta da criação da ONU. Essa obrigatoriedade se referia ao dever que os membros daquela organização tinham de garantir o progresso político, económico, social e educacional dos povos dos territórios ocupados. Dentro desse progresso político estava a necessidade que as colónias promovam a autonomia para os povos dos territórios ocupados. Entretanto, as autoridades portuguesas de então negaram as determinações do referido artigo, argumentando que o país não possuía territórios coloniais, mas sim territórios que são a extensão de Portugal continental. Esta narrativa portuguesa se sustentou na ideia do luso tropicalismo de Gilberto Freyre. Ou seja, na visão que caracteriza o colonialismo português como sendo diferenciado de todas as formas de colonização europeia, uma vez que os povos dos territórios de ultramar estavam, supostamente, bem integrados com Portugal.

Essa posição portuguesa foi defendida desde a sua entrada na ONU até o derrube do regime Salazarista do Estado Novo em 25 de abril de 1974, que permitiu a abertura de conversações das novas autoridades portuguesas com os movimentos de libertação nas colónias africanas.

Nos finais dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta do século XX, alguns países africanos já haviam se tornado independentes como é o caso da Guiné Conakry e Senegal que fazem fronteiras com a Guiné-Bissau. Portugal receoso de onda independentista na África, apertava ainda mais o controle sobre os territórios coloniais ainda sob o seu domínio. Esse controle resultava muitas vezes em incidentes brutais, como aconteceu na Guiné-Bissau com o massacre de pindjiquiti, que reprimiu violentamente os marinheiros em greve no cais de porto de Bissau e que resultou na morte de 50 grevistas.

Este acontecimento reforçou a convicção do PAIGC de que era difícil conseguir a independência do país por meios pacíficos, através das negociações com o regime colonial português. Os líderes do PAIGC perceberam que não restava outra alternativa que não seja a luta armada para se libertar do colonialismo português. Para isso, o movimento liderado por Amílcar Cabral teve que preparar o povo guineenses através de mobilização política para o enfrentamento ao colonialismo português. Conquistado a grande parcela do povo guineense, o

PAIGC desencadeou ações armadas em janeiro de 1963, iniciando assim uma luta que duraria cerca de 11 anos, até a retirada completa das forças coloniais portuguesas em outubro de 1974.

Tal como analisado no capítulo 4, a luta do PAIGC teria sido mais difícil (se não mesmo condenada ao fracasso) se não tivesse apoio vindos do exterior. Dentre muitos países que abraçaram a causa independentista do PAIGC, destacamos países socialistas como a Ex-União Soviética, China, Cuba, Ex-Checoslováquia e um país escandinavo – a Suécia. Complementados com apoios dos países africanos já independentes com realce para Argélia, Guiné Conakry e Senegal. Vale ressaltar mais uma vez que o líder do PAIGC não descartava apoios de qualquer país, independentemente da sua ideologia, mas os apoios que sustentaram a luta do PAIGC vieram essencialmente de países socialistas e africanos com a exceção da Suécia, cuja social-democracia também optou pela solidariedade em relação a África.

O PAIGC conseguiu conduzir uma luta armada contra o colonialismo português que derrotou as forças coloniais no terreno da batalha, mas também no âmbito internacional, haja vista que, apesar da resistência do regime Salazarista em negociar a descolonização na ONU com os movimentos de libertação, a declaração unilateral da independência feita pelo PAIGC colocou o regime colonial português numa situação difícil do ponto de vista do direito internacional. Por fim, nestes “retratos”, buscamos mostrar que essa guerra de armas foi também uma guerra de imagens, e uma batalha travada nos mais diversos foros. Ao longo destas páginas indagamos, utilizando um conjunto de fontes textuais e visuais, sobre a passagem de um sentimento anticolonial para uma vocação política independentista e fortemente internacionalista.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1960) **Sem Título**, Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.091.032>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1961) **Comunica a situação da luta de libertação na Guiné. Anuncia a partida de dez militantes do PAIGC para a República Popular da China [formação militar na Academia de Nanquim].**", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07066.091.019>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1961) **Directivas para a organização da luta de libertação**", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07063.036.072>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1961) **Missão Cata Nhato**", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07067.093.002#!1>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1961) **Missão Conto**", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07067.093.001>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1963) **Sem Título**, Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04615.073.007#!1>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1969) **Uma visita de solidariedade**", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral. Disponível em:
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.051>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1970) **"Libertação"**, nº 108, Ano 1970, Novembro de 1970, Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Vasco Cabral.

Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07177.115#!6>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1971-1971) **“Intervenção de Amílcar Cabral na reunião do Conselho Superior da Luta”**. Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.074>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. (1973) Mais pensamento para agir melhor, mais actividade para melhor pensar", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.081>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Fontes secundárias: Bibliografias

ACHUTTI, L. E. R. Fotos e palavras, do campo aos livros. **Studium**, Campinas, SP, n. 12, p. 5–16, 2019. DOI: 10.20396/studium.v0i12.11743.

AUGUEL. Morena Parente. **O desafio do escombros: Nação, Identidades e pós-colonialíssimo na literatura da Guiné Bissau**. Rio de Janeiro: editora Garamond/ fundação biblioteca nacional do rio de janeiro, 2007.

BARBOSA, Márcio. **Spínola, Portugal e o mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné: 1968- 73**. Imprensa da Universidade de Coimbra.

CABRAL, Amílcar. **Pensar para melhor agir: as intervenções de Amílcar Cabral no Seminário de Quadros do PAIGC de 19 a 24 de novembro de 1969**. Fundação Amílcar Cabral, 2014.

CAMPOS, S.M.C.T.L. A imagem como método de pesquisa antropológica: um ensaio de Antropologia Visual. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5: 275-286, 1996.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf> acesso em: 16 mar. 2023.

CASTELO Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In. **7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos**, 9, Lisboa, 2010, 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas [Em linha] Lisboa; CEI, 2010.

CUNHA, Paulo. As imagens coloniais, os cinemas dos países lusófonos. **V do Simpósio Internacional VII Mostra de Extensão** 3º volume. Rio de Janeiro 2013.

DIAS, Luciana Bastos. **AMÍLCAR CABRAL E O MARXISMO: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948- 1973)**. 2020. 170f. dissertação, (mestrado em história da África) Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, PT. 2020. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43529/1/ulfl_tm.pdf acesso em: 16 mar. 2023.

EDWARDS, Elizabeth. **“Rastreando a fotografia”**. In: A experiência da imagem na etnografia. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

FERREIRA, Pedro Almeida. Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime. **Actas I Congresso de História Contemporânea**, 2013. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/32252379/Casa_dos_Estudantes_do_Imperio_pelo_regime_e_contra_o_regime-libre.pdf?1392501817=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCasa_dos_Estudantes_do_Imperio_pelo_regi.pdf&Expires=1680096606&Signature=Tkn9tBnLCBw7~yTMRwYzq10cFBV7z14v5ysboxw7JVZ1ADC9L3hYolTCRKxH4~rtRL5dJaszLKPaeWfjpPfHXqZp0ugZ2Hs3WX57Pob1SkS86eVJqfCJCWayr-5XyHtFgQBAAuo3gpZkdKhEvpUkkWxukYbJRpNuEPJZkCb302-40KLQJ7vcYnCRZDZa0JEoH92ZgvpwOraj9OBm4yRFy6bcfpYP9~YM1MTyqxhvkynBHsNdNDdBE0D0PA7fkqiFBk977NLMaKJQTIAN3Xh0FaKGG935FxsAhmd1C1qeiG1AAx~dBw074llh0GHjasVxrv8s42YYWUoMZ-Meilz9-Q__&Key-PairId=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.

FONSECA, Luís & PIRES, Olívio. *Aluta criou raízes*. Fundação Amílcar Cabral, Praia 2018.

GOMES, Bruno. **Movimentos estudantis em Guiné-Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as)**. 2021. 128f... Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Alfenas, Minas Gerais UNIFAL/MG.

HENRIQUES, Izabel Castro. *Colonialismo e História. Centro de Estudo sobre África, Ásia e América Latina*. Lisboa, WP,132, 2015.

KOHL, CHRISTOPH. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 39–71, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/587> acesso em 24 mai. 2023.

LARANJEIRO, Catarina. Imaginários Anticoloniais e Pós-coloniais o Cinema de Libertação na Guiné-Bissau. **TOMO**. N. 37, p. 119-144 jul./dez, 2020. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/346/3461388005/3461388005.pdf> acesso em: 06 de jun. 2023.

LOPES, Carlos. Os limites históricos de uma fronteira territorial. **Lusotopie, Paris**, p.135-141, 1994. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lopes94.pdf>. Acessado 27, jun. 2022.

LOUSADA, Abílio Pires. Da “Nato para o Mato” ou a Reestruturação da Estratégia Militar Portuguesa. **Lusíada História** n.º 8 / 2011, p. 37-54.

MACAGNO, Lorenzo. **A invenção do assimilado: paradoxo do colonialismo em Moçambique**. Edições Colibri, Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa 2019.

MAIA, Joelma. Algumas considerações sobre a Guiné-Bissau. **Revista África(s)**, v. 03, n. 05, p. 146-156, jan./jun. 2016.

MATA, Inocência. *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. 1ª Edição: **União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)**, Lisboa, 2015.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia, história e antropologia: uma entrevista com Elizabeth Edwards. **Tempo Niterói** Vol. 29 n. 1 Jan./Abr. 2023.

MONTEIRO, Artemiza Odila Candé. **Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

MORENO, Helena Wakim. A Casa dos Estudantes do Império: Histórias e embates (1944-1965). **Revista Poder & Cultura**, Rio de Janeiro, Vol. 3, Nº 6, pp. 188-204, Jul.-Dez. 2016.
NETO, Odilo Monteiro da Silva. A Casa dos Estudantes do Império (CEI): entre o colonialismo e as lutas de libertação nacional. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-7, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/breno/Downloads/stephanie_ce,+Portugu%C3%AAs-PDF%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/breno/Downloads/stephanie_ce,+Portugu%C3%AAs-PDF%20(2).pdf) acesso em 21 mar. 2023.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000**. The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001.

SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. **O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976**. 242f. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

SANTOS, Aurora Almada. Dos Sonhos e das Imagens. A Guerra de Libertação na Guiné-Bissau, de Catarina Laranjeiro. **Análise Social**. Vol. 57 N.º 243. p 431-435, 2022. Doi. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2022243.12>

SANTOS, Pedro Manuel Silva. **Portugal e a Nato: Diplomacia Em Tempos De Guerra**. Dissertação de mestrado m História das Relações Internacionais, apresentado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa ISCTE, Lisboa, 2007.

SCHOLL. C. J. et al. Entrevista com o Dr. Julião Soares Sousa. In. **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, v.11 n. 28, p.149-162, ago./dez., 2022.

SELLSTRÖM, Tor. **A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau**. Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala 2008.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais. EUCE. Fortaleza-CE, v. 7, Ed. 13, p. 95–136, Tensões Mundiais, 2011. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/588>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SOILO, Andressa Nunes. A Arte da Fotografia na Antropologia: o Uso de Imagens como Instrumentos de Pesquisa Social. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. v. 10, n. 2, p.73-80.

SOUSA, Julião Soares, **Amílcar Cabral, o PAIGC e as Relações com a China na época da divisão sino-soviética e do anticolonialismo**. Discursos e Práxis. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1695139> acesso em 06 mar. 2023.

SOUSA, Julião Soares. **China Amílcar Cabral e o PAIGC: um namoro em três tempos**. análise - série "o mundo de Amílcar Cabral" (IV). Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/04/16/mundo/noticia/china-amilcar-cabral-paigc-namoro-tres-tempos-2045853> acesso em: 06 de jun. 2023.

TRAJANO FILHO, Wilson. O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2008, V. 51 N° 1.

TRAJANO FILHO, Wilson. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 913-943, set.-dez. 2016.

TRIANA, Bruna Nunes da Costa. **Ensaio em preto e branco: arquivo, memória e cidade nas fotografias de Ricardo Rangel**. 2020. 254f. Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2020.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07052020-225703/pt-br.php> acesso em 09 de mar. 2023.

VARELA, Raquel. Das revoluções anticoloniais à exploração capitalista dos recursos naturais **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.41, p.207-223, jul./dez. 2018.